

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

Discursos, Ações e Repercussões (2022)

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

EDITORA

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

Discursos, Ações e Repercussões (2022)

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

Discursos, Ações e Repercussões (2022)

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se8 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Ucrânia sob Fogo Cruzado: Discursos, Ações e Repercussões (2022). Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 183 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996308-1-1
https://doi.org/10.5281/zenodo.6408979

1 - Conflito. 2 - Geopolítica. 3 - Guerra. 4 - Rússia. 5 - Ucrânia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Guerra ou Conflito entre Russia e Ucrânia?
Análise sobre os Discursos e Acontecimentos em 2022 13

CAPÍTULO 2 |
O Conflito Russo-Ucraniano, Disputas Geopolíticas e
o Espaço Geográfico: A Competição pela Hegemonia Global 41

CAPÍTULO 3 |
Ventos de Guerra na Europa e a Hipocrisia das Grandes Potências Ocidentais 53

CAPÍTULO 4 |
Análise do Emprego do Poder Aeroespacial no Conflito Rússia X Ucrânia (2022) 87

CAPÍTULO 5 |
Direito Internacional Humanitário no Conflito Russo-Ucraniano: O Status dos
Refugiados e a Violação às Normas Internacionais de Proteção Humanitária 121

CAPÍTULO 6 |
Mecanismos Internacionais de Garantia dos Direitos Humanos
em Cénarios de Conflito: Análise da Situação dos Refugiados Ucranianos 149

SOBRE OS AUTORES | 173

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Ucrânia se transformou em um grande teatro de operações militares russas no ano de 2022, engendrando inflexões no campo de poder regional e na dinâmica geopolíca internacional, bem como delimitando em um relevante novo marco de periodização da história do século XXI, subsequente à Pandemia da Covid-19, da Primavera Árabe e dos Atentados de 11 de Setembro.

Estruturado em seis capítulos, o livro "Ucrânia sob Fogo Cruzado: Discursos, Ações e Repercussões" trata-se de um trabalho coletivo desenvolvido a várias mãos, entre pesquisadores brasileiros, oriundos de diferentes macrorregiões e representantes de um diálogo entre os campos epistemológicos da Geografia, História, Relações Internacionais e Direito.

A colaboração multidisciplinar entre os autores propiciou a materialização de um texto reflexivo sobre a realidade territorial e de população da Ucrânia desde a emergência da "operação militar russa" em 2022, demonstrando a complexidade de variáveis conjunturais e estruturais que manifestam o campo conflitivo de poder na temática.

Os eixos temáticos desta obra envolvem discussões relacionadas às distintas percepções de guerra ou conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a contextualização geopolítica do contencioso no cenário de competição internacional pela hegemonia entre diferentes potências, bem como a análise do emprego do poder aeroespacial e do direito internacional relacionado aos refugiados ucranianos.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético a força motriz para a valorização da pluralidade nos constructos teórico-histórico-normativos e nos procedimentos metodológicos, propiciando assim uma abordagem exploratória, descritiva e

explicativa dos discursos projetados e dos fatos materializados pela intervenção russa na Ucrânia.

Nesta temática, a fundamentação pluralística dos recortes teórico-histórico-normativos e dos distintos procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados permitiram analisar o uso da força militar russa no território ucraniano ao longo dos acontecimentos e de seus desdobramentos multifacetados e transescalares no ano de 2022.

Por um lado, os distintos marcos de abstração teórica, histórica e normativa são funcionais para discutir didaticamente quais são as variáveis conjunturais e estruturais responsáveis por dinamizar o campo conflitivo de poder por meio de um conjunto de discursos e ações.

Por outro lado, a triangulação metodológica entre os procedimentos de revisão bibliográfica, jornalística e documental no levantamento de dados e de análise hermenêutica, gráfica e geoespacial na interpretação dos dados permitem combinar os marcos de abstração à concreta realidade dos fatos.

Com base em uma rigorosa fundamentação científica nos marcos de abstração e de levantamento e análise de dados, a presente obra apresenta relevantes subsídios para a reflexão do fogo cruzado instaurado na Ucrânia desde a sua intervenção militar russa, permitindo um olhar aprofundado sobre o tema, mas comprometido com uma linguagem didática e acessível a um amplo público de leitores leigos ou especializados.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras
(organizador)

CAPÍTULO 1

Guerra ou Conflito entre Rússia e Ucrânia?
Análise sobre os Discursos e Acontecimentos em 2022

GUERRA OU CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA?: ANÁLISE SOBRE OS DISCURSOS E ACONTECIMENTOS EM 2022

Marcos de Lima Gomes

José Fabiano de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

Os fenômenos de guerra e/ou dos conflitos belicosos se assemelham e se confundem a depender da ótica que são discutidos pelos atores envolvidos, demonstrando assim a existência de diferentes discursos retóricos sobre a materialidade de determinados contenciosos militares.

Por um lado, a *guerra* trata-se de um fenômeno em que ocorre o confronto de disputa entre dois ou mais grupos distintos e/ou de Estados, indivíduos organizados com utilização de armas numa tentativa de derrotar o adversário, por exemplo, e de tempo indefinido.

Por outro lado, o *conflito belicoso* sugere a possibilidade de escolha do não enfrentamento, do desacordo entre as partes envolvidas, possui características de confronto aberto e prolongado, geralmente, entre pessoas, grupos, ideologias e entres Estados em alguns casos, podendo ser resolvido por meio de negociações, do contrário, os conflitos se expandem por meio de confrontos armados.

Partindo desta discussão, observa-se que em fevereiro de 2022 a tensão existente entre Rússia e a Ucrânia chega às vias de fato, materializando-se em um enfrentamento militar entre ambos os Estados com um teatro de operações militares estabelecido em

território ucraniano por meio de uma intervenção russa que possui fundamentações históricos e geopolíticas conjunturais e estruturais.

VARIÁVEIS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DA INTERVENÇÃO RUSSA NO TERRITÓRIO UCRANIANO

Na longa duração, um dos principais motivos desse tensionamento militar decorre em função da Guerra Fria, período esse, caracterizado pelo viés político-ideológico, que tinham como protagonistas os Estados Unidos da América e (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse acontecimento resultou em uma forte polarização do mundo, notadamente entre capitalistas e comunistas, corrida armamentista e espacial, interferência estrangeira em territórios, dentre outros, que afetou as relações internacionais entre Estados em decorrência dessas disputas no jogo do poder.

Com a dissolução da URSS em 1991, a Ucrânia aparece como um elemento importante nesse tabuleiro do Poder, como sendo um dos 15 países que declarou sua independência, adquirindo *status* de país independente naquela região.

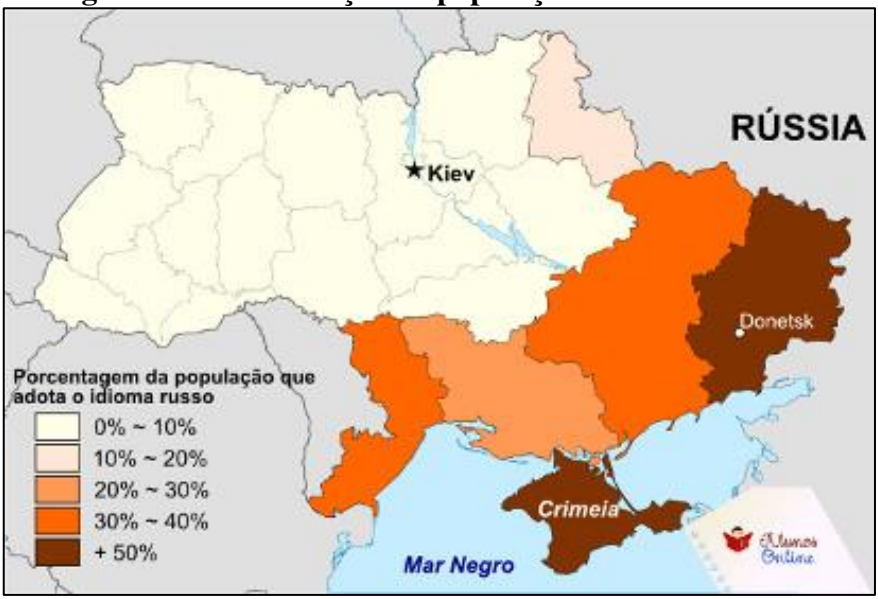
Apesar da separação, o Kremlin (sede do governo russo), pretendia manter sua influência sobre os novos Estados independentes, por meio da recém-criada Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que visava manter os laços e relações de cooperação entre os novos países que se tornaram independentes da União Soviética, com forte influência do país mais poderoso do bloco, a Rússia, contudo, a Ucrânia é considerada um instrumento para a promoção dos desígnios da Rússia (MIELNICZUK, 2006).

Apesar de terem a mesma origem e laços estreitos, russos e ucranianos possuem diferenciação cultural e étnica distintas,

principalmente no tocante ao idioma, por exemplo. No que diz respeito aos seus ancestrais, russos e ucranianos possuem antepassados comuns, os povos Eslavos do Oriente, que formaram um Estado medieval chamado Rússia de Kiev (século XIX d. C.), com sede na atual Kiev (MILITÃO, 2022).

Marcada por uma ampla pluralidade política e linguística em seu território (Figura 1), a Ucrânia, principalmente, em sua região ocidental, possui idioma ucraniano e têm viés político alinhado a União Europeia, trazido desde a dissolução da URSS. Por outro lado, na região Oriental do país, registra-se a presença de povos que utilizam o idioma russo, onde concentram-se grande quantidade de famílias com descendência e afinidade com a Rússia, que defendem maior aproximação entre ambos os países (MILITÃO, 2022).

Figura 1 - Concentração da população russa na Ucrânia



Fonte: Militão (2022). Adaptação própria.

Na curta duração, por sua vez, se registra que em 2014 a Rússia realizou uma ocupação nos territórios ucranianos da Criméia, por meio de uma ação militar que teve fundamentações em questões históricas, políticas e socioeconômicas, pois, região essa, considerada de grande importância geoestratégica, geopolítica, principalmente nas áreas comerciais e militares. É uma península banhada ao Sul, Leste e Oeste pelo Mar Negro e pelo Mar de Azov ao Nordeste, sendo conectada ao continente europeu por um estreito de terra ligando-a diretamente à Ucrânia, possui cerca de 26.000 km^2 e com população com pouco mais 2.411 milhões de habitantes (LIMA, 2019).

À época, o presidente Vladimir Putin reiterou por diversas vezes seu descontentamento com sua aproximação com os Estados Unidos e a União Europeia, principalmente com a possibilidade de adesão a OTAN, "o que faria o país participar do pacto de defesa mútua e ainda ser aparelhado com equipamentos militares da aliança em uma fronteira que estrategistas russos consideram vulnerável a ataques estrangeiros" (VAZQUEZ, 2022, p. 1).

De fato, a expansão da OTAN para países do Leste Europeu trata-se de um audacioso movimento do "Mundo Ocidental", o qual é naturalmente considerado um grave risco à segurança nacional da Rússia, uma vez que à luz da história é possível identificar que, tanto, a instalação de bases militares da URSS em Cuba representaram uma grave crise internacional (Crise dos Mísseis), quanto, para a unificação da Alemanha Oriental e Ocidental, havia a promessa do secretário de Estado dos Estados Unidos de que a OTAN não iria se estender além de Berlim (KOENING, 2022).

Dentre os diversos motivos para que o Kremlin justificasse a invasão na Crimeia em 2014 e a "operação militar especial" em 2022, há a apreensão de momento geopolíticos favoráveis, em que as potências ocidentais estariam fragilizadas e indecisas, além de razões conjunturais ou mesmo estruturais de natureza geohistórica,

ligadas ao século XII e à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, considerada a maior tragédia geopolítica do século XX segundo a ótica russa (McCARTHY (2022).

Em 21 de fevereiro de 2022, o Presidente da Rússia Vladimir Putin assina um decreto no qual reconhece a independência de duas regiões do Leste da Ucrânia considerada separatistas (Donetsk e Lugansk), com isso, abrindo espaço para movimentação de tropas russas em direção a capital ucraniana, Kiev (BRASIL, 2022). Essas duas regiões possuem cerca de 3,8 milhões de habitantes (2,3 e 1,5 milhões respectivamente) (figura 2).

Figura 2 – Regiões separatista da Ucrânia (Donetsk e Lugansk)



Fonte: BBC Brasil (2022). Adaptação própria.

O presidente Putin alega ter recebido pedidos de ambos líderes separatistas pró-Rússia e sinal verde da Câmara baixa russa (Duma), além disso, assinou um tratado de amizade e ajuda mútua com os grupos disruptivos, cuja finalidade visa apoio militar para as duas regiões. Dentre os pretextos alegados pelo Kremlin, há um conflito existente naquela região desde 2014, com ação de tropas da Ucrânia que resultaram na morte de quase 14.000 civis, muitos deles de origem étnica russa (UOL, 2022):

> Após a remoção do presidente pró-russo Viktor Yanukovych em 2014, a Rússia interveio militarmente na Ucrânia, primeiro para anexar a Crimeia e depois para apoiar uma rebelião separatista em uma região do leste da Ucrânia conhecida como Donbas. A Rússia inicialmente negou estar diretamente envolvida no conflito no leste da Ucrânia, apesar da presença de forças paramilitares russas significativas, mas abandonou a negação plausível quando comprometeu excessivamente unidades militares russas regulares em agosto de 2014. Os combates entre separatistas e militares ucranianos continuaram desde então, muitas vezes com a participação de unidades russas e frequentemente interrompidos por cessar-fogo temporário (ANGEVINE *et al*., 2019, p. 7).

Durante seu discurso de justificativa de anexação da Criméia, Putin ainda ressalta que, tanto os Estados Unidos da América (EUA), quanto a Organização do Tratado Norte (OTAN) de interferirem na região, e assim, ameaçando a soberania russa e da região europeia, repercutindo de forma negativa em todo o sistema de assuntos internacionais, dessa forma, perdendo a confiança mútua. Contudo, existem questões a serem desvendadas sobre quais foram os reais

motivos dos conflitos belicosos, que culminaram na invasão russa em território ucraniano.

Acredita-se, que além de questões históricas de aproximação étnica, cultural e linguística, deriva da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pelo Leste europeu; uma possível adesão ucraniana à aliança militar; a contestação ao direito da Ucrânia à soberania independente da Rússia, por fim, o anseio do presidente russo, Vladimir Putin de restabelecer a zona de influência da União Soviética (BBC BRASIL, 2022).

De fato, desde 1990, observou-se uma expansão da OTAN, contrariando o acordo de não progressão naquela região, e de não avançar "nem uma polegada em direção ao Leste da Europa", entre o então presidente da URSS Mikhail Gorbachev e o então secretário de Estado norte-americano James Baker, com intuito de que fosse prevalecida como uma zona neutra a região do antigo Pacto de Varsóvia[1] (PODER360, 2022), conforme cita Welle (2022):

> "Acreditamos que a expansão da OTAN para o Leste é um erro. E um erro sério", afirmou Boris Yeltsin, o primeiro presidente pós-soviético da Rússia, numa entrevista coletiva em 1997, ao lado do então presidente dos EUA, Bill Clinton, em Helsinque, onde os dois assinaram uma declaração sobre controle de armas (WELLE, 2022).

Em 1997, o então secretário-geral da OTAN, Javier Solana, oficializa o convite a novos membros para a aliança militar, o que foi aprovado pelo Senado Federal dos EUA no ano seguinte, o que

[1]Acordo militar firmado em 14 de maio de 1955, estabelecendo uma aliança entre os países socialistas do leste europeu e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (MILITÃO, 2022).

derivou na adesão dos países da: Polônia, Hungria e República Tcheca. Conforme Vazquez (2022), em 1999: a Romênia, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Letônia, em 2004: Albânia e Croácia, em 2009, Montenegro, em 2017, e Macedônia do Norte, em 2020 (figura 3).

Figura 3 – Expansão da OTAN no Leste da Europa



Fonte: BBC Brasil (2022). Adaptação própria.

Ainda segundo Vezquez (2022), a grande maioria desses países estava sob domínio ou influência, tanto do Império Russo, quanto da União das Repúblicas Socialista Soviética, assim, aproveitaram a dispersão geopolítica da Rússia para se reunirem aos EUA, bem como às potências europeias numa tentativa de se protegerem. No entanto, essa movimentação é assistida por Vladimir Putin debilmente enquanto se consolidava no poder internamente.

Desde sua ascensão ao poder, como primeiro Ministro e Presidente da Rússia em 1999 e 2000, respectivamente e, podendo permanecer no cargo até 2024, em decorrência de emenda à Constituição que ampliou o período da Presidência de 4 para 6 anos, Vladimir Putin sente-se incomodado dessa aproximação, sob o pretexto de atentado contra a soberania russa.

A Rússia com base na eloquência de que a OTAN é um instrumento de ascendência ocidental, notadamente por meios de interesses econômicos e, de outro lado, os EUA se fazem valer por meio de retóricas de democracia e direitos humanos como um pretexto para assegurar seus interesses econômicos por força, conforme relata o ministro de relações exteriores da Federação Russa Sergey Lavrov (BERZINŠ, 2022). Assim, devem-se observar as reais intensões geoestratégicas desses atores nesse tabuleiro do jogo de poder mundial na atual ordem internacional, caracterizada e crescentemente questionada como um mundo uni-multipolar (HUNTINGTON, 1999; CARVALHO; SENHORAS, 2020).

CONFLITO OU GUERRA: AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE O FOGO CRUZADO NA UCRANIA EM 2022

Guerras e/ou conflitos armados são fenômenos que estão longe de serem algo isolado, tão pouco esporádicos. Mandelbaum

(2021) ressalva que entre 1970 e 2010, ainda que houvesse uma queda acentuada em relação aos conflitos armados interestatais, cerca de 400 episódios dessa natureza entre atores não-estatais, como mercenários, grupos terroristas, paramilitares e milícias, sucederam nesse intervalo de tempo, sendo que na década dos anos de 2000, ocorreu cerda de 30 conflitos armados não-estatais apenas num só um ano.

Em 2019, havia cerca de 33 conflitos em andamento por todo o mundo, sendo que 21 desses conflitos eram de atores armados não-estatais superavam os de forças estatais (MANDELBAUM, 2021). O certo é que são vários os conflitos existentes em grande parte do planeta, e tão emblemático quanto o que o motivou o presente trabalho, com a participação de grandes potências econômicas e militares, dentre eles, destaca-se guerra civil na Síria, que ocorre desde 2011, iniciado por meio dos protestos da Primavera Árabe, e rechaçado violentamente pelo presidente Bashar Al-Assad, que comando o país de anos 2000, e por sua família desde 1970:

> Entre os principais conflitos da atualidade estão a guerra civil na Síria, que inclui a participação da Rússia e dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a rivalidade entre o grupo terrorista Boko Haram e o governo nigeriano; o conflito entre as Forças Armadas das Filipinas e os separatistas do grupo Abu Sayyaf, além da escalação da violência entre grupos criminosos e as forças de segurança do Rio de Janeiro e do Ceará, no Brasil (MANDELBAUM, 2021, p. 4).

Ainda que os conflitos belicosos causem comoção por todo o mundo, observa-se que esses se somam a tantos outros conhecidos e, pouco comentado por tantos, oriundos por diversos motivos, tais como: por territórios; independência; questões religiosas e étnicas;

golpe de Estado; recursos minerais, geoestratégias, dentre outros, como a questão do povo basco, distribuído no nordeste da Espanha e sudoeste da França, etnia esta, que luta pela independência política e territorial há pelo menos 40 anos.

No Continente Africano, os conflitos derivam de momentos pretéritos, principalmente em decorrência de sua partilha quando dá chegada dos europeus. Tais conflitos, procedem de contestações territoriais; golpes de Estado, o que acende crises políticas; rivalidades tribais, motivadas por questões étnicas ou religiosas; disputas por água e recursos minerais, dentre outros (BBC BRASIL, 2022).

Episódio importante e pouco comentando na mídia mundial, diz respeito a República da União de Myanmar, que após as eleições gerais de 2020, vencidas pelo partido Liga Nacional pela Democracia, ocorreu um golpe de Estado em primeiro de fevereiro de 2021, em que os militares daquele país alegaram fraude eleitoral e decretaram estado de emergência (CNN BRASIL, 2021).

Em ato semelhante de invasão/incursão a um território alheio, os Estados Unidos da América em 2003 invadiram o Iraque sob o pretexto de que o então presidente Saddam Hussein mantinha um arsenal de armas químicas que ameaçavam a paz mundial. Tal medida perdurou por dez anos sob acusação falsa, e em pouco tempo instituiu o novo governo de natureza provisória. A justificativa para a invasão seria desmentida, quando o então Presidente e o Primeiro Ministro dos EUA e da Inglaterra, George Bush e Tony Blair, respectivamente, assumiram que não havia o perigo (SACONI; ENTINI, 2003).

No caso em questão, em um contexto de fragilização das instituições e governos democráticos e de uma grave crise pandêmica, a audaciosa intervenção russa na Ucrânia, intitulada como “operação militar especial” foi uma aposta elevada de que o

"Mundo Ocidental" não responderia às agressões russas e em parte esteve correta, porém a um elevado custo em termos políticos e econômicos.

A escalada de retórica acontece sem uma correspondente materialização de ações de *hard power*, demonstrando a projeção de discursos agressivos de diferentes líderes mundiais contra ações de Vladmir Putin na Ucrânia em um contexto de perpetuação dos conflitos após 1 mês da invasão pelos russos.

Neste contexto, o apoio à Ucrânia parece por parte de atores políticos, instituições internacionais e grupos da sociedade civil trazem legitimidade a estes *players* em uma conjuntura internacional problemática, porém se caracterizam por um vazio à medida que diante dos elevados riscos de escalonar a um potencial conflito de natureza mundial ou nuclear há pouco compromisso e baixo custo dos atores do "Mundo Ocidental" (CHANDLER, 2022).

Na ausência de alternativas políticas e organizacionais, a agenda de moralização da temática toma o espaço de uma agenda de politização, repercutindo na projeção de discursos contrários às ações da Rússia e ações de *soft power* estruturadas em embargos econômicos à esta potência militar, porém desprovida de instrumentos de *hard power* no contexto da segurança internacional.

Esta projeção de uma agenda de moralização sobre a Ucrânia acontece justamente pelo fato do "Mundo Ocidental" optar por não se posicionar com uma agenda de politização securitária, demonstrando ser uma situação distinta em relação a conflitos internacionais como dos Balcãs, Afeganistão, Iraque ou Síria nos quais os Estados Unidos e outras potências europeias estiveram diretamente envolvidas no conflito, mas sem potencial escalonamento entre tensões com outras potenciais militares interessadas como Rússia e China.

Quadro 1 – Discussões e ações da Rússia e da Ucrânia

PRÓ-RÚSSIA	CENÁRIO DE DISCURSOS		PRÓ-UCRÂNIA
	- Contra expansão da OTAN no Leste europeu	- Associação à OTAN	
	- Desmilitarização e desnazificação	- Patriotismo	
	- Anexação da Crimeia - Reconhecimento de Repúblicas Autonônomas	- Agenda anti-Rússia - Crimes de Guerra - Discurso de genocídio	
	- Ameaça à soberania nacional	- Reestabelecimento de área de influência da URSS	
	- Defesa étnica, cultural e linguística	- Ambição russa	
	CENÁRIO DE AÇÕES		
	- Anexação da Criméia	- Diálogo com OTAN e "Mundo Ocidental"	
	- Incursão terrestre	- Resistência nacional	
	- Ataque com baterias antiaéreas e blindados	- Ação jurídica ao Tribunal de Haia	
	- Bombardeio aéreo	- Discurso presidencial em Parlamentos	
	- Reconhecimento da independência das províncias ucraniana de Donetsk e Lugansk	- Força moral com como estratégia de ação	

Fonte: Elaboração própria.

Do lado ucraniano, OTAN, EUA, UE e outros países que compartilham os valores democráticos do "Mundo Ocidental" argumentam que a incursão russa é uma guerra promovida por esse país por motivos geopolíticos, numa tentativa de ampliar seu território, retomada de sua influência política no cenário

internacional, além do imaginário de uma nova URSS como superpotência e tentativa de barrar a expansão da OTAN próximo a sua fronteira.

Do outro lado, o governo russo entende o fenômeno como uma "operação militar especial", que naturalmente leva a efeitos contenciosos e belicosos afim de garantir seus interesses naquele território sob o pretexto de que o espaço ucraniano e o russo serem um só e, necessita fazer modificações estruturais e culturais, assim, o conflito se enquadra dentro de um padrão de outros existentes atualmente, não sendo questões que se resolveram em curto prazo.

A existência de uma falácia entre retórica e prática acontece, tanto do lado russo que apresenta um discurso de "operação militar especial" em fases de prioridade e argumenta não ter alvos civis, a despeito de existirem evidencias contrárias ou indicando fracassos estratégicos, quanto do lado ucraniano que aposta na resistência nacional e na cooperação internacional, apesar da capacidade de força ter diminuído assimetricamente em diferentes partes do seu território.

Diante do cenário belicoso entre Rússia e a Ucrânia e da interdependência complexa nas relações internacionais, as repercussões desse contencioso militar repercute não apenas regionalmente o entorno destes países, mas multilateralmente, à medida que de maneira direta ou indireta existem riscos à segurança internacional e transbordamento de *spill-overs* econômicos com efeitos inflacionários devido a este novo choque exógeno.

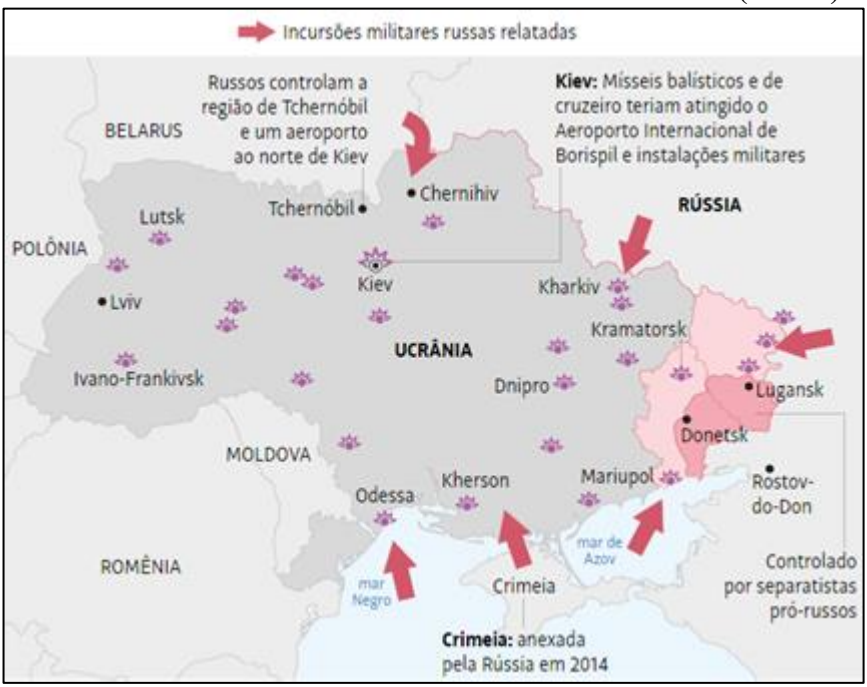
EVOLUÇÃO DO USO DA FORÇA NO TERRITÓRIO UCRANIANO

A incursão realizada pela Rússia está sendo considerado um fenômeno anunciado que teve início por meio de tensão acumulada desde a anexação da Criméia em 2014 (figura 4). Como estratégia, do governo russo fez uso de ataques do tipo *blitzkrieg* com ofensiva direcionada em cidades consideradas como estratégicas. Por se tratar de potências de poder ofensivo distintos, as críticas são mais contundentes em detrimento a Rússia, a qual inclusive está sendo acusada de cometer crimes de guerra.

De acordo com Shavit *et al*. (2022), o Presidente Putin tinha como principal objetivo na fase inicial o controle da capital Kiev e a derrubada do governo ucraniano e, *posteriori* substituição imediata por um governo pró-Rússia. Como estratégia incursiva, o governo russo realizou ofensivas em três direções distintas: (i) em direção a Kiev do Norte; (ii) em direção a Kharkov, a segunda maior cidade da Ucrânia, a partir do Nordeste; e (iii) forças que se deslocam para o norte da Península da Crimeia.

Após o primeiro mês da "operação militar especial" russa na Ucrânia, várias cidades foram bombardeadas e outras dominadas, dentre elas: Mariupol cidade portuária situada às margens do Mar Negro, considerada como região estratégica e importante centro industrial, apenas 55 km da fronteira russa. Kharkiv considerada segunda maior cidade da Ucrânia com cerca de 1,5 milhão de habitantes. Teve como alvo instalações públicas como a câmara municipal, prédio da Polícia, escolas e Universidade.

Figura 4 – Lógica descentralizada da "operação militar especial" russa em território ucraniano desde fevereiro de 2022 (1ª fase)



Fonte: Graphic New (2022). Adaptação própria.

Chernihiv, cidade que fica cerca de 120 km da capital Kiev, foi afetada por fortes bombardeios atingindo escolas, prédios residenciais e da administração pública, escolas, dentre outros. Cidade de Kherson que se localiza cerca de 100 km da Criméia, considerada um importante centro de construção naval e ponto estratégico para uma expansão russa, foi a primeira a ser completamente dominada pelos os russos.

O pequeno município de Irpin que se localiza a noroeste de Kiev, também foi alvo de ataques russos, bairros inteiros foram dizimados pelo fogo cruzado. Na capital Kiev, sede do governo

ucraniano, mísseis foram disparados em alvos civis e militares, como prédio residenciais, delegacias e paióis, principalmente. Shavit *et al*. (2022), afirma que as Forças Armadas da Rússia ainda não haviam conseguido fazer o cerco e o isolamento de Kiev, a qual está sob forte influência do Presidente ucraniano Volodymyr Zelensky.

Desde o início do conflito, milhares de pessoas deixaram suas residências a procura de lugares mais seguros. Estima-se, até o momento, cerca de 3,5 milhões pessoas já fugiram da Ucrânia, segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o que representa 8 % da população ucraniana (CNN BRASIL, 2022). A maioria dos refugiados teriam se deslocado para o entorno da europa oriental: Polônia, Eslováquia, Roménia, Moldávia ou Hungria e a Rússia, inclusive.

Se observa que do ponto de vista estratégico do Presidente Putin, compreende-se que suas tropas devem manter-se em território ucraniano, mas diminuirá a incidências de seus ataques semelhantes o que aconteceu durante a anexação da Criméia em 2014, com isso, tentará forçar um desgaste do governo ucraniano e garantir seus principais interesses, principalmente questões territoriais: oficialização da anexação da Criméia, reconhecimento das regiões separatista de Donetsk e Lugansk.

Ainda segundo Shavit *et al*. (2022), em resposta imediata em apoio ao governo ucraniano, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Europeia estariam coordenando três linhas de ações numa tentativa de barrar a incursão russa, sendo: a primeira o Isolamento econômico e político da Rússia; a segunda por meio de Fornecimento de ajuda militar à Ucrânia e, por fim, a preparação militar intensificada entre os países da OTAN.

Assim, de forma geral se observa que esse fenômeno é tratado midiaticamente, pelo EUA e a OTAN, principalmente, como uma guerra desproporcional e não como conflito belicoso,

diferentemente de outros acontecimentos existentes atualmente e que se assemelha a esse em distintas regiões do mundo, ou seja, dependerá da ótica adotada pelos atores da interlocução e muitas vezes com viés político-partidário e econômico.

Após 1 mês da incursão russa no território ucraniano, observa-se que houve uma mudança de foco na "operação militar especial" russa, a qual tinha objetivos descentralizados em todo o território ucraniano, visando diminuir a capacidade de força do país, de modo a passar a centralizar seu objetivo militar na região de Donbas, incluídas as reconhecidas pela Rússia, Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk, em meio à paralisia em outras partes do país (ALJAZEERA, 2022).

Por um lado, os geoestrategistas russos apontam que a primeira etapa da "operação militar especial" de intervenção rápida no território ucraniano, que buscava reduzir o potencial de combate das Forças Armadas da Ucrânia por meio de danos de infra-estrutura militar, equipamentos e pessoal, está concluída, de modo que as forças russas passam a ser concentrar na segunda etapa, considerada "objetivo principal" que concentrar esforços na libertação de Donbas (HODGE, 2022).

Por outro lado, os geoestrategistas ucranianos e ocidentais apontam que em função da resistência ucraniana após 1 mês, a Rússia passou a concentrar suas operações nas áreas de Kharkiv e Mariupol para permitir que suas tropas cerquem as forças ucranianas em Donbas, demonstrando assim um fracasso para conquistar a capital, Kiev, bem como um reflexivo estreitamento dos objetivos da intervenção, ao buscar dividir a Ucrânia em duas, tal como ocorreu na Guerra da Península da Coreia, com a cisão entre Coreia do Norte e Coreia do Sul.

Embora a Rússia tenha uma clara superioridade militar no teatro de operações, diminuindo significativamente a capacidade das

Forças Armadas da Ucrânia, sua estratégia de ocupação parou nas principais cidades ucranianas, como Kiev e Kharkiv (HODGE, 2022), em função da resistência ucraniana, da incapacidade de materializar superioridade aérea na e de sofrer grandes perdas de pessoal desde o início da invasão, sendo esta uma das razões para as Forças Armadas russas concentrarem esforços na região de Donbas, permitindo assim dividir a Ucrânia em duas.

Neste contexto de distintos discursos, os fatos demonstram que as múltiplas frentes de ataque russo nas primeiras semanas da intervenção na Ucrânia indicam um fracasso relativo quanto às tentativas de se cercar Kiev a título de capitulação do presidente Zelenski por coerção, o qual é contra-arrestado ao sucesso na região de Donbas, determinando assim que o *foco territorial* final para encerrar o conflito seria o reconhecimento ucraniano da independência Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk e sua conexão física com a Crimeia, tornando efetivo o projeto nacionalista da Nova Rússia (GIELOW, 2022).

Observa-se, ademais que o *foco político* da neutralidade da Ucrânia em relação à OTAN trata-se de uma garantia já conquistada indiretamente pela "operação militar especial" à medida que em um contexto de elevado conflito territorial na Ucrânia e dos potenciais riscos de uma possível III Guerra Mundial, além dos interesses da Rússia em conter a expansão da OTAN no Leste Europeu, os próprios países da "Cortina Ocidental" se tornaram *players* coagidos a não manifestarem interesse na incorporação ucraniana nesta instituição de segurança coletiva.

Com relação ao futuro do fenômeno, acredita-se ser indeterminado, uma vez que existem limitantes para seu prolongamento, como sansões econômicas, embargos, impedimento de bancos russos acessar o *Swift* (Sistema de mensagens usados pelos sistemas bancários para realizar pagamentos internacionais), dentre

outras, a temática deve perder espaço na mídia e a repercussão tenderá a diminuir.

Desse modo, é prematuro avaliar quais serão seus desdobramentos após a incursão russa, no entanto, cabe observar, que se torna evidente que a Ordem Mundial foi abalada, o que poderá desencadear novo reposicionamento dos atores internacionais, principalmente na política de defesa da OTAN em detrimento a Rússia.

Independentemente de quem cederá para um cessar fogo, o certo é que todos perdem, um conflito belicoso traz consigo uma série de efeitos colaterais para todos em decorrência de um mundo globalizado em que vivemos. O anseio do presidente Putin em recolocar a Rússia num patamar de potência mundial e deixar seu legado na história, redundou em efeito contrário do que se desejava, tendo como resposta, até o momento, uma união da grande maioria da Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia e Estados Unidos da América, por exemplo.

Pode-se observar até o momento no jogo do poder que as peças estão se movendo de forma articulada e estrategicamente de acordo com suas convicções estatais, como por exemplo, a aproximação dos Estados Unidos da América junto à Venezuela, país esse, que até recentemente era tratado com certo desdenho, afinal, nas relações internacionais, o que se deve considerar são os interesses de cada um, em detrimento da amizade.

Acredita-se que a expansão russa tende a permanecer a não ser que a Ucrânia ceda e reconheça as ambições territoriais do Presidente Putin, quanto à aceitação formal da anexação da Criméia à Rússia, reconhecimento das independências das regiões de Donetsk e Lugansk como Repúblicas Autônomas, caso contrário, esse conflito se somará a tantos outros como uma área em armistício, perdurando a tensão por tempo indeterminado.

O *modus operandi* utilizado por Vladimir Putin se assemelha ao que os Estados Unidos da América utilizaram quando da invasão no Iraque em 2003, ou seja, por meio de retóricas vazia e alheias aos fatos, sob pretextos de que não se justificam, onde ideais são considerados pacíficos, contudo, a história se mostra violenta e a realidade tende a ser decepcionante e, geralmente nunca com o fim que se almeja.

Conclui-se com base nas discussões ora apresentadas neste capítulo que o *status* da incursão russa em território ucraniano é visto de modo diferenciado entre o "Mundo Ocidental" que interpreta como uma guerra *vis-à-vis* à ótica russa que a interpreta como um conflito belicoso necessário para garantir a liberdade e os direitos humanos da população civil de origem russa em território ucraniano, bem como limitar os riscos derivados da contínua expansão da OTAN em seu entorno próximo.

Após 1 mês da invasão das tropas russas na Ucrânia, as autoridades da Rússia veem progresso nas negociações com a Ucrânia na neutralidade, porém não na desmilitarização e na 'desnazificação' (MACLEAN, 2022) ou no reconhecimento das províncias separatistas e na declaração da Crimeia como território russo, o que retarda os processos de cessar-fogo e tendem a perpetuar a permanência da intervenção russa em território ucraniano em um contexto de diminuição da visibilidade midiática internacional.

Destarte, o fogo cruzado em território ucraniano no ano de 2022 tornou-se caracterizado por distintos padrões de discursos e ações que se assemelham a tantos outros conflitos e guerras no mundo contemporâneo, não obstante as suas particularidades e *players* envolvidos tragam graves repercussões multilaterais e elevados riscos à segurança internacional que remontam os tempos da geopolítica da Guerra Fria, demonstrando assim a emergência de um relevante episódio para caracterizar a periodização do século XXI.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. "A invasão russa". **Agência Brasil** [2022]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 03/03/2022.

AL JAZEERA. "Russian focus on 'liberating' Donbas hints at shift in strategy". **Al Jazeera** [25/03/2022]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com>. Acesso em: 28/03/2022.

ANGEVINE, R. G. *et al*. "Aprendendo Lições com a Ucrânia". **Institute for Defense Analyses** [2019]. Disponível em: <www.institutefordefense.com>. Acesso em: 05/03/2022.

BBC BRASIL. "Por que motivos a Rússia invadiu a Ucrânia". **BBC Brasil** [04/03/2022]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 05/03/2022.

BERZINŠ, J. "A Geopolítica das Relações entre a Rússia e o Ocidente: antigos fantasmas em uma nova Era". **Defesanet** [2022]. Disponível em: <www.desefa.net.com.br>. Acesso em: 14/03/2022.

CARVALHO, P. N.; SENHORAS, E. M. "Impactos da Pandemia da Covid-19: Economia Internacional e Ciclo Hegemônico". *In*: SENHORAS, E. M. (org.). **Impactos Econômicos da Pandemia da Covid-19**. Boa Vista: EdUFRR, 2020.

CHANDLER, D. "Political Positionality and the War in the Ukraine". **E-International Relations** [25/03/2022]. Disponível em: <https://www.e-ir.info>. Acesso em: 27/03/2022.

CNN BRASIL. “Entenda a crise provocada pelo golpe militar em Mianmar”. **CNN Brasil** [08/04/2021]. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 17/03/2022.

CNN BRASIL. “Mais de 3,5 milhões de pessoas já deixaram a Ucrânia desde início da guerra”. **CNN Brasil** [22/03/2022]. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 17/03/2022.

FIORI, J. L. C. “Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos”. **Saúde em Debate**, vol. 42, n. especial 3, 2018.

G1. “Amendoim, adubo, máquinas: veja os principais produtos do comércio do Brasil com Rússia e Ucrânia” **G1 Economia** [01/03/2022]. Disponível em: <www.g1economia.com.br>. Acesso em: 18/03/2022.

GIELOW, I. “Rússia anuncia 'redução drástica' de ataques a Kiev e muda foco da guerra na Ucrânia”. **Folha de São Paulo** [29/03/2022]. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29/03/2022.

HODGE, N. “Russia says first phase of war is over as its advances in Ukraine appear to have stalled”. **CNN** [26/03/2022]. Disponível em: <https://www.cnn.com>. Acesso em: 27/03/2022.

HUNTINGTON, S. P. “The lonely superpower”. **Foreign Affairs**, Mach/April, 1999. Disponível em: <https://foreignaffairs.com>. Acesso em: 30/03/2022.

LIMA, J. S. **Crise da Criméia (2014)**: aspectos da Ordem Mundial e lições para o Brasil. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

KOENING, P. “Ukraine-Russia: A Proxy-War, Advancing the Agenda of the Great Reset?” **Global Research** [23/03/2022]. Disponível em: https://www.globalresearch.ca>. Acesso em: 27/03/2022.

MACLEAN, W. “Russian official sees progress with Ukraine on neutrality, not on 'denazification'”. **Reuters** [18/03/2022]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 27/03/2022.

MANDELBAUM, H. G. “O conflito armado no século XXI: os impactos dos novos atores combatentes nas - novas guerras”. **NUPRI Working Paper**, n. 9, 2021.

McCARTHY, M. “Russia and Ukraine: What to Know from a Historian”. **In All Things** [04/02/2022]. Disponível em: <https://inallthings.org>. Acesso em: 18/03/2022.

MIELNICZUK, F. “Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS”. **Contexto Internacional**, vol. n. 1, 2006.

MILITÃO, B. “7 fatos para entender as tensões entre Rússia e Ucrânia”. **Revista Galileu** [2022]. Disponível em: <www.revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 15/03/2022.

SACONI, R.; ENTINI, C. E. “Com justificativa falsa, Iraque era invadido há 10 anos”. **Estadão** [10/03/2013]. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 18/03/2022.

SCHIFFLING, S.; KANELLOS, V. “Cinco commodities essenciais que serão atingidas pela guerra na Ucrânia”. **Galileu Online** [2022]. Disponível em: <https://galileuonline.com.br>. Acesso em: 30/03/2022.

SHAVIT, E. MAGEN, Z.; STEIN, S. “The Ukraine Crisis: An Interim Analysis”. **INSS Insight**, n. 1562, 2022. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 27/03/2022.

UOL. “Putin reconhece independência de separatistas pró-Rússia de Donetsk e Lugansk”. **UOL** [21/02/2022]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 04/03/2022.

VAZQUEZ. R. “O que é a OTAN e quais são os países que fazem parte da organização”. **Valor Econômico** [25/02/2022]. Disponível em: <www.valor.globo.com>. Acesso em: 13/02/2022.

WELLE, D. “Por que a Rússia não quer a expansão da OTAN para o leste”. **Isto é dinheiro** [25/02/2022]. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br>. Acesso em: 05/03/2022.

CAPÍTULO 2

O Conflito Russo-Ucraniano,
Disputas Geopolíticas e o Espaço
Geográfico: A Competição pela Hegemonia Global

O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO, DISPUTAS GEOPOLÍTICAS E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: A COMPETIÇÃO PELA HEGEMONIA GLOBAL

Jonathan Christian Dias dos Santos

Em 2021 completaram-se 30 anos do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No fatídico dia 25 de dezembro de 1991 ocorreu a morte política, econômica e diplomática de um Estado cuja existência durou 69 anos e no seu espaço distintos povos e culturas coexistiram. Todavia, as consequências da fragmentação da União Soviética e a criação de Estados-Nação independentes no antigo espaço geográfico soviético são observadas até os dias atuais.

As disputas espaciais que ocorrem no antigo espaço geográfico soviético não são novas. Estas disputas espaciais foram, após a dissolução da URSS, acentuadas pelas novas disputas geopolíticas estatais que ali começaram a emergir. Os conflitos do Alto Carabaque (1988 e 2020), as guerras da Chechênia (1994 e 1999) e Russo-Georgiana (2008) são alguns exemplos. A recente crise Russo-Ucraniana é apenas mais uma consequência dessa fragmentação que expõe novas tramas geopolíticas e as práticas espaciais a elas associadas.

Corrêa (2020, p. 37) diz que "no processo de produção espacial há uma inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço". As novas disputas geopolíticas estatais na área da antiga União Soviética não traduzem uma "Nova Guerra Fria" ou "Guerra Fria 2.0". Os contextos são diferentes. Essas disputas geopolíticas estatais são novos processos de produção espacial que estão elencadas ao controle do espaço (e seus triunfos),

a exploração de commodities (gás natural, petróleo, produtos agrícolas), mercados financeiros e a conquista de novas zonas (Leste europeu, Cáucaso e a Ásia Central) de influência econômica, política e também militar.

As novas geopolíticas dos principais atores do cenário político mundial do século XXI (Rússia, EUA, China) buscam, principalmente, estabelecer hegemonias. Segundo Agnew (2008, p. 208) "o termo hegemonia origina-se de uma palavra grega que significa dominação ou liderança, especificamente em um Estado ou nação, em uma liga ou confederação, porém sem uma clara indicação de sentido".

Diferentemente dos tempos de Guerra Fria, essas hegemonias não buscam estabelecer distintos modelos econômicos e políticos. Estes paradigmas políticos e econômicos caíram com o Muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS, em 1991.

Estes atores políticos mundiais disputam entre si o poder dentro do sistema capitalista. A conquista do poder no sistema capitalista, como afirma Agnew (2008), é complexa e ocorre de variadas maneiras. A disputa por esse poder fundamentalmente passa pelo espaço geográfico e ocorre, por exemplo, através da extração de recursos, do desenvolvimento de circuitos espaciais de produção e da integração de distintos espaços por meio de inúmeras redes de infraestrutura (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias).

Ainda que este conflito entre a Rússia e a Ucrânia não corresponda a uma "Guerra Fria 2.0" suas origens inevitavelmente estão naquele período. Após o fim da URSS, especialmente com a chegada de Vladimir Putin ao poder, em 2000, o antigo espaço geográfico da União Soviética, com um grande valor geoestratégico, na visão dele e de seus conselheiros deveriam continuar à sombra da influência russa, ou melhor dizendo, à sombra da hegemonia russa.

Pode-se dizer que por trás da visão de Putin e de seus assessores esteja a corrente de pensamento eurasianista. O eurasianismo ganhou destaque entre os pensadores políticos russos especialmente na década de 90, com a insatisfação da elite política russa ao tratamento que a Rússia recebia de organismos e governos ocidentais. Essa corrente de pensamento nasce como uma visão alternativa a uma aliança entre a Rússia e o Ocidente, sugerindo que os russos devem desenvolver sua filosofia política e a sua hegemonia com base na sua história e cultura, incluindo os territórios que fizeram outrora parte do Império Russo (SERGUNIN, 2016).

Não coincidentemente este espaço, circundante ao território russo, é o cerne do conceito de "Heartland" proposto pelo geógrafo britânico Halford John Mackinder. Para Mackinder quem tivesse o domínio da imensa porção terrestre do Heartland (espaço correspondendo ao antigo Império Russo e a URSS), dominaria o principal polo de poder mundial (COSTA, 2010, p. 80). A explicação para isso seria justamente a posição geoestratégica altamente benéfica que esta região fornece.

Para os russos este espaço é fundamental [a] por ser rico em recursos naturais (gás natural, petróleo, minério de ferro e afins); e [b] permitir a ligação entre a Europa (economicamente estagnada e politicamente caótica) e a Ásia (em ascensão econômica desde o começo deste século), tendo a Rússia como uma espécie de ponte entre os fluxos comerciais e as infraestruturas (como a *New Eurasian Land Bridge,* um dos corredores econômicos da Nova Rota da Seda chinesa*)* destas duas áreas.

Além dos motivos já enumerados, estes espaços, quando não estiverem sob hegemonia russa, também servem como Estados-tampão para determinar as zonas espaciais de influência entre a Rússia e o Ocidente. Portanto, os russos compreendem que a Ásia Central, o Cáucaso e principalmente o Leste Europeu (especialmente Ucrânia, Belarus e Moldávia) devem naturalmente ser espaços de

sua influência geopolítica. Caso não estejam na sua esfera geopolítica, devem, pelo menos, ser espaços neutros.

Por outro lado, o Ocidente, liderado pelos EUA, também se utilizaram de Mackinder para desenvolver políticas de contenção e não permitir o avanço da hegemonia Russa/Soviética para espaços que estão no âmbito de sua ação geopolítica (MELLO, 1999). Vimos explicitamente estas políticas ao longo dos anos de Guerra Fria, através de alianças, tratados e acordos políticos realizados em diferentes esferas (Organização do Tratado do Sudeste Asiático, o Tratado ANZUS, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, por exemplo). No cerne do atual conflito Russo-Ucraniano está uma dessas políticas de contenção: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A OTAN foi criada em 1949 e contava com 12 membros, a saber: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal e Reino Unido. O principal objetivo da aliança militar era fazer frente ao Pacto de Varsóvia, uma aliança militar entre os soviéticos e seus aliados. Mesmo com o fim do bloco soviético a OTAN, no século XXI, expandiu o seu espaço geográfico de atuação com a adesão de países que fazem fronteira com o território russo, como é o caso da Estônia, Letônia e Lituânia que ingressaram na aliança em 2004.

A União Europeia (UE) também pode ser compreendida como outra política de contenção russa, porém no campo econômico. Não à toa a maioria dos Estados aliados à OTAN também estão na UE. Desta maneira a OTAN e UE, por exemplo, conseguem conter espacialmente a influência econômica e militar russa no continente europeu e se caracterizam como instrumentos de disputa de poder, permitindo um avanço da hegemonia atlântica em um espaço que os russos consideram naturalmente de sua influência. Mas qual é o papel e a importância da Ucrânia neste contexto?

A Ucrânia é um país de fortes ligações culturais e econômicas com a Rússia. Além disso, segundo Brustolin (2022), o país é estrategicamente importante para as forças navais russas. A península da Crimeia, anexada pelos russos em 2014, permite a frota russa, através do Mar Negro e do Estreito de Bósforo, o alcance e navegação pelos mares de água quente que, diferentemente do Oceano Ártico, é trafegável durante todo o ano.

Para além da importância geoestratégica a Ucrânia também é um parceiro econômico importante para a Rússia. Em 2019, o valor de exportação dos russos para os ucranianos foi de $6.62 bilhões de dólares. Ao inverso, dos ucranianos para os russos, foi de $4.69 bilhões de dólares. Os principais produtos na troca comercial entre a Rússia e a Ucrânia são: combustíveis fósseis (especialmente o gás natural, que foi constantemente utilizado como alvo do poder econômico[2] aplicado pela Rússia com a intenção de afastar a Ucrânia dos blocos ocidentais e mantê-la sobre sua zona de influência), maquinários pesados, ferro e aço, entre outros (OEC, 2022). Ademais, as indústrias russas e ucranianas também são parceiras em determinados campos como, por exemplo, na produção de microchips, partes automotivas e afins.

A relação entre ucranianos e russos se degradou de forma acentuada no ano de 2013, quando a Ucrânia recuou em um acordo comercial com a UE após pressão russa. Com a desistência deste acordo a população iniciou uma série de protestos contra o presidente pró-Rússia, Viktor Yanukovych, que ficaram conhecidos como *Euromaidan*. Como consequência, Viktor Yanukovych foi deposto e o país deu uma guinada nas relações mais estreitas com o

[2] Poder econômico poder ser compreendido como a utilização (para punição ou controle) de recursos econômicos para alcançar objetivos específicos. Sanções econômicas, exploração de recursos naturais, interdependência econômica e cambial e acesso ou restrição a mercados são alguns dos recursos utilizados para exercer o poder econômico (NYE, 2012).

bloco europeu, principalmente durante o governo de Petro Poroshenko, sucessor de Yanukovych.

A questão cultural e identitária também é um fator de preocupação para Moscou. Desde a crise de 2013 as relações culturais entre os russos e ucranianos também tiveram mudanças significativas. Talvez, a mais importante dessas mudanças foi a separação, após 300 anos unidas, da Igreja Ortodoxa ucraniana da Igreja Ortodoxa russa, em 2019 (MOURENZA; SAHUQUILLO, 2019). O idioma também é outro ponto sensível. Como em todo o antigo espaço soviético, o idioma russo é muito presente no corpo social da Ucrânia.

No entanto, também em 2019, foi aprovada uma lei em que até 3 anos os funcionários públicos do país deveriam obrigatoriamente se comunicar através do idioma ucraniano, sendo proibido o uso do idioma russo para tal finalidade (ESTADO DE MINAS, 2019). Essa ação foi considerada por Moscou como uma forma de promover o apagamento da cultura russa e prejudicial às populações com maior aproximação a cultura russa que estão presentes no Leste da Ucrânia.

Dessa maneira, a Rússia se viu ameaçada com a possível perda de um espaço no continente europeu que, a partir da sua perspectiva política, ela historicamente tem o direito de exercer alguma influência. Para os principais formuladores políticos russos a guinada ucraniana em direção a hegemonia ocidental é um absurdo e não deveria ser tolerada.

Para não comprometer a construção do seu poder hegemônico e não permitir a aproximação das políticas de contenção ocidentais às fronteiras russas, desde 2014, Moscou vem apoiando e colaborando (presença de tropas russas descaracterizadas) com grupos separatistas pró-Rússia atuantes na região Leste da Ucrânia. Este movimento, para os russos, é fundamental, pois a partir do seu

ponto de vista ainda conseguem equilibrar a disputa de influência no espaço ucraniano com os atores ocidentais e contrabalancear os rumos políticos da Ucrânia.

Em 2021, Putin disse em algumas ocasiões (G1, 2021; BALMFORTH; SOLDATKIN, 2021) que o Ocidente não deveria ultrapassar os limites da Rússia. A Ucrânia, na visão geopolítica russa, é o limite do espaço de influência russo e não deveria ser conquistado, na figura da OTAN e da UE, pelo Ocidente. Portanto, a tomada de decisão de Putin em invadir a Ucrânia, no dia 24 de fevereiro de 2022, é uma resposta ao bloco hegemônico de poder Ocidental de que a Rússia não tolera a influência cultural, econômica, política e não pretende permitir a tomada de espaços de influências que eles acreditam ser de sua alçada. Este novo capítulo da história mundial elevou a disputa pelo poder hegemônico global.

A Ucrânia é um território que está sendo o palco de atuação das novas geopolíticas estatais, que buscam estabelecer espaços geográficos de poder e hegemonia no interior do sistema capitalista. Isto nunca deixou de ocorrer. Não é uma exclusividade da Rússia promover conflitos armados para estabelecer esta categoria de poder. A África e o Sudoeste Asiático sofrem continuamente, durante décadas, com estas disputas, quase sempre apoiadas pelas lideranças ocidentais e aliados.

Para reprimir a tentativa russa de romper o poder hegemônico ocidental, os membros das políticas de contenção que citamos anteriormente estão contra-atacando principalmente em duas frentes: [a] econômica, sufocando o sistema financeiro russo, através de sanções econômicas a bancos russos e a expulsão da Rússia do sistema *SWIFT*; e [b] militar fomentando o escalonamento do conflito através do suporte militar (armamento, caças, combustível) dos países da OTAN à Ucrânia. Outro método de enfraquecer esse rompimento é subjugar a Rússia na opinião popular. Isso tem sido

feito, por exemplo, através da exclusão do país em eventos esportivos.

As consequências do contra-ataque ocidental à invasão do território ucraniano pela Rússia não se limitam apenas aos europeus. Ela goteja em todas as partes do mundo com a elevação no preço do petróleo, afetando a produção e o fornecimento produtos agrícolas e causando o embaraço na cadeia produtiva de aço, metal e titânio. Isto ocorre porque vivemos em um mundo amplamente conectado por uma gama de redes financeiras e de infraestruturas que tornam diferentes territórios e sujeitos interdependentes.

Além disso, as consequências do poder econômico exercido no sistema econômico russo e o colapso com a desvalorização da moeda russa (rublo) também ecoam em países cujas economias estão profundamente atreladas à Rússia. Na Ásia Central, por exemplo, as fragilizadas economias do Quirguistão e Tadjiquistão dependem significativamente das remitências dos migrantes laborais destes países que ocupam postos informais de trabalhos em grandes cidades russas.

Por fim, é necessário destacar que não existe o "vilão" e o "mocinho". A geopolítica é pragmática e os ucranianos, pela posição geoestratégica do seu território, estão sofrendo, da maneira mais dolorosa possível, a disputa, entre a Rússia e o Ocidente, pela hegemonia global. Enquanto o Ocidente, incapaz de impedir um conflito armado nas suas fronteiras, tenta realizar a manutenção da sua cambaleada hegemonia, através das políticas de contenção contra a Rússia; os russos acreditam ser inadmissível que o bloco de poder ocidental tente capturar atores que jamais devem sair da sua esfera de influência, e para tal, iniciam um conflito armado para demonstrar o seu poder.

Estas disputas geopolíticas estatais sempre existiram e continuarão a existir. A grande diferença nesta disputa hegemônica

é que agora elas não estão escondidas no que Santos (1999) chamaria espaços opacos. O mundo não está chocado por mais um conflito estar ocorrendo. Conflitos existiram e existirão, especialmente em regiões onde as configurações políticas e econômicas são mais fragilizadas, pois estão na base das relações de poder inerentes ao território e espaço. A opinião pública está chocada por assistir à guerra, a dor e a busca pelo poder no espaço europeu, tido no imaginário geográfico mundial contemporâneo como avançado, civilizado, moderno e próspero.

Os russos conseguirão romper com a hegemonia Ocidental? O ocidente irá conseguir parar a investida russa? Ainda é muito prematuro para se obter as respostas destes questionamentos. Os conflitos, sobretudo armados, são dinâmicos e precisaremos de décadas para compreender os desdobramentos desta nova fase da hegemonia global.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. "A nova configuração do poder global". **Caderno CRH**, vol. 21, n. 3, 2008.

BALMFORTH, T.; SOLDATKIN, V. "Putin diz que Ocidente trata 'linhas vermelhas' da Rússia com leviandade". **Isto É Dinheiro** [18/11/2021]. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br>. Acesso em: 26/02/2022.

BRUSTOLIN, V. "Pesquisador da UFF esclarece as motivações históricas da guerra entre Rússia e Ucrânia". **Portal Eletrônico da Universidade Federal Fluminense** [24/02/2022]. Disponível em: <https://www.uff.br>. Acesso em: 26/02/2022.

CORRÊA, R. L. “Espaço: um conceito-chave da Geografia”. *In*: CASTRO, I. E. *et al*. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora da USP, 2010.

ESTADO DE MINAS. “Ucrânia aprova lei para reforçar o uso da língua ucraniana”. **Estado de Minas** [25/04/2019]. Disponível em: <https://www.em.com.br>. Acesso em: 28/02/2022.

G1. “Vladimir Putin diz que país dará resposta severa se Ocidente ultrapassar limites da Rússia”. **G1** [21/04/2021]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 26/02/2022.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?**. São Paulo: HUCITEC, 2015.

MOURENZA, A.; SAHUQUILLO, M. “Igreja Ortodoxa ucraniana se separa formalmente da russa”. **El País** [06/01/2019]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 28/02/2022.

NYE, J. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OEC - The Observatory of Economic Complexity. “Latest Trends”. **OEC Website** [2022]. Disponível em: <https://oec.world>. Acesso em: 26/02/2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SERGUNIN, A. **Explaining Russian Foreign Policy Behavior**: theory and practice. Stuttgart: Ibidem Press, 2016.

CAPÍTULO 3

Ventos de Guerra na Europa e a
Hipocrisia das Grandes Potências Ocidentais

VENTOS DE GUERRA NA EUROPA E A HIPOCRISIA DAS GRANDES POTÊNCIAS OCIDENTAIS

Vinicius Modolo Teixeira

Gustavo Glodes Blum

Passadas mais de sete décadas do fim do último conflito mundial na Europa e mais de três décadas do fim da União Soviética e das tensões Leste-Oeste, o mundo se depara com um conflito em larga escala entre Rússia e Ucrânia. Desde 2014, a crise desencadeada por uma série de protestos que levaram a uma guerra civil na Ucrânia abriu caminho para a re-emergência de questões que há muito estavam represadas nas relações entre a Rússia e o Ocidente. Agora, em 2022, após meses de anseios quanto a um possível conflito na Europa, é necessário recobrar brevemente como chegamos a uma guerra na região mais rica e dita civilizada do mundo.

Ao final da Guerra Fria, a expectativa entre uma confrontação entre as superpotências fora substituída pela esperança da "Paz Perpétua"[3], levando até mesmo à proposição do "Fim da História"[4], em um claro superdimensionamento da vitória do capitalismo de origem liberal e sucesso da democracia frente aos demais modelos políticos e econômicos. Logicamente, essa esperança logo foi substituída pela dura realidade das guerras em diversas partes do mundo, que apesar de despidas da influência da bipolaridade, continuavam tão mortais quanto antes, levando a

[3] Em alusão à obra de Immanuel Kant, "A Paz Perpétua".

[4] Referência à obra de Francis Fukuyama, "Fim da História e o último homem".

massacres de civis em Ruanda, Somália, Timor Leste, ex-Iugoslávia, dentre outros.

Neste texto, buscaremos colocar o atual engajamento militar da Rússia na Ucrânia – que tem sido denominada de forma variada como "invasão", "operação militar especial" e "guerra" – dentro das principais tendências geopolíticas no continente europeu. Espera-se que, desta forma, seja possível compreender como os ventos da guerra no continente se conjugam com políticas que incentivam o uso da força por parte de diferentes atores geopolíticos relevantes na região.

Assim, inicialmente fazemos um breve resgate histórico a respeito dos processos internos de reconstrução da economia russa por parte do governo de Vladimir Putin. Entre 1999 e 2022, o "regime putinista" teve como ênfase a produção de recursos militares como uma estratégia geoeconômica que, somada à exportação de recursos energéticos, permitiu o ressurgimento da Rússia como uma potência bélica no mundo. Este aspecto parece ser importante para compreender as opções tomadas pelo governo de Putin no entorno do uso da força, sobretudo a partir de 2008.

Posteriormente, buscamos inserir estas opções por parte do governo russo dentro do escopo de um momento "mackinderiano" do Sistema Internacional. Retomando as proposições políticas de Halford Mackinder a respeito do papel que cumpre a Eurásia no equilíbrio internacional moderno, pretendemos apontar as características do Sistema Internacional após 2008 que permitem revisitar a sua teoria em busca de algumas luzes que auxiliem na interpretação da atual confrontação.

Por fim, gostaríamos de apontar algumas características que permitem refletir sobre a hipocrisia das grandes potências. Consideramos que Vladimir Putin não é um democrata convicto nem pretende ter padrões éticos e morais guiados por pressupostos

eurocêntricos. Ao mesmo tempo, porém, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que tampouco as potências ocidentais atuam guiadas pelos princípios morais e éticos que advogam, agindo com certa leniência junto a aliados, e com rispidez com relação a opositores. Este padrão duplo de atuação serve como elemento central para justificar a ação destas potências no mundo, hoje.

O "PUTINISMO" E A EVOLUÇÃO DO CENÁRIO GEOPOLÍTICO NA EUROPA NO SÉCULO XXI

Nos anos 1990, enquanto a Rússia tentava se organizar em um novo modelo político e econômico, nos escombros do que antes fora chamado pelo presidente Ronald Reagan como "Império do Mal" (REAGAN, 1983), os EUA viviam um momento particularmente tranquilo. Podiam operar sua estratégia global sem oposição e alocar seus diferentes dispositivos de segurança nas localidades que priorizavam, o que proporcionou um momento singular de unipolaridade nas Relações Internacionais.

Por sua vez, a decadência do poderio militar russo chegaria ao seu ponto mais baixo no ano 2000, logo após Vladimir Putin substituir interinamente Boris Iéltsin e ser eleito, posteriormente, para o cargo de presidente da Rússia. Foi neste período que o submarino nuclear Kursk, um dos mais novos em operação no país, naufragou devido a falhas em um de seus torpedos, com a morte de todos os tripulantes (DODDS, 2003; TRUSCOTT, 2003). Este fenômeno causou grande consternação e constrangimento aos russos, que também se viam às voltas com a crise separatista na Chechênia. Tais problemas motivaram o novo governo a impor um ritmo diferente à política interna, reformulando os planos econômicos e, principalmente, renovando a indústria de defesa do

país, para recolocar a Rússia de volta ao seu lugar dentre as grandes potências.

Já em 1999, no tradicional discurso de ano novo para a população russa, alguns dos principais pontos do método de governo de Vladimir Putin já apareciam delineados. Tendo como pano de fundo as guerras de esfacelamento da ex-Iugoslávia, Putin preocupou-se em demonstrar que o que mais importava era a continuidade do governo, mesmo com a renúncia do então presidente Boris Yeltsin. "Não haveria vácuo", afirmou o recém-empossado presidente, e haveria a manutenção das garantias do Estado, ou seja, a manutenção das liberdades de expressão, de consciência, da mídia em massa e dos direitos de propriedade. Sobretudo, em 1999 Putin apontava para o fato de que as forças armadas russas, o seu Serviço Fronteiriço Nacional e as Forças de Segurança estavam "trabalhando dentro do regime", e que, de forma mais importantes, "O Estado continua[va] a garantir a segurança de todos os cidadãos da Federação Russa" (PUTIN, 1999).

Não apenas as guerras de esfacelamento da Iugoslávia e a Guerra do Golfo formavam o pano de fundo da preocupação do novo governo de manter a estabilidade como guia da administração pública. Também as decisões tomadas na década de 1990 com relação à posse russa das armas nucleares, o Acordo de Arrendamento da Base de Sebastopol com a Ucrânia e a ascensão política dos oligarcas com a crise da dívida em 1998 formavam um caldo social em que a situação do próprio Estado russo era colocada em xeque. E esse início do século XXI encontrou a Rússia numa situação específica, com inúmeros problemas de diferentes aspectos para poder exercer suas capacidades de ordenamento territorial e de comando da população a partir das estruturas governamentais.

Em termos institucionais, a falta de reformas constitucionais a respeito da responsabilidade de cada ente governamental, com disputas ocorrendo, inclusive, entre o Governo Federal, governos

subnacionais e o Parlamento russo era significativa. Houve, também, importantes disputas no entorno da capacidade de indicação de governadores regionais ou de eleição local que levaram à instituição dos Distritos Federais de administração territorial diretamente ligados ao governo em Moscou. As políticas ultraliberais do governo Iéltsin também reduziram as capacidades de atuação do governo federal, o que se somou à falta de reformas dentro das instituições permanentes do Estado e o medo de sua autonomização excessiva perante os desígnios da Presidência.

Também em termos populacionais havia grandes desafios, uma vez que se sobrepuseram e recombinaram diversos elementos de longa, média e curta duração que dificultaram o estabelecimento de práticas políticas governamentais dentro do Estado russo. Um fenômeno de longo prazo foi a consequência das políticas demográficas soviéticas, que buscaram criar pequenas maiorias étnicas nas áreas mais estratégicas do país. Produto das respostas do regime stalinista ao fracasso das políticas de russificação na União Soviética, estas políticas geraram pequenas maiorias étnicas em entidades subnacionais do país, que poderiam ter sua preponderância política contestada pela manipulação das outras minorias étnicas presentes no mesmo território.

Somados ao longo período de declínio populacional que se deu em razão de uma nova voga diaspórica e a diminuição da qualidade de vida da população, esses elementos nos anos 1990 apontavam para a dificuldade de inserir, na Rússia, uma política de nacionalismo étnico aos moldes dos países da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, havia resistências e a necessidade de discussão constitucional a respeito das heranças do sistema jurídico soviético, e um altíssimo nível de qualificação da mão-de-obra sem emprego na área ou sem renda compatível com sua formação fez com que a opção tomada pelo governo de Putin se baseasse também na estabilidade econômica.

A opção adotada foi aquela de focar na produção econômica que pudesse gerar um acesso tremendo à liquidez, para poder retomar a capacidade central do governo de atuar na "reconstrução" da Rússia. Neste sentido, a exploração renovada das jazidas de petróleo e gás natural, abundantes em regiões dentro do território pertencente à Federação Russa, foi o eixo estratégico que permitiu, ao governo de Vladimir Putin, construir a Federação Russa com base na estabilidade política e econômica. Como aponta Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016):

> O presidente Vladimir Putin confirmou a posição da Rússia como superpotência energética graças à política de levar o Estado a assumir o controle de parte substancial da produção de gás e petróleo (...). Destarte, o presidente Putin realizou uma política de compromissos, mediante a intermediação do Estado, estabilizou a elite política e empreendeu a construção de um sistema econômico híbrido, em que o Estado passou a controlar quase 50% da economia, *i.e.*, os setores estratégicos – empresas de energia, telecomunicações, metalurgia, indústria bélica e nuclear – e deixou para a iniciativa privada a produção de bens de consumo e a agricultura. O Estado, em 2012, controlava ainda 49% do setor bancário e 73% do transporte (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 134).

Estas ações estabelecem alguns pontos que poderiam se chamar os "elementos basilares do putinismo", ou seja, os eixos políticos por meio dos quais se desenvolveu o método de governo aplicado à Rússia nas últimas duas décadas pela elite política ligada ao presidente Vladimir Putin. A manutenção da estabilidade econômica e política sempre se manteve como eixo central, focando principalmente na capacidade de compra dos cidadãos e na

manutenção de certos níveis de emprego. Mesmo quando estes dois elementos se encontravam em perigo, a aposta do governo russo era na prevenção de tensões sociais ao garantir a estabilidade do mercado de trabalho. Os protestos de 2020, por exemplo, tinham como mote principal a queda no emprego entre a população mais jovem.

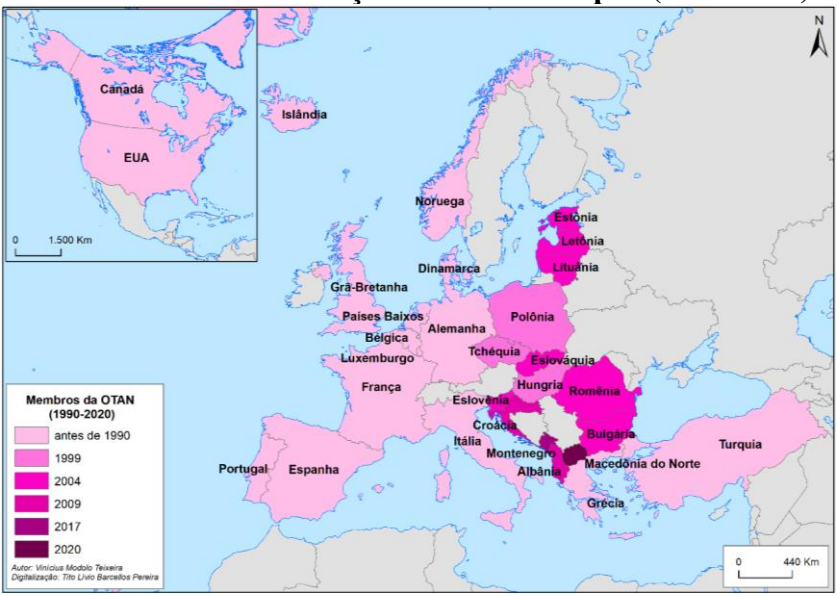
Para garantir essa "submissão da economia à política", o governo buscou restringir o setor privado a setores não-estratégicos, já que os setores vistos como essenciais para gerar emprego e garantir o acesso a grande liquidez por meio da exportação se dava por meio da nacionalização direta ou indireta destes setores. É por este motivo que se pode afirmar que a prática política do "putinismo" inicia-se como um nexo segurança-desenvolvimento, em que a liquidez das exportações de commodities garante o investimento no complexo industrial-militar e gera replicação nacional da riqueza investida, já que movimenta uma base geoestratégica para "fazer girar" a indústria pesada e tecnológica mobilizada pelo Estado.

Enquanto a Rússia se articulava internamente, os EUA e a Europa Ocidental, antevendo a possibilidade de seu ressurgimento, buscavam aproveitar a ainda relativa baixa condição de seu poderio militar, aumentando sua influência no Leste Europeu com a incorporação de antigos membros do Pacto de Varsóvia, e até mesmo ex-Repúblicas Soviéticas, à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Esta expansão da OTAN, sobretudo, rompia com acordos não formalizados, estabelecidos ao fim da Guerra Fria, que preconizavam que essa Organização não absorveria tais países. Em tais acordos, estabelecidos entre o secretário de Estado dos EUA, James Baker, e o então Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético Mikhail Gorbachev, a não expansão da OTAN para os territórios dos países da Europa de Leste foi aventada, como exigia o premiê soviético. Ainda que o encontro não tenha gerado um

compromisso escrito, a liberação de 239 registros dessa reunião, segundo aponta Bacevich (2017), confirma que uma promessa não formal de que a OTAN não expandiria para o Leste europeu havia sido discutida em troca do apoio à anexação da Alemanha Oriental como membro da organização.

Mapa 1 - Expansão da Organização doTratado do Atlântico Norte em direção ao Leste Europeu (1990-2020)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: OTAN (2022).

Como é sabido, tais compromissos não foram seguidos e, ainda nos anos 1990, a OTAN iniciou uma profunda expansão que chegaria na década seguinte às fronteiras russas no Báltico. O ímpeto expansionista da OTAN, que ainda não foi contido, fez com que a instituição contasse, em 2020, com 30 países membros (Mapa 1), abrangendo inclusive quase todo o Leste Europeu e a região dos

Bálcãs. Com a exceção dos países tradicionalmente neutros da Europa (Suíça, Suécia, Áustria e Finlândia), a organização apenas não incorporou aliadas russas como a Sérvia e Belarus, e países que são considerados estratégicos para a existência de Moscou, como a Bósnia-Herzegovina e a Ucrânia.

É justamente em torno da expansão e atuação da OTAN nos últimos trinta anos que gira a mais recente crise. Concebida como uma Organização de Cooperação em Defesa (OCD) para combater a ameaça soviética durante a Guerra Fria, a Organização passou a atuar fora de sua área de interesse principal, o Atlântico Norte, se inserindo cada vez mais na antiga área de influência soviética e antigos aliados russos. Entre os anos de 1998 e 1999, a Sérvia sofreu uma intervenção por parte da OTAN, marcando a primeira operação militar da organização.

Assim como outros países da Europa Oriental, a Ucrânia também foi convidada a participar de atividades colaborativas com a OTAN, como foi o caso da *Partnership for Peace* (PfP) – projeto que, a princípio, incluía a Rússia. No entanto, as pretensões ucranianas de se tornar um membro efetivo da organização, e não apenas um parceiro externo, se tornaram mais fortes na primeira década dos anos 2000, após a OTAN iniciar suas sucessivas ondas de expansão que tiveram lugar nos anos de 1999, 2004 e 2009.

Enquanto essas ondas expansionistas da OTAN encontraram pouca oposição russa, apesar de breves notas rejeitando tais ações, as subsequentes foram recebidas de forma mais ríspida. Para a Ucrânia, as pretensões em quebrar os laços políticos econômicos do país com a Rússia, voltando-se para a celebração de acordos com a União Europeia e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, acabaram por internalizar sucessivas crises no país, como a Revolução Laranja, entre 2004 e 2005, e as disputas em torno do fornecimento de gás entre 2006 e 2009.

Na Ucrânia, o efeito principal destes movimentos de expansão da OTAN, conjugados a ampliação da União Europeia, foi a criação de um ambiente político instável no país. Em 2013, os protestos da Praça da Independência, que recebeu o nome de *Euromaidan*[5], deixou isso muito claro. O nome adotado para nominar as manifestações faz alusão aos interesses dos revoltosos em ampliar as relações da Ucrânia com a Europa ocidental, em detrimento de acordos comerciais com a Rússia, situação que gerou a situação mais grave para o país até então. As ações ocorridas em 2013 e 2014 na Ucrânia, segundo documentado, ocorreram com extenso apoio ocidental, como aponta Korybko (2018), sob a estratégia de guerra híbrida, e são retratadas no documentário "Ucrânia em Chamas", com a participação de Oliver Stone (LOPATONOK, 2016).

Estes protestos ocorreram em razão da alteração da natureza do governo federal ucraniano durante o período abordado. Nos dez anos que vão de 2004 a 2013, ano de início da confrontação na região oriental da Ucrânia, vários movimentos internos ao país previam a alteração da sua estrutura constitucional. Sobretudo a Revolução Laranja, de 2004, previa a alteração da forma federativa do Estado ucraniano, transformando o país em um regime unitário e tornando o ucraniano a única "língua pública" do país. Além disso, esta alteração retirava de regiões orientais um certo grau de autonomia que detinham desde a independência ucraniana da União Soviética. A Crimeia, por exemplo, deixaria de ser uma República Autônoma dentro da Ucrânia e se tornaria uma província governada diretamente por Kiev.

Estas mudanças constitucionais impostas pela Revolução Laranja de 2004 foram revertidas pelo governo de Viktor

[5] O movimento de protestos políticos ocorreu na Praça da Independência ("Maidan Nezalezhnosti"), no centro de Kiev. Devido às pretensões dos manifestantes de levar o governo ucraniano a se aproximar da União Europeia, o nome da praça durante este período foi substituído por "EuroMaidan", a *hashtag* utilizada pelos manifestantes na rede social Twitter.

Ianukovytch em 2010. Eleito pelo Partido das Regiões e tendo como base principal a região oriental do país, Ianukovytch retomou a aproximação com a Rússia e manteve autonomias regionais. Foi em resposta à possibilidade reeleição de Ianukovytch em 2014, com os votos da região oriental da Ucrânia, que se iniciaram os protestos do *Euromaidan* em 2013, os quais impuseram ao país um novo regime político. A consequência principal desses protestos foi a remoção de Ianukovytch da presidência e a eleição de Petro Poroshenko, que retomou e ampliou as propostas de 2004, se aliando a ultraliberais e ultranacionalistas no apoio ao governo central de Kiev.

Como reação ao novo governo empossado em 2014, a região de Donbass passou a requerer independência, levando a deflagração de uma guerra civil. Essa porção do país, junto com a Criméia, tem como habitantes uma maioria de cidadãos russos ou etnicamente identificados como russos, resquícios dos tempos dos Czares e soviéticos. Somado a essa crise, tal situação gerou ainda no mesmo ano, o pretexto para que a Rússia reanexasse a península da Criméia. Esta península é um local em que a proporção de cidadãos russos atingia mais de 90%, e onde se concentram importantes bases militares russas, incluindo a sede da esquadra do Mar Negro e da base aérea de Simferopol, à época territórios alugados dos ucranianos. A reanexação, levada a cabo após plesbicito junto a população local, gerou protestos internacionais e está intimamente ligada com o atual momento, assim como as crises pretéritas.

A Rússia, como pode ser percebido em diferentes discursos tanto do Presidente Putin como do Ministro das Relações Exteriores do país, Sergey Lavrov, não admite a possibilidade de entrada da Ucrânia na OTAN. Mais. Com a inflexibilidade dos países ocidentais em refletir sobre a sua própria expansão em termos de equilíbrio para a arquitetura de segurança e defesa na Europa no século XXI, Lavrov e Putin passaram a requerer o retorno dessa Organização de Cooperação em Defesa às suas fronteiras dos anos

1990 e a retirada de tropas e equipamentos militares de países como Polônia e Romênia, tal como preconizavam os acordos que, dada a fraqueza soviética na época, jamais foram redigidos. Agora, revigorada econômica e militarmente, a Rússia demanda junto às demais nações com que divide a Eurásia, o que considera questões inegociáveis para sua segurança e de cunho, para isso, lança mão de argumentos e estratégias típicas dos países ocidentais.

Um dos instrumentos encontrados pela Rússia como estratégia é a interpretação seletiva de preceitos basilares do sistema internacional moderno. Um deles, mais visível, é a defesa do princípio da autodeterminação dos povos, contida na Carta da ONU e em outros tratados assinados perante sua Assembleia Geral, que garante o direito a populações de ter ou mudar de nacionalidade, independente do território que habite. Esse princípio é defendido por Moscou, que já utilizou esse argumento para defender a autonomia das regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul na Geórgia, respectivamente em 1993 e 2008, e mais recentemente na Criméia, em 2014. Porém, em relação a repúblicas separatistas, como no caso da Chechênia, Moscou agiu de maneira violenta para impedir que os separatistas triunfassem nos seus requerimentos.

Da mesma forma, as potências ocidentais que advogam pela autodeterminação nos casos de Hong Kong, Malvinas e outros locais do mundo, não tem o mesmo entendimento para os casos defendidos pelos russos, tampouco se atém à condição separatista da região de Donbas, na Ucrânia, em razão das políticas de centralização governamental descritas anteriormente. Nesse caso, como também na Palestina, a defesa de grupos minoritários e o envio de tropas para sua proteção são invisibilizadas aos olhos das potências ocidentais.

Desde novembro de 2021, as notícias sobre uma invasão russa da Ucrânia pululavam em diversas mídias. A questão mais sensível é que o aumento da tensão da fronteira russo-ucraniana seria a maior ameaça a Europa desde a Segunda Guerra, num discurso que

tende a ignorar os conflitos civis ocorridos nas Guerras da Iugoslávia entre 1991 e 2008. Por outro lado, a ameaça que a expansão da OTAN representa ao território russo e a alocação de sistemas antimísseis pelo pacto ocidental orientados para Moscou não é discutida. A instalação de radares de longo alcance nas últimas duas décadas na Polônia, Romênia e Turquia, associados o sistema de mísseis interceptadores, apesar de serem justificados pela ameaça de mísseis iranianos de longo alcance, estão apontados para o território russo, o que garante vantagens em caso de conflito.

Tal como na Crise dos Mísseis em Cuba – que nesse ano completa 60 anos – o Ocidente, representado pelos EUA, demonstra não suportar as mesmas o uso de provocações que fazem quando são orientadas para eles. Em 1962, a instalação de mísseis balísticos de alcance intermediário na ilha de Cuba se transformou em uma ameaça insuportável para Washington. Contudo, os seus mísseis Júpiter, baseados na Turquia, com alcance para atingir Moscou, não eram consideradas ações de provocação na visão dos EUA. Como é de conhecimento, a crise só foi desbaratada após a retirada dos mísseis de ambos os lados, e não unilateralmente por parte da URSS (DOBBS, 2009).

Outras questões que se apresentam claramente são as acusações de que a Rússia estaria utilizando artimanhas para justificar a agressão. Nos últimos dias antes da deflagração da invasão, foram amplamente divulgados na mídia a possibilidade de que os russos lançariam mão de um ataque falso contra suas tropas para justificar suas ações contra a Ucrânia, em uma manobra conhecida como *"False Flag"*. Nesta prática, agentes militares ou civis de uma parte do conflito causam danos em aliados ou em seus próprios cidadãos com o intuito de culpabilizar a outra parte, justificando uma ação violenta e repressora. Deve-se lembrar que tal tática é uma manobra conhecida, tendo sido utilizada pela Alemanha para justificar a invasão da Polônia em 1939, e, também, pelos EUA

em 1964, no chamado Incidente do Golfo de Tonquim, que levou a ampliação da intervenção estadunidense no Vietnã.

Como já sinalizado, essa crise tem suas origens na expansão indiscriminada da OTAN para a antiga órbita de influência Russa. Um dos resultados disso, além do atual conflito, foi a criação de Organizações de Cooperação em Defesa para se opor ao poderio da OTAN (TEIXEIRA, 2020). Tanto a Organização do Tratado de Segurança Coletivo (OTSC), como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) podem ser consideradas como arquiteturas criadas como resposta à expansão da OTAN, e têm nela sua principal rival. A guerra que acontece na Ucrânia parece representar, justamente, o choque entre essas organizações.

O "MOMENTO MACKINDERIANO" DO SISTEMA INTERNACIONAL A PARTIR DE 2008

O tensionamento do Sistema Internacional se tornou mais claro a partir de 2008, com a explosão da crise financeira internacional e os seus efeitos para a economia mundial. Sobretudo, acreditamos que esta crise teve como papel essencial dar início a um gradual e lento, mas profundo e poderoso, processo de "encerramento dos territórios", contrapondo-se ao momento de "abertura" que prevaleceu durante os anos 1990 e 2000. É neste sentido que acreditamos que a teoria geopolítica de Halford Mackinder nos auxilia a compreender o momento que vivemos.

A ideia de abertura e encerramento dos territórios foi desenvolvida pelo geógrafo Jean Gottmann ao longo de outro período de distensão e concentração das capacidades territoriais da organização mundial, ou seja, as décadas que vão do fim da Segunda Guerra Mundial até a crise do petróleo de 1973, ano em que lança

seu livro *"The Significance of Territory"*. Para Gottmann, a segurança buscada por meio dos territórios está em direta correlação com as tendências de abertura e fechamento com relação ao mundo exterior:

> A *acessibilidade*, obviamente, é o problema central e mais permanente, assim como a razão indireta para o particionamento do espaço, regulando as condições de acesso. Uma comunidade cerca um território para controlar o acesso de forasteiros à sua terra, suas pessoas, e seus recursos. Ainda assim, a mesma comunidade pretende permitir aos seus membros que ganhem acesso ao espaço, às pessoas e aos recursos do mundo exterior. Assim, dentro do ambiente comum que a geografia estuda e a política manipula, definido como *o espaço acessível a atividades humanas* (isto é, a pessoas e às ferramentas que utilizam e controlam), existe um conflito constante entre os propósitos políticos de maior segurança, por um lado, e oportunidades mais amplas, por outro (GOTTMANN, 1973, p. 9).

Vários pensadores se dedicaram, nas décadas de 1950 a 1970, a pensar sobre a "nova organização geográfica do mundo", na qual tanto geógrafos quanto juristas tiveram um papel importante em pensar esta realidade política (SCHMITT, 2014; ASHWORTH, 2019). O ponto principal era refletir a respeito da capacidade de limitação da ação do Estado diante das pressões internas e externas, em meio a um momento de tensão sobretudo nuclear, pautada pelas lógicas da Guerra Fria.

Esta discussão aparece renovada na atualidade, quando de um momento de relativa liberação dos territórios nacionais às lógicas internacionais sobretudo econômicas, o que se observa, nas últimas décadas, são tentativas de cerceamento que se tornam cada vez mais

militarizadas, encontrando no atual conflito da Ucrânia o seu epítome. O período de unipolaridade dos EUA abordado anteriormente se somou ao processo de institucionalização da globalização neoliberal na esfera econômica e política. Este período pode ser marcado como um momento em que a economia informacional avança em sua capilaridade e encontra no avanço do sistema financeiro um ponto essencial para a manutenção das suas dinâmicas.

A Crise Financeira de 2008, ao atingir o cerne da arquitetura que permitiu o avanço desta economia, colocou países que apostaram na economia real em uma posição de relativa igualdade com relação aos países ocidentais, o que permitiu um relativo avanço de pretensões imperiais por parte de atores diferentes daqueles que anteriormente organizavam o Sistema Internacional. A análise realizada por Manuel Castells (1999), ainda no momento da virada do século, pode nos ajudar a compreender essa crise posterior, com seus fenômenos e seus impactos políticos na organização do Sistema Internacional. Analisando o avanço da economia informacional da década de 1970 até o final da década de 1990, Castells caracteriza esse processo por três elementos: o fato de ser uma economia informacional, global e em rede.

O fato desta economia ser informacional deriva do fato de que, para Castells, "a produtividade e a competitividade de unidades e agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações), dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos" (1999, p. 119). A evolução da economia nas últimas décadas no Ocidente representa bem esta dinâmica: se em 1998 as dez principais empresas mundiais estavam nos setores automobilístico, de petróleo e gás, da indústria e de produtos de consumo, segundo a revista Forbes, em 2008 os setores financeiro e de varejo já apareciam como sendo os mais relevantes na economia internacional. O avanço destes

setores econômicos aponta para a relevância da informação para a lucratividade, e a ênfase que diferentes países no Ocidente deram, nas últimas décadas, ao setor de serviços e de tecnologia da informação, que não têm estabilidade de emprego e dependem de uma mão-obra de altíssimo conhecimento técnico.

Ao mesmo tempo, "as principais atividades produtivas" deste tipo de economia, ou seja, "o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global" (CASTELLS, 1999, p. 119). Estas conexões foram, ao longo dos anos 1990, os elementos privilegiados para a tomada de decisão em termos de administração territorial dos países ao redor do mundo, construindo uma globalização perversa para aqueles que mantinham os lucros, mas exportavam e terceirizavam os custos (SANTOS, 2001; MASSEY, 2000). Ao mesmo tempo, a organização em redes privilegiava não a reflexão no entorno de uma administração territorial completa, mas sim de pontos "globais" dentro do território de cada país, uma vez que "a produtividade é gerada, e a concorrência é feita, em uma rede global de interação entre redes empresariais" (CASTELLS, 1999, p. 119).

Essas características do liberalismo típico do período pós-Guerra Fria podem ser melhor observadas através da forma "diferencial" de acesso ao espaço que propõem Doreen Massey (2013), já que acabaram afetando de forma diversa diferentes populações ao redor do mundo. Neste sentido, é importante indicar que essa diferença não está necessariamente – embora, como no caso da Rússia, tenha acontecido – ligada a diferentes regiões do Sistema Internacional, mas sim com diferentes processos deste sistema econômico e político, que podem ocorrer simultaneamente nos mesmos lugares (SANTOS, 2001).

A questão principal que surge aqui é perceber uma certa sobreposição entre os dois tipos de economia. À medida em que a

economia real foi se tornando, pelo processo conhecido como "transnacionalização da produção", mais pulverizada ao redor do mundo, gerando efeitos diferenciais para os lugares de onde saiu ou para onde se deslocou, a economia virtual foi se tornando cada vez mais interligada em razão da centralidade econômica estadunidense, com sua função de "garantidor universal da estabilidade", tanto econômica como militar.

Rainer Randolph (2009) indica que os movimentos da economia real e da economia virtual vão marcar este período. No caso da economia real, o autor indica que existe uma tensão entre coordenação e trabalho, um processo através do qual "o capital é coordenado globalmente, [e] o trabalho individualizado". A globalização neoliberal institucionalizada, neste sentido, pode abranger o mundo todo, ocorrendo "globalmente", sobretudo para as grandes empresas e o capital, mas a "organização da esfera do mundo da vida", para o autor, ocorre de forma bem material e de forma localizada.

Por sua vez, a economia virtual vai depender de toda uma arquitetura financeira e jurídica para manter a sua lucratividade, e garanti-la. Os processos de securitização dos investimentos através dos bancos de investimento e de derivativos, assim como a criação de um sistema altamente integrado que permite a chegada em "títulos tóxicos" no centro do sistema financeiro – os EUA – criam as condições para que a "economia em rede" possa se desenvolver. São os limites desta arquitetura e da capacidade deste tipo de economia de se desenvolver que são encontrados em 2008. Segundo Leonardo de Araújo e Mota (2013),

> (...) na medida em que a economia virtual suplanta a economia real, a segunda parte pode ser desmontada rapidamente. Qualquer "inovação" ousada dos homens de finanças fazem sumir milhares de

> empregos e também abalam muitas instituições políticas. Um dos produtos mais conhecidos dessa economia fictícia são os derivativos, que praticamente não existiam até a década de 1990. Esses produtos financeiros alcançam o valor de 10 milhões de dólares em 2001 e de 38 trilhões em 2006. Por fim, o conjunto de variados serviços financeiros cresceu de 200 trilhões em 2001 para alcançar a cifra de 380 trilhões em 2006 (...) (MOTA, 2013, p. 6).

A Crise Financeira de 2008 – já chamada por diferentes autores de Grande Recessão, para ligá-la, mas também diferenciá-la da Grande Depressão de 1929 – teve como principais impactos a perda generalizada de liquidez, para Estados e indivíduos. Rapidamente, diferentes países tiveram seu acesso à rede internacional de empréstimos e finanças reduzido, e se depararam com a realidade de que sua economia real não era capaz de manter a atividade econômica previamente existente. Os efeitos de desemprego e instabilidade nas sociedades deu origem a movimentos políticos internos em busca de maior "segurança" e "soberania", como o avanço das extremas-direitas na Europa e nas Américas, assim como a necessidade dos Estados de garantir cada vez mais o acesso material aos recursos de seus territórios e dos territórios de outrem.

É nesse sentido que a teoria de Halford Mackinder parece ser capaz de iluminar algumas questões do movimento atual, e do "momento mackinderiano" que vivemos atualmente. Trata-se de um momento em que os Estados competem entre si não apenas pelo controle das redes financeiras, como na época anteriormente descrita, mas pelo acesso direto, territorial, aos recursos que permitem o avanço das suas economias de forma real, e não apenas virtual.

Na realidade, Mackinder nunca desapareceu do cenário geoestratégico das grandes potências, sendo possível considerar que sua teoria fora ofuscada pelo brilho das economias transnacionais da era liberal pós-Guerra Fria que passaram a considerar a Geopolítica como algo do passado. O foco em questões econômicas e no mercado financeiro, no entanto, não é mais suficiente para explicar a evolução da disputa de poder mundial, sendo necessário revisitar antigas teorias e verificar suas contribuições.

No início do século XX, Mackinder lançou mão da cartografia para expressar o risco da emergência de uma poderosa força no centro da Eurásia, capaz de desafiar o poderio britânico que, na época, detinha o maior império do globo. Nesse momento do século XX, o Império Russo – que habitava a chamada "área pivô" – possuía tamanho, mas não as capacidades técnicas para fazer frente à Grã-Bretanha (MACKINDER, 1904). Contudo, após a Revolução Russa de 1917, o temor de Mackinder se torna realidade, já que um novo poder se estabelece no que o autor britânico passa a chamar de "*Heartland*". Para ele, o "*Heartland"* seria um território inexpugnável, capaz de fazer frente em termos de recursos naturais as outras potências do mundo.

Nesse sentido, a famosa constatação cunhada por Mackinder ainda hoje ressoa na Geopolítica mundial: "Quem governa o Leste europeu comanda o *Heartland*; quem governa o *Heartland* comanda a *World Island*; quem governa a *World Island* comanda o mundo" (MACKINDER, 1962, p. 106). Apesar de não haver uma definição precisa, nos anos 1940 Mackinder definiria o Heartland como: [...] "a parte norte e o interior da Eurásia. Estende-se desde a costa do Ártico até os desertos centrais e tem como limites ocidentais o amplo istmo entre o Mar Báltico e o Mar Negro" (MACKINDER, 1943, p. 598). Assim, a porta de entrada para o *Heartland* estaria no Leste europeu, entre o Báltico e o Mar Negro, ou seja, no território aproximado onde hoje se estabelece a Ucrânia moderna.

A teoria de Mackinder influenciou uma série de outros autores, passando pela Alemanha nazista, com Karl Haushofer, e se tornando a pedra angular da geopolítica estadunidense com Nicholas Spykman (MELLO, 2015). Spykman (2008), Kennan (1946) e Brzezinski (1997) são herdeiros de suas teses, que, reformuladas a partir da ótica da política externa dos EUA em diferentes períodos históricos, permanecem ativas até os dias de hoje. No pós-Guerra Fria, com a expansão da OTAN, a Ucrânia se torna o alvo final para a construção de uma organização ampliada e uma Rússia escanteada.

Zbnigniew Brzezinski (1997) identifica a Ucrânia como o pivô geopolítico que, afastado do controle de Moscou, seria capaz de transformar a Rússia em uma potência menor e sem acesso à Europa. Sem a Ucrânia, a Rússia deixaria de ser um império eurasiano para se tornar um império asiático, onde seria tragado para problemas da Ásia Central, onde as ex-repúblicas soviéticas enfrentam problemas com populações de maioria islâmica. De outra maneira, o controle russo sobre a Ucrânia garantiria o domínio sobre uma extensa área e população, permitindo acesso ao Mar Negro e seu reerguimento como potência imperial, levando tensão para o centro da Europa (BRZEZINSKI, 1997). Assim, o conflito ucraniano e a possível adesão do país à OTAN, passa diretamente pela geopolítica delineada há um século, plenamente ativa e importante marco para a compreensão das dinâmicas das Organizações de Cooperação em Defesa nos dias atuais.

A HIPOCRISIA DAS GRANDES POTÊNCIAS: A DISPUTA NO ENTORNO DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA E DA ESTABILIDADE INTERNACIONAL

Em seu famoso discurso durante a Conferência Internacional sobre Segurança de Munique, em 2007, Vladimir Putin

"denunciava", mesmo antes da crise de 2008, que a submissão da Rússia aos ditados do ordenamento global a partir do Ocidente lhe traria graves consequências. De fato, ações dos países ocidentais a partir do início do século XXI formaram a base sobre a qual uma nova estratégia para o papel da Rússia no mundo fosse anunciada em 2007: a sua rejeição como membro da OTAN em 2000, a invasão unilateral do Iraque com base em acusações que se provaram falsas em 2003, o apoio à Revolução Laranja em 2004, dentre outras. No cerne da argumentação de Putin estava o debate a respeito da democracia no ordenamento internacional.

De fato, a discussão a respeito de valores no Sistema Internacional é um dos temas centrais na oposição entre diferentes analistas do campo das Relações Internacionais. O discurso que sustenta a própria ideia de um "sistema westfaliano de Estados", como é aceito tanto na teoria como na prática da Política Internacional, depende de uma certa pragmaticidade da política no Sistema Internacional. Reinhardt Koselleck (1999), por exemplo, aponta para o fato de que, para superar o risco de uma possível guerra civil causada pela sobreposição de uma proposta moral sobre a política, os Estados europeus desenvolveram, dentro e fora de si, a prática do pragmatismo estatal: não seria mais a religião ou o desejo individual que deveria pautar a atividade política, mas sim os interesses nacionais racionalmente calculados.

Este discurso foi recuperado no século XX por teóricos e políticos engajados na relação entre os países, dentre o qual se destaca Henry Kissinger (2014), para quem "[o] grande salto e a razão pela qual espalhou-se pelo mundo" do sistema westfaliano pautado na racionalidade estatal

> é que suas provisões eram procedimentais, e não substantivas. Se um Estado aceitasse esses requisitos básicos, seria reconhecido como cidadão

> internacional capaz de manter sua própria cultura, política, religião e políticas internas, protegido pelo Sistema Internacional de intervenção externa (KISSINGER, 2014, p. 27).

Os valores próprios do Sistema Internacional, portanto, colocam a discussão do seu peso enquanto instrumentos utilizados para garantir tanto a estabilidade internacional, quanto o alcance dos interesses dos Estados que dele fazem parte. Tanto os valores quanto as normas internacionais têm o papel de construírem balizas para a atuação dos Estados, sendo que não precisam ser positivados por meio de legislação ou regulamentação interna ou externa para se tornarem efetivos. Enquanto as normas implicam regras de conduta aceitas, os valores estabelecem os princípios que determinam as escolhas políticas.

O ponto principal a se compreender aqui é que, ainda que autores euro-anglófonos como Kissinger e Koselleck coloquem esta forma de organização do Sistema Internacional como perene e universal, ela faz parte de construções políticas localizadas que não tem apenas um caráter "procedimental", mas também um conteúdo específico. É o que aponta Immanuel Wallerstein (2007), para quem:

> Quando se observa que estes valores são criação social dos estratos dominantes (...), a questão revela-se de modo mais fundamental. O que estamos usando como critério (...) é o universalismo europeu, conjunto de doutrinas e pontos de vista étnicos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais – aquilo que muitos de seus defensores chamam de lei natural – ou como tal são apresentados (WALLERSTEIN, 2007, p. 13).

São estes valores que se colocam em disputa a partir de 2008, sobretudo nos últimos dez anos. Os valores "procedimentais" ocidentais foram utilizados, segundo seus detratores, para alcançar objetivos não universais, mas específicos e que trariam sobretudo fácil acesso aos recursos naturais dos territórios de países que controlavam a economia real para garantir o lucro das empresas de economia virtual do Ocidente. Não apenas a Rússia, mas também a China e grupos de países, como o G-20, IBAS e BRICS, começaram a questionar, a partir de 2012, o conteúdo euro-anglocêntrico de valores como a democracia, sobretudo no sentido de participação de países de fora do Ocidente na definição do transcurso da organização política do Sistema Internacional.

Pode-se observar, a partir daí, uma instrumentalização cada vez maior de conceitos como democracia, liberdade, soberania e ingerência (ou ainda intervenção), e o papel da moral na organização das relações políticas internacionais. A invasão russa da Ucrânia expõe a incoerência e duplo padrão empregado pelas grandes potências ao tempo em que se esquecem elas próprias de seus feitos.

O Ocidente oferece uma crítica válida aos russos pela sua invasão a um país soberano e pelo uso de argumentos frágeis para justificar a opção pela guerra. No entanto, as nações que mais reverberaram contra esse recente conflito, promoveram ações militares contra uma longa lista de países. Os EUA, somente nesse século estiveram ou ainda estão presentes militarmente no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e na Síria. A França, por sua vez, atua sem questionamentos no Chade, no Mali e na República Centro Africana, algumas de suas ex-colônias na África. O Reino Unido, além de manter uma série de territórios ao redor do planeta e usar a autodeterminação dos habitantes dessas localidades para manutenção de seus vínculos territoriais, foi o fiel escudeiro dos EUA nas empreitadas do Iraque e do Afeganistão.

Ao olhar as ações russas na Ucrânia, o Ocidente enxerga seu reflexo e por isso mesmo as condena. A ampla crítica aberta a uma invasão a um país é um dever que compete a todas as nações. Contudo, a série de medidas e sanções adotadas, expõe a seletividade ocidental contra essas ações, abrindo uma oportunidade para que parte da sociedade vislumbre a hipocrisia de seu comportamento. A mensagem que se evidencia é que fora do eixo do Atlântico Norte ou entre seus aliados, as atividades militares não encontram "legitimidade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda no calor do momento, este texto foi escrito em meio à "névoa da guerra". Isso significa dizer que nossa interpretação passa longe de estabelecer respostas definitivas a questões que apenas o desfecho do conflito russo-ucraniano e o trabalho de historiadores futuros poderão resolver. Ao apresentar esta reflexão, o que pretendemos é colocar tanto questões de caráter contextual que auxiliam na compreensão da geopolítica envolvida neste conflito, quanto indicar movimentos e mobilizações argumentativas que podem passar ao largo do radar das acaloradas discussões em meio ao debate público.

As meditações que aqui apresentamos buscaram encarar uma questão relevante: discursivamente, em nada a atuação da Rússia na Ucrânia se distingue da atuação militar, política ou econômica de países ocidentais em suas empreitadas internacionais. Inclusive, a ênfase dada por Vladimir Putin e Sergey Lavrov nos "precedentes" estabelecidos pelos países ocidentais nas últimas décadas aponta para a necessidade de discussão sobre estes fenômenos. Aqui, coube-nos apontar para algumas dinâmicas que mostram como este padrão

duplo de atuação serve para justificar a ação das grandes potências no mundo hoje.

Para tal, apresentamos algumas tendências geopolíticas no continente europeu. Consideramos que a situação da Rússia durante os anos 1990 criou as condições para que grassasse um novo método de governo no país, o "putinismo". Ainda que leve o nome do Presidente Putin, este método de governo deve ser compreendido não enquanto uma ditadura pessoalista, mas uma forma econômica, política e militar empreendida pela Rússia como resposta à sua situação depois do fim da União Soviética. Este tipo de governo se baseia na estabilidade econômica e política do país, alcançada por meio da exportação de *commodities* e da mobilização do complexo industrial-militar russo.

Ao mesmo tempo, após a Crise de 2008, o Sistema Internacional parece encontrar-se em um "momento mackinderiano", de fechamento dos territórios e de ênfase no acesso direto a territórios e seus recursos. Para a Rússia, trata-se do fortalecimento de suas posições com relação à estabilidade no seu exterior próximo. Para os Estados Unidos, parece ser o momento de recuperar teorias geoestratégicas de redução do alcance russo para a Europa Ocidental por meio da aproximação com a Ucrânia. Para o Reino Unido, é um momento crucial para estabelecer um novo modelo econômico de provisão de *commodities* energéticas para a União Europeia, da qual se retirou em 2016. E, para a "Europa", parece ser um momento definidor dos próximos passos do processo de integração, indo em direção a definições há muito pendentes sobre a capacidade de defesa e de atuação militar dos países da região. Estes processos demonstram a importância não apenas de recuperar a teoria de Halford J. Mackinder a respeito da situação estratégica da Eurásia. O *"Heartland"* de Mackinder ressurge no discurso e na prática política dos países envoltos no atual conflito russo-ucraniano, ainda que nunca tenha sido "apagado".

Os ventos de guerra na Europa e a sua representação enquanto "Terceira Guerra Mundial" e "ressurgimento do nazismo", dentre outras classificações, demandam uma reflexão a respeito de como o processo político evoluiu de forma a borrar os possíveis argumentos utilizados como valores e normas internacionais para a contenção da força. O padrão duplo de atuação das potências ocidentais parece ter sido apenas utilizado pela Rússia para seu benefício, quando o país passa a se apropriar de argumentos, princípios e valores que se diziam ocidentais, mas que continham uma forte carga particular de manutenção da hegemonia tanto de países da Europa quanto da América do Norte.

É este "espelhismo" o movimento talvez mais importante do atual confronto, que demonstra a hipocrisia das grandes potências. Aos movimentos de expansão da OTAN na Europa Oriental seguiu-se a constituição e fortalecimento de organizações com forte carga política e militar na Eurásia, como a OTSC e a OCX. Elas não são similares à OTAN, mas se baseiam na mesma noção de "insegurança" e necessidade de ordenamento estratégico de territórios da Eurásia diante dos movimentos ocidentais no Leste Europeu. Sobretudo a tentativa de encerramento da influência russa na Europa por parte dos EUA e de um Reino Unido que pretende, mesmo saindo da União Europeia, renovar sua participação no continente, reavivam as pressuposições geoestratégicas de autores como Nicholas Spykman, George Kennan e Zbigniew Brzezinski, que embasaram suas propostas de prática da política externa estadunidense na proposta de luta contra o controle da "*Heartland*" por parte de Mackinder: uma disputa em que o pivô atual parece ser a Ucrânia.

Pode-se perceber, portanto, que os ventos da guerra que grassam atualmente na Europa dizem respeito não apenas ao conflito armado entre Rússia e Ucrânia, mas também representam uma disputa a respeito da própria organização do Sistema Internacional.

Conjugam-se, na guerra russo-ucraniana, o papel dos valores e das normas internacionais, o padrão duplo de aplicação por parte das grandes potências, e a situação econômica do mundo após a Grande Recessão que vigora desde 2008. Estes elementos, combinados, incentivam o uso da força por parte de diferentes atores geopolíticos relevantes na região. É isto que parece estar em jogo na atual situação do Sistema Internacional, e que pode ter consequências para a sua própria organização num futuro muito próximo.

REFERÊNCIAS

ASHWORTH, L. M. "Mapping a New World: Geography and the Interwar Study of International Relations". **International Studies Quarterly**, vol. 57, n. 1, 2013.

BACEVICH, Andrew. "When Washington Assured Russia NATO Would Not Expand". **The American Conservative** [10/12/2017]. Disponível em: <https://www.theamericanconservative.com>. Acesso em: 10/10/2018.

BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard**: American primacy and its Geoestrategic Imperatives. New York: Basic Books, 1997

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOBBS, M. **Um minuto para meia noite**: Kennedy, Kruchev e Castro a beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DODDS, K. "Cold War Geopolitics". *In*: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (orgs.). **A companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

KENNAN, G. "The Long Telegram". **Wilson Center** [22/02/1946]. Disponível em: <https://wilsoncenter.org>. Acesso em: 20/10/2017.

KISSINGER, H. **World order**: Reflections on the character of nations and the course of history. London: Penguin Books, 2014.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas**: das Revoluções Coloridas aos Golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MACKINDER, H. J. "The geographical pivot of history (1904)". **The Geographical Journal**, vol. 170, n. 4, 2004.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MASSEY, D. "Um sentido global do lugar". *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial**: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MOTA, L. A. "Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008". **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, vol. 1, n. 1, 2013.

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte. "A Short History of NATO". **OTAN** [2022]. Disponível em: <https://www.nato.int>. Acesso em 05/03/2022.

RANDOLPH, R. "Sociedade em Rede: Paraíso ou Pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades". **GEOgraphia**, vol. 1, n. 2, 2009.

REAGAN, R. "Evil Empire Speech". **Voices of Democracy** [08/03/1983]. Disponível em: <https://voicesofdemocracy.umd.edu>. Acesso em: 02/03/2022.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHMITT, C. **O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora da PUC-Rio, 2014.

SPYKMAN, N. J. **America´s Strategy in World Politics**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

LOPATONOK, I. **Ukraine on Fire** (DVD). Henderson: Another Way Productions / Cinema Libre Studio, 2016.

PUTIN, V. "Putin's First Speech After Yeltsin's Resignation; New Year´s Eve 1999 – English Subs". **Youtube** [1999]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJI2_lw1gIQ>. Acesso em: 25/03/2022.

TEIXEIRA, V. M. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

TRUSCOTT, P. **Kursk**: o orgulho perdido da Rússia. São Paulo: Landscape, 2003.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAPÍTULO 4

Análise do Emprego do Poder Aeroespacial no Conflito Rússia X Ucrânia (2022)

ANÁLISE DO EMPREGO DO PODER AEROESPACIAL NO CONFLITO RÚSSIA X UCRÂNIA (2022)

Carlos Eduardo Valle Rosa

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, tem sido analisado e comentado extensivamente. Predominam comentários sobre as perspectivas das relações internacionais, da geopolítica, da economia, das questões humanitárias ou legais e quanto aos combates de superfície. Análises essencialmente técnico-militares, sob o ponto de vista da teoria e da doutrina de emprego, não são facilmente acessíveis em língua portuguesa e, mesmo, em inglês.

Com a finalidade de acender o debate em torno das questões sobre o emprego do poder aeroespacial, este Capítulo traz uma análise sobre as ações iniciais das forças aéreas envolvidas nesse conflito. Em grande parte, as análises decorrem de notícias publicadas na mídia nacional e internacional, em relatórios oficiais dos governos russo e ucraniano, de relatórios de *think thanks* e sítios da rede mundial de computadores especializados em assuntos militares. O diferencial de análise proposto neste artigo é aproximar tais fontes de uma interpretação baseada na teoria do poder aéreo e na investigação da doutrina de emprego militar.

O Capítulo tem o propósito geral de estimular o pensamento em torno perspectiva operacional de emprego do poder aeroespacial, a fim de suscitar uma melhor compreensão em torno do conflito. Pode aeroespacial, alinhado com a finalidade indicada, deve ser entendido como a integração de todos os meios que utilizam a terceira dimensão como espaço de manobra em operações militares. Assim é que incluímos nessa conceituação as aeronaves (de asa fixa

ou rotativa) tripuladas ou não, mísseis balísticos, de cruzeiro ou superfície-ar, independente do fato de pertencerem organicamente à força aérea ou outra força armada.

O texto divide-se em dois segmentos. Incialmente, uma aproximação teórica sobre o que pode ser observado da cultura soviética/russa em relação ao emprego do poder aeroespacial. No trecho seguinte debatem-se algumas afirmações de jornalistas e especialistas sobre os fatos observados no conflito. Na conclusão, apontamos alguns temas com potencial de novas análises, a se observarem os desdobramentos da guerra e a disponibilização de novas informações, além de sugerir cenários conclusivos para a contenda.

BACKGROUND HISTÓRICO E DOUTRINÁRIO

Sem a devida compreensão do background histórico, em especial quanto à evolução da doutrina de emprego do poder aeroespacial, não é possível interpretar corretamente esse emprego no conflito atual (2022) entre a Rússia e a Ucrânia. Em especial, quando as fontes ainda são restritas ao noticiário sobre a guerra ou declarações oficiais dos governos russo e ucraniano, cuja influência de operações psicológicas/guerra de informação é um fator a se considerar.

Por esse motivo, é importante recordar que essa guerra de informação é um processo sistemático, conduzido por ambos os lados (e até mesmo por aliados ou neutros), com o objetivo de persuadir determinado público-alvo, direcionando emoções e atitudes em prol de determinado objetivo político da parte envolvida nessa operação psicológica. Muitas vezes, o curso desse processo pode determinar que análises sejam malconduzidas e apreciações

errôneas sejam apresentadas, derivando em inapropriadas lições do confronto. Este é um importante alerta em qualquer análise de conflito armado.

Do ponto de vista da aplicação do poder aeroespacial russo, há que se considerar que já nas décadas dos anos 1990, militares soviéticos alertavam para uma revolução técnico-militar, como foi o caso do marechal Nikolai Orgakov (TEIXEIRA JÚNIOR; ROSA, 2020). O impacto da tecnologia e de novas concepções doutrinárias de emprego do poder aeroespacial foi percebido pelos então soviéticos, justamente após as inovações da Guerra do Golfo de 1991. A dúvida atual é se essas "lições" foram efetivamente assimiladas. Isso é um debate central sobre as operações aéreas nesse conflito de 2022.

Um influente autor australiano, de origem indiana, Sanu Kainikara já apontava que, no início dos anos 1990, a Força Aérea estava em processo de emergir como uma força claramente independente, porém a dissolução da URSS (1991) pode ter gerado atraso nesse processo. Segundo esse autor

> A seguinte partição de meios aéreos entre as repúblicas que se tornaram independentes da URSS forçou a força aérea a fazer um balanço da situação e instituir medidas corretivas para continuar seu movimento para se tornar uma força verdadeiramente independente e eficaz (KAINIKARA, 2005, p. 295).

Do ponto de vista Ocidental, é relevante perceber essa tentativa de movimento de independência do pensamento teórico e doutrinário da força aérea russa, atualmente denominada *VKS - Vozdushno-kosmicheskiye sily* (Força Aeroespacial Russa). Ainda segundo Kainikara

> Houve também oportunidade, nesta conjuntura, de renovar o pensamento doutrinário, que infelizmente foi apenas parcialmente utilizado. Há indícios de que o processo de revisão doutrinária ainda está em andamento e pode ainda dar o impulso necessário para uma mudança maior. A Força Aérea Russa está passando por uma transição nesta esfera e está doutrinariamente mais alinhada com as visões gerais do poder aéreo ao redor do mundo como nunca antes (KAINIKARA, 2005, p. 295).

Percebe-se, portanto, que o processo de alinhamento doutrinário com expectativas teóricas (e também decorrentes das experiências em conflitos desde a 2ª Guerra Mundial) estaria em curso, apesar das dificuldades do processo histórico de consolidação da Rússia. Ou seja, é plausível supor que o pensamento teórico e doutrinário da *VKS* ainda não esteja completamente consolidado.

Possivelmente, uma evidência desse processo em curso seja aquela apontada pelo documento *Russia Military Power,* expedido pela Agência de Inteligência de Defesa (DIA – *Defense Intelligence Agency*) dos EUA, de 2017, informando que

> Desde 2008 a Força Aérea Russa investiu recursos financeiros sem precedentes no poder aéreo que incluem a atualização e/ou nova construção de aproximadamente 700 aviões de combate/bombardeiro até 2020, para substituir sistemas antigos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 65).

É de se supor que tal investimento financeiro seja decorrente de uma nova forma de pensar a guerra aeroespacial.

Em grande parte, devemos considerar se as experiências soviética/russa do Afeganistão (1988), Geórgia (1991-93 e 2008), Chechênia (1994-96 e 1999-2009), Ucrânia (2014) e Síria (2015-), incentivaram essa tendência de revisão doutrinária ou reforçaram aspectos de emprego do poder aeroespacial em contextos de insurgência, fato que tem sido amplamente discutido nas forças armadas ocidentais (EUA e Europa). Apenas para destacar um aspecto desse debate, James Corum e Wray Johnson (2003, p. 5) chegaram à conclusão de que "o sucesso nas pequenas guerras requer integração de todos os aspectos do poder nacional. Em mais de um caso, governos desfrutaram sucesso militar combatendo insurgentes, mas perderam a guerra nas esferas política e econômica".

Nos debates ocidentais infere-se que os longos anos de combate ao terror e aos insurgentes foram perniciosos para o pensamento sobre o emprego do poder aeroespacial em contextos simétricos. A *Defense Intelligence Agency* entende que a participação russa no conflito da Síria (desde 2011), foi limitado, com "emprego de um número reduzido de plataformas aéreas" (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 5). Lester Grau e Charles Bartles (2020, p. 87) sugerem que a *VKS* teria aprendido algumas lições no conflito da Síria, dentre elas a de que "conflitos não podem ser vencidos apenas pelo poder aéreo. Aqueles que são atacados pelo ar desenvolvem soluções alternativas e contramedidas". Anton Lavrov (2020, p. 109) considera que "a campanha [na Síria foi] mais uma operação de contrainsurgência do que uma guerra convencional com um oponente igual ou próximo (*peer* ou *near-peer*)". Por esses motivos, há evidências de que a Rússia teria se envolvido no conflito da Síria com uma perspectiva doutrinária muito limitada em relação à Ocidental, consoante com os preceitos próprios de que a força aérea é, mormente, uma arma de suporte à campanha terrestre, ou no jargão militar com expectativas de fornecer o apoio aproximado às forças de superfície.

Os fatos da Síria e o *background* da evolução doutrinária são importantes pontos a se considerar, pois observa-se uma tendência de se nivelar análises a partir da perspectiva Ocidental. Esse fenômeno é conhecido como etnocentrismo, e descrito por Norberto Bobbio (1998, p. 963) como uma "interpretação da realidade política baseada apenas nas próprias experiências nacionais". Tal equívoco analítico aplica-se à interpretação dos fatos a partir das teorias e doutrinas ocidentais na expectativa de que, em particular, a *VKS* demonstraria nos momentos iniciais do conflito uma suposta ineficiência.

Mais quais seriam essas perspectivas ocidentais? Sinteticamente, podemos recorrer ao pensador contemporâneo norte-americano John Warden, e sua teorização em torno do emprego do poder aeroespacial. Para tanto, o conceito de centro de gravidade e sua teoria do inimigo como um sistema (por meio do construto dos cinco anéis) demonstram claramente a dissonância entre esse pensamento ocidental e aquilo que deveria ser o comportamento da *VKS*.

John Warden entende que há uma conexão entre os níveis estratégico e operacional na guerra moderna. Por esse motivo,

> O comandante do teatro de operações deve considerar todos os tipos de operação que possam vir a influenciar a campanha. Se a vontade do povo é vulnerável, o comandante deve concentrar esforços contra esse alvo. Se o inimigo é dependente de suprimentos externos, então em algum ponto da cadeia de suprimentos deve estar a chave para o sucesso. Se o inimigo é dependente de petróleo, então destruindo as redes petrolíferas talvez seja a ação mais inteligente. Em muitos casos, entretanto, e especialmente contra um oponente moderno e com um indústria altamente resiliente, talvez não haja uma

> simples solução; por conseguinte, atacar um número variado de alvos talvez seja necessário – mas alvos cuidadosamente escolhidos para afetar os centros de gravidade do inimigo (WARDEN III, 2000, p. 6).

Por trás dessas palavras está a cristalina indicação da importância de se identificar corretamente os centros de gravidade, que desde Carl von Clausewitz (1984, p. 595-596) tem sido compreendido como "o centro de todo poder e movimento, sobre o que tudo mais depende". Mais ainda, a preocupação expressa por Warden III (2000, p. 7, grifo nosso) de que "as operações no teatro devem ser planejadas, coordenadas e executadas com a ideia de se derrotar o inimigo com golpes decisivos e marcantes". A não observação de quais centros de gravidade foram priorizados pelos ataques da *VKS* e a falta de um ritmo à altura da expectativa teórica Ocidental, é uma primeira explicação para a dissonância que referimos anteriormente.

A construção teórica de Warden III sobre os anéis concêntricos é amplamente conhecida na teoria do poder aeroespacial. Segundo este autor, "para pensar apropriadamente sobre a guerra (convencional ou não convencional), os planejadores devem pensar em termos de sistemas" (WARDEN III, 2015, p. 105). Isto implica que agir sobre partes do sistema deve necessariamente gerar distúrbios nesse sistema. A parte que geraria maiores distúrbios é identificada pelo autor como um centro de gravidade, consoante com que observamos acima. Para tratar claramente do centro de gravidade, o pensador norte-americano estabeleceu um modelo, chamado "Modelo dos Cinco Anéis" (WARDEN III, 2015, p. 107).

De acordo com esta teoria, o inimigo é visualizado como um sistema que seria constituído em elementos. Esses elementos são expressos em círculos concêntricos, desde o mais interno (a Liderança) até o mais externo (as Forças de Campo ou Unidades de

Ação). Para elaborar cada um destes círculos, Warden III os descreve como:

> a) Liderança - um ou mais indivíduos (líderes);
>
> b) Processos - necessários para obter apoio de mais órgãos do Estado e adquirir recursos, como armas e munições, para o ataque, outros processos como recrutamento, treinamento e equipamento, processos necessários para a sobrevivência do Estado, como comunicações, produção e distribuição de alimentos, finanças e manufatura;
>
> c) Infraestrutura - estradas da nação e outras infraestruturas adequadas para a sobrevivência e para apoiar operações de ataque;
>
> d) População - apoio da população ou para suprimir a oposição; e
>
> e) Forças de Campo - as forças militares do Estado que existem para executar as tarefas designadas (WARDEN III, 2015, p. 107).

Do ponto de vista dessa teoria os elementos (ou os anéis) possuem centros de gravidade e a melhor forma de lidar com eles é por meio do ataque em paralelo. Tal ataque, geograficamente abrangente e simultâneo, levaria o oponente a um estado de paralisia. Até o momento, as ações da *VKS* não se enquadram nesse perfil teórico, caracterizando-se muito mais pelo acompanhamento da progressão da campanha terrestre, sobre a qual se proveria o suporte necessário. Portanto, esse é mais um ponto de dissonância entre o que pensam os teóricos e a doutrina ocidental, com aquilo que se tem observado no conflito em tela.

Por isso, cabe questionar se efetivamente a força aérea russa pensa, planeja e age doutrinariamente como as forças aéreas

ocidentais (EUA e OTAN)? Ou seja, já existiria um grau de maturidade doutrinária para uma analogia com o pensamento ocidental? Para tentar responder a essas perguntas, algumas análises precisam ser apreciadas.

AS ANÁLISES DA ATUAÇÃO DA FORÇAS AÉREAS

Neste segmento voltamos nossa atenção para as informações publicadas sobre o emprego do poder aeroespacial. Sobre elas, faremos algumas considerações levando em conta a doutrina brasileira, especificamente aquela relativa ao Poder Aeroespacial (BRASIL, 2020).

Justin Bronk, comentando os eventos na Ucrânia, apontou que:

> Em 24 de fevereiro/2022, uma grande salva de mísseis balísticos e de cruzeiro destruiu os principais radares terrestres de alerta antecipado em toda a Ucrânia; além disso, ataques aéreos criaram crateras em pistas e *taxiways* nas principais bases aéreas ucranianas; também foram registrados ataques que atingiram baterias de mísseis terra-ar (SAM) S-300P, de longo alcance, ucranianos (BRONK, 2022).

Os fatos relatados guardariam coerência com o propósito da tarefa de controle aeroespacial (*offensive conter*-air) (BRASIL, 2020, p. 14). O "controle aeroespacial" tem o propósito de viabilizar o uso do espaço aéreo com algum grau de segurança, buscando a destruição do poder aeroespacial do oponente (no caso, os radares de detecção, as bases aéreas e os mísseis superfície-ar).

Um primeiro ponto a se perceber na notícia é a participação de mísseis balísticos e de cruzeiro, inclusive hipersônico, naquilo que pode ser identificado como uma incipiente campanha russa para a obtenção do controle aeroespacial. Não é nada surpreendente a utilização desse tipo de equipamento (mísseis em geral) nesse contexto. Em termos de teoria e de doutrina de emprego do poder aeroespacial, o uso de mísseis para obtenção de controle aeroespacial constitui-se em diferencial significativo, pois algumas forças aéreas ainda jazem na premissa de que apenas aeronaves participarão nessa importante tarefa preliminar de qualquer conflito. Isso abre a oportunidade de estudos, por exemplo no Brasil, em torno do AV-MTC, míssil de cruzeiro desenvolvido pela Avibrás, sob o viés da integração do mesmo à essa campanha.

Apesar de direcionar a atenção inicial do leitor para as ações iniciais da Rússia na guerra, o autor do artigo em tela dá uma guinada na matéria e sugere que essa ação inicial teria sofrido solução de continuidade, afirmando que "cerca de 300 modernos aviões de combate russos parecem ter permanecido no solo durante os primeiros quatro dias de combate" (BRONK, 2022).

Do ponto de vista da doutrina brasileira, o controle aeroespacial, ideia que remonta à contribuição teórica de Giulio Douhet (2019), ao cunhar a expressão "domínio do ar", sofre influência de determinados fatores (BRASIL, 2020, p. 14) e pode gerar demandas além das capacidades disponíveis, levando a cálculos sobre equilíbrio em torno dos meios empregados e os efeitos desejados. Considerando essa realidade, é possível que a *VKS* tenha enfrentado esse dilema, apesar da aparente superioridade numérica e tecnológica (fatores que, isoladamente, **não** determinam o sucesso).

Importante recordar que o controle aeroespacial pode ser obtido/almejado em diferentes graus:

a) Supremacia Aeroespacial - é o nível mais elevado de controle aeroespacial, que pressupõe o total domínio do espaço aéreo e espacial de interesse da Força Aérea;

b) Superioridade Aeroespacial - é o nível de controle aeroespacial no qual a Força Aérea é capaz de dominar somente uma porção específica do espaço aéreo e espacial de interesse e por período limitado.

c) Situação Aeroespacial Favorável - é o nível de controle aeroespacial em que a extensão do esforço aéreo oponente é insuficiente para prejudicar o sucesso das operações militares amigas. Conceitualmente, para a obtenção deste grau de controle aeroespacial, não há limitações geográficas nem temporais (BRASIL, 2020, p. 15).

Nesse sentido, seria interessante questionar que grau de controle aeroespacial foi pré-estabelecido pelos planejadores russos. Algumas evidências, a seguir listadas, indicam que existe a possibilidade de a *VKS* ter obtido superioridade (a se considerar contextos de período e espaço geográfico) ou mesmo a situação aeroespacial favorável no conflito.

Segundo Henry Foy e John Rathbone (2022) "o papel reduzido do poder aéreo até agora na guerra não se deve a nenhum dos lados estabelecer superioridade nos céus acima do campo de batalha". Didier Lauras (2022) cita um comentário da *Mediterranean Foundation of Strategic Studies* que assevera terem "os russos certamente [adquirido] superioridade aérea ao longo de um trecho de 200 quilômetros (125 milhas terrestres) perto da fronteira e em torno de objetivos prioritários". Tal afirmação corrobora a ideia de controle aeroespacial nas perspectivas geográfica e, plausivelmente, temporal.

Há, ainda, a percepção de Lester Grau e Charles Bartles que nos fornecem outra perspectiva de análise:

> A Rússia acredita que os EUA/OTAN manterão no ar a superioridade, e por isso investiu pesadamente em tecnologias de mísseis [superfície-ar] para preencher um nicho de contraposição ao poder aéreo dos EUA/OTAN. Por razões semelhantes, a Rússia também investiu fortemente em guerra eletrônica e defesa aérea (GRAU; BARTLES, 2020, p. 263).

Essa análise estaria coerente com o conceito de situação aeroespacial favorável. Algo que é corroborado por Justin Bronk, quando afirma que

> A falta de caças russos de asa fixa e surtidas de aeronaves de ataque também permitiu que operadores de SAM e tropas ucranianas com MANPADS, como o míssil *Stinger*, fabricado nos EUA, engajassem helicópteros e transportes russos com risco significativamente menor de retaliação imediata (BRONK, 2022).

A se confirmar tal situação, além de ser comprovação sobre a questão do grau de controle aeroespacial obtido pela *VKS*, ressalta um aspecto que tem sido amplamente comentado no âmbito de discussões em torno do emprego do poder aeroespacial: a vulnerabilidade dos helicópteros e aviões de transporte. Michael Kofman, relembrando o conflito na Síria, destaca que

> Muitas das poucas perdas que a Rússia sofreu na Síria estava entre a aviação rotativa. De acordo com [os dados disponíveis], os russos perderam 7 aeronaves e 12 helicópteros, dos quais apenas uma aeronave foi perdida em combate em comparação com seis helicópteros (KOFMAN, 2020, p. 55).

Esse é um importante indicador para debates em torno de ações mitigadoras, caso tenhamos a perspectiva de repetir ações como aquelas observadas na guerra. Essas ações se traduzem em dispositivos de autodefesa (*flares* e *chaffs*), técnicas de navegação e infiltração (p. ex.: *Nap of Earth*), composição de missões (interferência eletrônica, varredura, escolta), e coordenação com o movimento das forças de superfície.

Na perspectiva da doutrina nacional, dispositivos de autodefesa estão abrangidos no contexto da guerra eletrônica. Ela tem por objetivo "multiplicar força, aprimorando a realização da missão, minimizando as perdas por meio da autoproteção da plataforma" (BRASIL 2020, p. 19). Táticas e técnicas de navegação existem para explorar determinadas características das aeronaves ou minimizar os efeitos da defesa aérea ou antiaérea do oponente. A composição de meios articula diferentes aeronaves, de diferentes tipos, com diferentes atuações em um contexto comum (ou seja, com um objetivo final comum), muitas vezes chegando a dezenas de aeronaves. A coordenação com as ações na superfície é crucial, haja vista que tanto as aeronaves como as forças terrestres devem ter conhecimento mútuo de posicionamento e movimentação, a fim de evitar o fratricídio.

Um dos aspectos criticados na atuação da *VKS* no conflito é sua baixa utilização de armas de precisão (*Precision Guided Munitions* – PGM). Justin Bronk relata que há

> Uma quantidade limitada de PGM lançadas pelo ar disponíveis para a maioria das unidades de caça da *VKS*. Isso, combinado com a falta de *pods* de mira para detectar e identificar alvos no campo de batalha a uma distância segura, significa que a capacidade dos pilotos de asa fixa do *VKS* de fornecer apoio aéreo aproximado para suas forças é limitada (BRONK, 2022).

Não há dúvidas quanto ao fato de PGM serem armas preferenciais no emprego a partir do ambiente aeroespacial. Porém, essa realidade não é uma surpresa absoluta, como parecem sugerir várias análises. Michael Kofman, analisando a atuação da VKS na Síria, já apontava que

> As Forças Aeroespaciais Russas foram ineficazes no apoio aéreo aproximado ou no ataque formações de manobra. As munições russas eram muito grandes, muito burras, e inadequado para a tarefa de combater as forças móveis. Ataques aéreos foram incrivelmente caros em baixas civis, e as evidências mostram que o ataque a alvos de infraestrutura civil crítica, como hospitais, em vários casos foi deliberado (KOFMAN, 2020, p. 54).

Em outra análise, Anton Lavrov afirma que

> A maior diferença entre a capacidade da *VKS* quando comparada com forças aéreas ocidentais [EUA e OTAN] está na área de munições de precisão. Ainda em 2019-2020 bombas grandes não guiadas [burras] foram as armas de escolha, especialmente para alvos leves e estacionários, onde seu poder explosivo

> compensa sua falta de precisão (LAVROV, 2020, p. 98).

O ponto central na discussão é o inventário limitado de armas de precisão da *VKS*, já desde a Síria e que parece se repetir nesse conflito com a Ucrânia. A Rússia possui armas de precisão como a bomba KAB-500S-E, que é uma

> Bomba aérea guiada com precisão, do tipo 'atire e esqueça' (*drop-and-forget*), com equipamento de orientação via satélite e uma ogiva de explosivo convencional (TNT), projetada para destruir alvos estacionários de superfície, como armazéns, instalações industriais militares e navios ancorados. Pode atacar alvos com coordenadas conhecidas, que são inseridas antes do envelope de liberação da bomba. É utilizada nas aeronaves da linha de frente (caças-bombardeiros e aeronaves de ataque) (ROSOBORONEXPORT, 2021).

Apesar disso, o inventário limitado não é uma explicação suficiente. Aeronaves russas relativamente antigas como o *Su-24M* e o *Su-25SM* têm sofrido updates tecnológicos em seus sistemas de armas, com dispositivos de visada digitais para emprego de armas não guiadas (como é o caso do sistema da empresa *Gefest*), que permite ataques com um grau de precisão bastante considerável. O *Su-24M* recebeu update para o padrão M2, com sistemas de navegação e armas para permitir o lançamento de novas versões de mísseis Kh-29, dentre outros. As atualizações incluem um novo computador SV-24, telas de cristal líquido, sistema ILS-31, mapa digital em movimento e sistema de posicionamento global. O *Su-25SM* recebeu update em 2007. Ele inclui um novo computador de navegação, conjunto de contramedidas chamado *Pastel*, sistema de

controle de fogo SUO-39 e radar *Phazotron Kopyo-25M*. Essas modernizações colocam essas aeronaves em patamares tecnológicos avançados.

No caso do conflito russo-ucraniano o simples fato de um inventário russo limitado no número de PGM não é um surpresa, tampouco um problema insolúvel para os planejadores russos. O debate que se concentra em torno dessa questão do tamanho do arsenal de PGM ignora que, alternativamente, armas ou bombas burras utilizadas com sistemas convencionais de emprego (3ª ou 4ª geração de aeronaves) permitem erros circulares prováveis – ECP admissíveis. As modernizações citadas acima podem garantir esse grau de precisão das bombas burras.

O ECP é um raio de um círculo em cuja área estima-se que 50% dos impactos de uma bomba/míssil ocorrerão. Quanto menor o ECP, maior a precisão. Desde a 2ª Guerra Mundial, o ECP dos sistemas de armas tem progressivamente diminuído, de 1.000 m para o B-17, para 61 m no caso do F-16, 3 m para o F-117 e, atualmente, para menos de 0,9 m, no caso de um F-35 utilizando uma bomba *Spice* 250. Segundo Anton Lavrov (2020, p. 97) os dispositivos de mira com updates recentes, no caso das aeronaves russas, "permitem o uso de bombas não guiadas [ou burras] com graus de precisão perto das armas inteligentes [ECP baixo]".

A questão do arsenal limitado pode estar conectada à saúde econômica da Rússia. Isso traz à tona no debate político interno desse país temas como: quais são as ameaças latentes; que hipóteses de guerra considerar; como evoluem os cenários conjunturais; quais são as prioridades orçamentárias – questões que extrapolam o propósito de análise deste Capítulo. Vejamos, por exemplo, a apreciação de Reuben Johnson apontando que

> A Rússia é uma potência militar forte, mas o futuro de seu poder aéreo é de deterioração contínua. Essas são consequências de anos de negligência no financiamento de sua indústria aeroespacial e da gestão econômica geral que não conseguiu fornecer a atividade econômica sustentada para apoiar o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia. Os atuais programas de próxima geração em desenvolvimento provavelmente nunca entrarão em produção (JOHNSON, 2015).

Em verdade, apesar de não negarmos o valor das armas de precisão, outro ponto de vista deveria incorporar as análises. Bombas inteligentes demandam Inteligência inteligente! A "Inteligência Aérea" é a atividade que provê análises preliminares e posteriores ao ataque que maximizam os efeitos de emprego de qualquer tipo de armamento. Por esse motivo, deve ser seriamente considerada. Afinal, uma arma de precisão (inteligente) direcionada ao alvo errado transforma-se um ataque burro! Por outro lado, uma bomba convencional que atinja um alvo corretamente identificado transforma-se em um ataque inteligente!

Outro ponto muito criticado na atuação da *VKS* é a sua aparente falta de capacidade de integração das ações aéreas com as ações de superfície. Justin Bronk cita que

> A *VKS* não está confiante em sua capacidade de desconflitar com segurança surtidas em larga escala com a atividade de mísseis superfície-ar terrestres russos operados pelas Forças Terrestres [e] a quase total falta de varreduras antiaéreas ofensivas russas foi associada a uma coordenação muito ruim entre os movimentos das forças terrestres russas e seus próprios sistemas de defesa aérea de médio e curto alcance (BRONK, 2022).

Outras análises também indicam que há falta de coordenação entre a *VKS* e as unidades da força terrestre, observada no deslocamento e avanço de formações blindadas e de infantaria sem a devida proteção aérea, tornando essas formações vulneráveis a ataques como o de drones (AL JAZEERA, 2022). Apesar do julgamento em relação à ineficácia de comando e controle (C2) – um dos ativos essenciais do poder aeroespacial – há que se considerar alguns elementos que podem contribuir com a melhor percepção da questão.

Um primeiro elemento é o grau de independência de C2 que possui a *VKS*. Sobre isso, Lester Grau e Charles Bartles afirmam que

> A Força Aérea Russa é considerada um ramo completo de serviço, mas tem lutado nos últimos anos manter o controle operacional de sua aviação do exército (aeronaves de ataque ao solo e helicópteros) e transporte aéreo das Forças Terrestres e Aerotransportadas Russas, que há muito desejavam integrar esses recursos como ativos orgânicos em suas próprias organizações (GRAU; BARTLES, 2020, p. 385).

Os mesmos autores identificaram que a *VKS* tem responsabilidade frente às "missões de superioridade aérea e interdição, mas também fornece apoio aéreo aproximado [ao exército] em situações críticas como assalto aéreo, travessias de rios ou progressão em áreas descobertas". Apesar disso, "Os helicópteros e aeronaves de apoio aéreo aproximado da aviação do exército fornecem apoio aéreo aproximado" (GRAU; BARTLES, 2020, p. 385). Não há, porém, uma clara identificação do ponto em que a doutrina da *VKS* atingiu em termos de coordenação do uso do espaço aéreo. No caso da progressão em áreas descobertas, algumas cenas

foram expostas na *internet* revelando a progressão de colunas de blindados sem a devido escolta aérea. No caso das operações de helicópteros, merece maior estudo a operação de ataque à Hostomel, onde foi destruída a grande aeronave An-225, e onde teriam sido abatidos 6 a 7 helicópteros russos, dentre eles 2 Ka-52, além de, possivelmente, um Il-76 que estaria a transportar paraquedistas (WILLIS; TIEFENTHÄLER; FROLIAK, 2022). A se confirmar essa notícia a probabilidade de coordenação das ações ficaria prejudicada em uma análise técnica da operação.

Um ponto intrigante nesse debate em torno de coordenação foi o que afirmou o periódico Al Jazeera, quando sugeriu que, segundo os EUA, "a Rússia estaria usando pouco mais de 75 aeronaves na invasão da Ucrânia" (AL JAZEERA, 2022). No contexto de operações aeroespaciais esse número pode ser considerado reduzido e de baixa demanda de coordenação aeroespacial. Veja, por exemplo, que a *VKS* possui cerca de 4.000 aeronaves, sendo que dessas 770 de caça e 739 de ataque (STATISTA, 2022). Esse fato, a se confirmar, nos leva a um raciocínio semelhante, que também exige grau significativo de coordenação. Trata-se da integração de aeronaves distintas em torno de um propósito maior comum, conhecido no jargão militar como missão composta. Ela articula diferente missões exigindo alto grau de coordenação. Diferencia-se técnica e doutrinariamente da perspectiva de emprego de aeronaves em missões isoladas e exige, alto grau de treinamento.

De certo que a partição de meios entre a força aérea e o exército, inclusive no que tange aos mísseis de cruzeiro ou balísticos, UAV (*Unmanned Aerial Vehicles*), demanda coordenação entre essas forças nos níveis operacional e tático. Tal percepção foi reforçada por David Deptula, militar americano com vasta experiência no planejamento, comando e controle de operações aeroespaciais, ao afirmar que as "forças armadas russas têm sentido

dificuldade em coordenar operações multidomínio" (STEWART; ALI, 2022).

Por outro lado, a se julgar que existem mínimas condições de coordenação, essa aparente falta de capacidade de C2 pode ser explicada pela aversão ao risco desnecessário, evitando expor os meios aeroespaciais à neutralização por parte das forças armadas ucranianas, em especial às armas superfície-ar ou mesmo às aeronaves oponentes. Novamente, aqui, entra o cálculo de opções em torno do grau de controle aeroespacial que se pretende obter. Anton Lavrov (2020, p. 93), analisando o caso da Síria, parece dar amparo a essa visão, e parcialmente explica a situação atual na Ucrânia, quando assegura que, "o medo de perdas do comando russo explicaria, pelo menos parcialmente, a ineficácia precoce das operações aéreas russas naquele conflito [da Síria]".

Uma crítica contundente sob a perspectiva Ocidental é a subordinação do poder aeroespacial à campanha terrestre em oposição ao pensamento independente de emprego desse poder aeroespacial. Até que ponto a *VKS* continua com a mentalidade de força aérea como "arma de suporte" à ofensiva terrestre, ou como denominaram Grau e Bartles (2020, p. 385) "pensamento centrado em ofensivas terrestres das forças armadas russas", ainda é uma questão que merecerá maior análise.

Em relação à *VKS* uma constatação tem sido colocada em debate, também como motivo da ineficácia da atuação do poder aeroespacial russo. Justin Bronk aponta o

> Número relativamente baixo de horas de voo que os pilotos *VKS* recebem a cada ano em relação à maioria de seus colegas ocidentais, declarações oficiais russas periódicas sugerem uma média de 100 a 120 horas por ano no VKS como um todo (BRONK, 2022).

No que diz respeito ao fator humano, a par da questão do moral e da resiliência, fatores apontados como hipótese para a possível resistência ucraniana, como no caso do periódico eletrônico Al Jazeera (2022) que destacou que a "capacidade ucraniana em continuar com as operações aéreas seria resultado da resiliência natural e do moral elevado da tropa", o adestramento operacional é um fator singular de análise, mas não deve ser encarado como única explicação. Principalmente naquilo que entendemos ser uma falácia: pilotos russos com poucas horas de voo de treinamento são incompetentes operacionalmente.

Há uma diferença significativa entre quantidade e qualidade em termos de treinamento para as capacidades desejáveis de uma força aérea. Em especial, quando se considera que, até o momento, a *VKS* está em combate com uma força que utiliza os mesmos equipamentos, sistemas, muito provavelmente, doutrina e possivelmente quantidade de horas de treinamento de voo similares. Em termos de equipamento, segundo o *Jane's Ukranian Equipment Profile* (2022) e o *Military Balance* (2021), os principais meios aeroespaciais da Ucrânia são: os MiG 29; os SU 24, 25 e 27; mísseis superfície-ar S-300V (SA-12A Gladiator), K330 Tor-M (SA-15 Gauntlet), K35 Strela-10 (SA-13 Gopher), K33 Osa-AKM (SA-8 Gecko) e K22 Tunguska (SA-19 Grison). Todos de fabricação russa!

Por esse motivo, os valores de horas de voo apontados como insuficientes, ao serem relativizados, podem indicar realidades diferentes. Certamente que, comparados com valores ocidentais (EUA e/ou OTAN), uma disparidade pode ser observada. De qualquer forma, a *VKS* provavelmente deve priorizar seu esforço de treinamento naquilo que doutrinariamente entende como aplicação do poder aeroespacial e não naquilo que o Ocidente entende como sendo correto (isso retorna nosso argumento ao background doutrinário).

Voltando a atenção para a atuação da Força Aérea Ucraniana (*Povitryani Syly Ukrayiny* – PSU), em face de sua inferior quantidade de meios aeroespaciais, uma análise mais acurada torna-se relativamente mais difícil. De acordo com o *Global Airpower Ranking* (2022) a PSU é a 38º no ranque mundial de forças aéreas, com um total de 175 aeronaves, sendo que 61 seriam caças e 13 de ataque. Além disso, acredita-se que essas aeronaves, todas de fabricação russa (SU-24, SU-27, MiG-29 e SU-25), não tenham sofridos os mesmos updates tecnológicos de suas congêneres da *VKS*.

No momento da redação deste Capítulo, o site *Oryxspioenkop* afirma que a Ucrânia teria perdido 2 aeronaves de caça Mig-29, 3 aeronaves de caça SU-27, 4 aviões de ataque Su-25, 1 aeronave de transporte An-26, 1 helicóptero de ataque Mi-24, 4 drones de reconhecimento Tu-141, 2 drones de reconhecimento Leleka-100 e 1 drone de combate Bayraktar TB2 (ORYXSPIOENKOP, 2022).

Entretanto, à luz do que se publicou na mídia internacional, alguns elementos podem ser destacados. Em primeiro lugar, a atuação de mísseis superfície-ar, em especial os MANPADS (*Man-portable air-defense system*), que estariam causando grande dor de cabeça às aeronaves russas. O curioso é que tal performance de defesa antiaérea tem sido colocada como uma grande surpresa no conflito. Historicamente, a atuação das defesas antiaéreas, de todas os tipos e alcances, tem sido uma constante. O famoso Barão Vermelho, às alemão da 1ª Guerra Mundial, teria sido abatido por uma arma antiaérea australiana. Na Operação *Linebacker II*, durante a Guerra do Vietnã, a Força Aérea dos Estados Unidos perdeu, em poucos dias, 11 aeronaves B-52. Na Guerra do Yom Kippur, em 1973, mísseis superfície-ar infligiram uma perda de 102 aeronaves à Força Aérea de Israel. Mesmo as aeronaves com baixo perfil de detecção pelo radar, chamadas de aeronaves invisíveis, já foram

vítimas da defesa antiaérea, como foi o caso de uma aeronave F-117 na Operação *Allied Force*, em 1999, em Kosovo. Mesmos os russos (na época da então União Soviética), pagaram um alto preço aos MANPADS no Afeganistão, perdendo cerca de "330 helicópteros e 120 jatos durante o período de 1979-1989" (WEAPONS AND WARFARE, 2019). Nesse conflito, o míssil FIM-92 *Stinger*, de origem norte-americana, utilizados pelos *Mujahedeen,* teria sido o principal responsável pela destruição das aeronaves russas. Isso é importante, pois nesse momento a mídia anuncia a cessão desse tipo de arma para a Ucrânia.

Uma capacidade interessante da *PSU* é a operação em rodopistas. Ou seja, as aeronaves de combate desdobram de suas bases aéreas originais e seguem para realizar decolagens e pousos de rodovias. Obviamente, isso exige treinamento e logística mínima para que tal capacidade possa ser colocada em prática. Aparentemente, a *PSU* já vinha realizando esse tipo de operação, como sugere o incidente registrado em 30 de agosto de 2020, no qual um SU-27 teria colidido com uma placa de trânsito em um treinamento em rodopistas (AIRLIVE, 2020). No conflito, Tim Robinson (2022) sugere que o treinamento desse recurso poderia ser utilizado pela *PSU*, em face da destruição das principais pistas de pouso nas bases aéreas utilizadas pela Ucrânia.

O mesmo autor destaca que os voos à baixa altura das aeronaves ucranianas tem dificultado a atuação dos mísseis superfície-ar russos, inclusive alimentando a ideia do "Fantasma de Kiev" (JOHNSON; GODLEWSKI, 2022), supostamente um ás da *PSU*, identificado como o Coronel da reserva Oleksanser *'Grey Wolf'* Oksanchenko, que teria sido responsável, com seu Mig-29, pela destruição de 6 aeronaves russas em combates aéreos. Esse tipo de notícia dá bem o tom do tamanho da guerra de informação que tem sido perpetrada por ambos os lados nesse conflito.

CONCLUSÃO

Carl von Clausewitz (1984, p. 89) é responsável pela afirmação de que a "guerra é o domínio da incerteza" e que ela é "como um camaleão, que suavemente se adapta a cada situação". A prosseguiram os combates, as forças aéreas envolvidas certamente se adaptarão às circunstâncias da guerra, ora sofrendo reveses em função da reação do oponente, ora conseguindo algum grau de sucesso com seus novos arranjos táticos e suas estratégias. Isso, por si só, já demandará evolução no pensamento doutrinário. Aquele que, possivelmente, melhor conduzir esse processo, ao menos no campo essencialmente militar, obterá melhores resultados. Como afirmou o velho general Helmuth von Moltke, "Nenhum plano de operações sobrevive à primeira colisão com o corpo principal do inimigo" (HUGHES, 1993, p. 9).

Com a finalidade de apontar algumas análises sobre o conflito, o Capítulo, tomou por base notícias da mídia geral e especializada, embasamento teórico da experiência histórica soviético/russa de emprego do poder aeroespacial e contou com o suporte de algumas apreciações de *think thanks*. O propósito maior foi oferecer um debate em torno das questões sobre o emprego aéreo nesse conflito, trazendo como diferencial de análise a aproximação das fontes com uma interpretação baseada na teoria do poder aéreo e na investigação da doutrina de emprego militar.

O texto dividiu-se em dois segmentos. Incialmente, uma aproximação teórica sobre o que pode ser observado da cultura soviética/russa em relação ao emprego do poder aeroespacial. Nesse segmento percebeu-se que, apesar de existir uma tendência de alinhamento da doutrina russa aos preceitos teóricos ocidentais, esse processo sofreu interrupções devido às demandas históricas que atravessou a União Soviética e a Rússia. Mais do que isso, contudo,

a experiência concreta de emprego da *VKS* revelou que esse alinhamento ainda não é perceptível. Por esses motivos, a dissonância entre as expectativas ocidentais de emprego da VKS e o que realmente tem ocorrido nesse conflito foram intensas.

No trecho seguinte do Capítulo procurou-se aprofundar essa análise por meio do levantamento de vários fatores que foram observados por jornalistas e especialistas nesse conflito. Identificou-se que a principal dissonância estaria relacionada à demanda de superioridade aérea (no caso brasileiro, controle aeroespacial). Apontou-se que não necessariamente o grau mais elevado de controle pode ter sido almejado pelos planejadores russos, em função do cálculo de vários fatores que entram nesse planejamento. Outro ponto destacado foi o emprego de PGM por parte da russa, quando se observou que há alternativas viáveis. Depois, o segmento do Capítulo alertou o leitor sobre a demanda de coordenação no uso do espaço aéreo e quanto à composição de missões, compreendidas como operações aéreas complexas. Tal necessidade, ou limitação, pode estar atrelada ao grau de independência da *VKS* em conduzir esse tipo de operação, em especial quanto aos meios da antiga Aviação do Exército. O segmento destacou também nuances sobre o fator humano, principalmente a questão que é apontada como causa do suposto insucesso russo, o treinamento de suas tripulações. Por fim, observou-se que a *PSU*, a par de numérica e tecnologicamente inferior tem buscado adaptar-se ao contexto da guerra, mormente com táticas e técnicas de contraposição ao poder aeroespacial russo.

A continuidade dos combates demandará novas apreciações técnicas. Apontamos duas tendências que devem ser observadas nos desdobramentos da guerra quando da disponibilização de novas informações. A primeira delas é a migração dos combates para ambientes urbanos, considerando-se que a resistência ucraniana não irá sucumbir. Essa tendência poderá acontecer, pois há sinais de que a Rússia pode estar incrementando o uso do poder aeroespacial à

medida que sua ofensiva terrestre progrida para as áreas urbanas. Grau e Bartles (2020, p. 107, grifo nosso), ainda sobre o conflito na Síria, observaram que

> Durante uma ofensiva em uma cidade (áreas urbanas) um papel especial é desempenhado por pequenas unidades funcionando separadamente em missões de esquadrão. A ofensiva é determinada pela densidade de edifícios e disponibilidade de espaço, parques, utilidades subterrâneas, ruas etc. Um ataque bem-sucedido só pode ser alcançado pela estreita cooperação do rifle motorizado (tanque) pelotões (companhias, batalhões) com outros tipos de tropas, apoiados por artilharia e **aviação**".

A par dessa questão do combate urbano, mas interconectado com ele, é preciso observar o impacto das armas ocidentais que podem vir a ser disponibilizadas à Ucrânia. Em especial, quanto a mísseis ar-superfície do tipo MANPADS. A agência de notícias Reuters publicou uma matéria, em 11 de março de 2022, informando que os Estados Unidos e a OTAN estariam enviando esse tipo de armamento para utilização pelas forças armadas ucranianas (STEWART; ALI, 2022). Alguns analistas arriscam dizer que isso poderia ressuscitar os fantasmas da malsucedida incursão soviética no Afeganistão, a partir de 1988.

A conclusão do conflito parece incerta. As negociações prosseguem, mas não são perceptíveis reais avanços (20 de março de 2020). Entretanto, e a guisa de encerramento do Capítulo, nossa percepção é a de que existem quatro cenários possíveis para a situação. Um menos provável seria a ocorrência de levantes populares generalizados na Rússia, contestando as decisões do governo Putin, uma espécie de "Primavera Árabe" russa. Outro cenário, também pouco provável, seria a reação militar coordenada

da OTAN contra a Rússia, o que acenderia a hipótese de um conflito regional de maior escala. No quadro de cenários mais prováveis temos a hipótese de resistência da Ucrânia, principalmente com um movimento de insurgência urbano, que desgastaria as forças armadas russas e seu governo. Por fim, aquele cenário que acreditamos ser o mais provável: ajustes políticos entre ambas as partes levariam a um cessar fogo. Do ponto de vista do governo ucraniano, isso poderia obrigar no reconhecimento da independência de Donetsk e Lugansk. Também a constatação da Crimeia como território russo e, ainda, o compromisso da Ucrânia em não aderir à OTAN. Pelo lado do governo russo, fatores que pesariam nas negociações seriam o efeito das sanções econômicas ocidentais, a possibilidade do surgimento de uma resistência política e/ou militar ao governo de Putin, com a possibilidade de um golpe de estado, ou o esgotamento da capacidade militar russa na Ucrânia, em face do desgaste do material, perdas e demandas logísticas inatingíveis.

Apesar de serem cenários especulativos, o que realmente se espera neste momento é o fim do conflito que tem gerado perdas materiais significativas e, principalmente, sofrimento às populações locais e vítimas insubstituíveis.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA, A. “Why hasn’t Russia mobilised its vast air power against Ukraine?” **Aljazeera** [2022]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com>. Acesso em: 04/03/2022.

AIRLIVE. “Incident Ukraine Air Force Su-27 hit road sign during highway operation in Kyiv (Video)”. **Air Live** [2020]. Disponível em: <https://www.airlive.net>. Acesso em: 20/03/2022.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BRASIL. **Doutrina Básica da FAB – DCA 1-1**, vol. 2. Brasília: Comando da Aeronáutica, 2020.

BRONK, J. "The Mysterious Case of the Missing Russian Air Force". **Royal United Services Institute** [2022]. Disponível em: <https://rusi.org>. Acesso em: 05/03/2022.

CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CORUM, J. S.; JOHNSON, W. R. **Airpower in Small Wars**: Fighting Insurgents and Terrorists. Lawrence: University Press of Kansas, 2003.

DOUHET, G. **The Command of the Air**. Montgomery: Air University Press, 2019.

FOY, H.; RATHBONE, J. P. "Air power counts for little in Ukraine war as caution prevails on both sides". **Financial Times** [02/03/2022]. Disponível em: <https://www.ft.com>. Acesso em: 05/03/2022.

GLOBAL AIRPOWER RANKING. "Current ranking of the various armed air services of the world provided by WDMMA". **World Directory of Modern Military Aircraft** [2022]. Disponível em: <https://www.wdmma.org>. Acesso em: 20/03/2022.

GRAU, L.; BARTLES, C. "The Russian Ground-Based Contingent in Syria". *In*: HAMILTON, R. E.; MILLER, C.; STEIN, A. (eds.). **Russia's War in Syria**: Assessing Russian Military Capabilities and

Lessons Learned. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2020.

HUGHES, D. J. (ed.). **Moltke on the Art of War: Selected Writings**. New York: Balantine Books, 1993.

IISS - International Institute of Strategic Studies. **The Military Balance 2021**. London: Routledge, 2021.

JANE'S. **Ukraine conflict**: Equipment profile. London: Jane's Group, 2022.

JOHNSON, R. "Russia's Air Power: Outdated Planning and Technology Shortfalls". **Fundacja im. Kazimierza** [2015]. Disponível em: <https://pulaski.pl>. Acesso em: 05/03/2022.

JOHNSON, K.; GODLEWSKI, M. "The Ghost of Kyiv: A Legend Born of Social Media, But Is He Real?" **Flying** [2022]. Disponível em: <https://www.flyingmag.com>. Acesso em: 20/03/2022.

KAINIKARA, S. **Russian concept of air warfare**: the impact of ideology on the development of air power. Adelaide: University of Adelaide, 2005.

KOFMAN, M. "Syria and the Russian Armed Forces: an Evaluation of Moscow's Military Strategy and Operational Performance". *In*: HAMILTON, R. E.; MILLER, C.; STEIN, A. (eds.). **Russia's War in Syria**: Assessing Russian Military Capabilities and Lessons Learned. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2020.

LAURAS, D. "Western experts baffled by Russian air force's low profile in Ukraine". **The Times of Israel** [2022]. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com>. Acesso em: 05/03/2022.

LAVROV, A. “Russian Aerial Operations in the Syrian War”. *In*: HAMILTON, R. E.; MILLER, C.; STEIN, A. (eds.). **Russia’s War in Syria**: Assessing Russian Military Capabilities and Lessons Learned. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2020.

ORYXSPIOENKOP. “Attack on Europe: Documenting Equipment Losses during the 2022 Russian Invasion of Ukraine”. **Oryx** [2022]. Disponível em: <https://www.oryxspioenkop.com>. Acesso em: 05/03/2022.

ROBINSON, T. “Air War over Ukraine – the first days”. **Royal Aeronautical Society** [2022]. Disponível em: <https://www.aerosociety.com>. Acesso em: 08/03/2022.

ROSOBORONEXPORT. “KAB-500S-E Guided aerial bomb with satellite guidance equipment and a HE warhead”. **Rosoboronexport** [2021]. Disponível em: <http://roe.ru>. Acesso em: 20/03/2022.

STATISTA. “Comparison of air forces of Russia and Ukraine by type in 2022”. **Statista** [2022]. Disponível em: <https://www.statista.com>. Acesso em: 19/03/2022.

STEWART, P.; ALI, I. “'Risk worth taking': U.S. rushes MANPADS to Ukraine despite proliferation concerns”. **Reuters** [2022]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 20/03/2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M.; ROSA, C. E. V. “Mudança militar e estudos estratégicos: revolução, evolução e transformação militar”. In: TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. T.; SILVA, A. H. L. (orgs.). **Introdução aos estudos estratégicos**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. **Russia Military Power**: Building a Military to Support Great Power Aspiration. Washington: Defense Intelligence Agency, 2017.

WARDEN III, J. A. "Smart Strategy, Smart Airpower". *In*: OLSEN, J. A. (ed.). **Airpower Reborn: The Strategic Concepts of John Warden and John Boyd**. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

WARDEN III, J. A. **The Air Campaign**. San Jose: toEcel, 2000.

WEAPONS AND WARFARE. "Soviet Aircraft Shot Down by Stingers". **Weapons and Warfare** [2019]. Disponível em: <https://weaponsandwarfare.com>. Acesso em: 20/03/2022.

WILLIS, H.; TIEFENTHÄLER, A.; FROLIAK, M. "Russian helicopters attack an airport near Kyiv". **The New York Times** [24/02/2022]. Disponível em: <https://www.nytimes.com>. Acesso em: 19/03/2022.

CAPÍTULO 5

Direito Internacional Humanitário no Conflito Russo-Ucraniano: O Status dos Refugiados e a Violação às Normas Internacionais de Proteção Humanitária

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO NO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: O STATUS DOS REFUGIADOS E A VIOLAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO HUMANITÁRIA

Anysia Carla Lamão Pessanha

Tauã Lima Verdan Rangel

Historicamente, pensar os impactos dos conflitos armados entre Estados, na perspectiva do direito humanitário, implica em discutir as consequências para a população atingida e, com isso, a violação dos direitos mais elementares. Em termos conceituais, o Direto Internacional Humanitário, enquanto ramificação autônoma dos Direitos Internacionais, compreende um conjunto de normas que visa à delimitação dos efeitos dos conflitos armados e, por via de consequência, protege as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades, bem como traz restrições sobre os meios e os métodos de combate.

Ao lado disso, as origens do Direto Internacional Humanitário podem ser encontradas nos códigos e regras de religiões e nas culturas do mundo inteiro. Contudo, em uma perspectiva contemporânea, aludida ramificação encontrou o seu desenvolvimento na década de 1860, quando partes dos Estados europeus acordou em uma série de práticas, a partir das experiências de guerras, que refletem em um delicado equilíbrio entre as preocupações humanitárias e as necessidades militares dos Estados. Com o crescimento da comunidade internacional, houve, de igual modo, o aumento do número de Estados que contribuiu para o desenvolvimento do Direto Internacional Humanitário, o qual pode

ser considerado como um sistema de Direito dotado de universalidade.

A partir dos comentários acima, pensar o conflito atual envolvendo Rússia e Ucrânia impõe, por necessidade, a discussão da temática a partir de uma perspectiva humanitária, notadamente quando se tem em mente a desigualação pautada no poderio bélico russo em relação ao ucraniano. Além da flagrante desigualdade ora mencionada, as consequências dos conflitos, a exemplo de bombardeios e de ataques, conforme se pode depreender dos discursos internacionais, vem, a cada dia, sendo direcionado para população ucraniana, o que, por si só, implica no risco de violação às normas internacionais que regem o Direto Internacional Humanitário e a própria dignidade da pessoa humana das vítimas.

Diante deste contexto, o escopo do presente é analisar, a partir das recentes notícias sobre o conflito russo-ucraniano, o *status* dos refugiados, bem como a possível violação das normas internacionais de proteção do Direto Internacional Humanitário. Em uma perspectiva metodológica, foi empregado o método científico dedutivo de análise e, a partir do enfrentamento do objeto da pesquisa, pautou-se na utilização de uma pesquisa qualitativa. No que se referem às técnicas de pesquisa, em decorrência do recorte da abordagem do objeto, a pesquisa se enquadra como uma revisão de literatura de natura sistemática.

Ainda em termos metodológicos, a pesquisa empregou como descritores primários de seleção de material os seguintes termos: "Direito Humanitário", "Conflito Armado", "Conflito Russo-Ucraniano", "Refugiados de Guerra" e "Violação da Dignidade da Pessoa Humana". Como critério complementar para a seleção da base teórica empregada, foi promovida uma análise da pertinência do material selecionado e a proposta estabelecida para a pesquisa. As plataformas de busca utilizadas para a seleção do material foram o *Scielo,* o *Scopus* e o *Google Acadêmico.*

O texto encontra-se estruturado em três seções conteudísticas, as quais alicerçam a análise proposta. A primeira seção busca a compreensão dos elementos que contextualizam e particularizam o conflito russo-ucraniano. A segunda seção, por sua vez, a partir de um viés do Direito Internacional Humanitário, busca compreender a figura do refugiado de guerra e as normas internacionais de regência e de proteção da matéria. Por derradeiro, a partir de uma convergência entre as duas seções anteriores, a terceira propõe analisar os refugiados do conflito russo-ucraniano e a violação da dignidade da pessoa humana.

O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: DELIMITAÇÕES DO CONTEXTO

As recentes disputas na delimitação geográfica pertencente à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) contêm raízes desde sua dissolução. Especificamente o conflito russo-ucraniano revela-se como mais uma consequência da fragmentação espacial que expõe um novo enredo geopolítico e práticas espaciais associadas, fato que aconteceu em 1991. Sendo assim, a URSS findou-se politicamente, economicamente e diplomaticamente, após 69 anos de existência (SANTOS, 2022). A particularidade a ser observada é que em sua delimitação geográfica coexistiam povos e culturas variadas, tanto que "no processo de produção espacial há uma inerte dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço" (CORREA, 2020, p. 37).

Nesse sentido, não se pode comparar a uma "Guerra Fria", tendo em vista que os conflitos assumem contornos próprios ao direcionar o controle do espaço, junto às benesses, como exploração de *commodities* (gás natural, petróleo, produtos agrícolas), mercado financeiro e novas zonas de influência econômica, política e militar.

Os novos contornos apontam para uma hegemonia, ou seja, estabelecimento de relações de dominação ou liderança de Estados ou nação. Dessa forma, o que está sob disputa é poder no seio da estrutura capitalista, que assume uma roupagem complexa.

Apesar de não ser exatamente uma "Guerra Fria 2.0", o embate russo-ucraniano advém daquele período. Assim que a URSS deixou de existir, seu espaço passou a ser disputado, uma vez que demanda alto valor geoestratégico, especialmente com a chegada de Putin ao poder em 2000, pois junto aos seus conselheiros achava por bem que o continuassem sob o domínio da Rússia, da hegemonia russa (SANTOS, 2022).

Nessa continuidade, vale retomar à informação de que o fim da Guerra Fria alterou o contexto internacional fazendo com que a Rússia perdesse uma parte significativa de seu território e, consequentemente, sua identidade, cultura e economia seguiram afetadas. Em razão disso, a imprescindibilidade na reestruturação russa tornava-se emergente e a esperança foi depositada na política de Boris Yeltsinseu, apesar de não corresponder aos anseios russos, haja vista que o interesse estadunidense era sensibilizar a geopolítica da Rússia a fim de tomar sua zona de influência por intermédio da OTAN. Importante salientar que a Rússia recuperou parte de sua essência geopolítica tendo como fundamento o Eurasianismo, de acordo com Nunes e Silva (2018).

Superado o vácuo geopolítico vivido, Putin imperou esforços no fortalecimento da Rússia na Eurásia. A partir desse movimento estabeleceu-se um novo eixo geopolítico, segundo Souza (2012), mediante a incorporação de países da Ásia Central. Dessa forma, a Rússia se transformou numa potência nuclear regional, não mais mundial, e tomou posse de um espaço no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CNSU).

Assim, "o termo Eurasianismosurge pela primeira vez no século XIX, cunhado pelo movimento eslavófilo que buscava juntar a rica diversidade da Eurásia, em uma espécie de outra via que não a europeia ou asiática, e que juntasse a cultura e tradição da Ortodoxia e da Rússia" (MATOS, 2014, p. 02). Nesse seguimento, Nunes e Silva (2018) elucidam que o Neo-eurasianismo ou Escola Eurasiana direcionaram os conflitos na forma que se apresentam na atualidade, pois os objetivos geopolíticos vigentes decorreram da vertente em comento. Quanto a escola Eurasiana, Santos coloca que "é parte da escola expansionista russa e é fincada na influência de Mackinder, devido a sua irreverente teoria do Heartland[6]" (NUNES; SILVA, 2018, p. 20).

Em sua literatura, Mackinder concretizou como o "Pivô Geográfico da História" a região eurasiana que, se conquistada por uma potência continental, serviria de fortaleza terrestre, pois é de difícil acesso via marítima, não deixando de mencionar seus ricos atributos naturais. Com o fim da Primeira Guerra Mundial surgiu o temor de que a região fosse tomada pela Alemanha, devido seu fortalecimento e em razão da Rússia ter deixado o lugar de destaque. Com isso, uma vez que a Rússia conquistasse Eurásia, tal localidade se tornaria soberana a ponto de se restabelecer como potência global.

Nesse sentido, a corrente Neo-eurasianista "entende que a globalização é apenas mais uma forma dos Estados Unidos e da OTAN tomarem o mundo para si, de forma a dissipar no mundo sua cultura ocidental por meio de ideologias e estruturas, nele implementando uma ordem moldada à sua maneira" (NUNES; SILVA, 2018, p. 21). Assim, a vertente Neo busca resguardar os valores no mundo multipolar opondo-se aos valores universais que são ocidentais em seu âmago. Dessa forma, nos governos de Putin,

[6] É uma teoria desenvolvida pelo geógrafo inglês Halford J. Mackinder que atribui a expressão "Heartland", traduzido como coração da Terra, à zona territorial composta pelos continentes europeu e asiático, denominada Eurásia ou Ilha Mundial. Na sua concepção, Mackinder defendia que aquele que dominasse a Ilha do Mundo, seria capaz de governar o mundo inteiro.

pairava o espírito soberano eurástico que refletiu em variadas reformas de natureza geopolítica realizadas pelo presidente.

Dmitri Medvedev sucede a Putin na presidência e logo inicia a "Operação Medvedev", assim, as tropas russas começam a agir na Geórgia de forma exitosa. O contexto demonstrou que os esforços em prol do fortalecimento da soberania da Federação estavam em pleno crescimento, mesmo sem Putin. O conflito russo-ucraniano abranda-se após o fim da Guerra Fria, uma vez que os países da antiga União Soviética conquistaram sua independência, entretanto, continuaram a depender da Rússia de alguma forma, seja politicamente, economicamente ou culturalmente (NUNES; SILVA, 2018).

Num embate mais recente, ocorrido em 2013, o presidente da Ucrânia rejeitou um acordo com a União Europeia em razão das propostas russas serem mais interessantes para o momento. Com isso, houve uma polarização dos cidadãos ucranianos, de um lado a memória da Rússia opressora, de outro, a pressão para a aproximação do Ocidente no intuito de integrar a União Europeia. Sendo assim, a Rússia adentrou a região da Crimeia com seus militares, usando da força e aumentando o agrupamento russo na fronteira com a Ucrânia (SLOBODA, 2014).

Diante toda essa circunstância, houve um referendo na península da Crimeia para averiguar o posicionamento da população em relação a independência do local. No total, 83% da população participaram do referendo, dos quais 93% se mostraram favoráveis à independência com posterior anexação, restando translúcida a questão cultural em tal movimento. Logo, a Rússia faz um movimento humanitário em busca de proteger a vida dos russos que viviam fora do território da Federação. Para além do interesse cultural e humanitário, vias econômicas interferiram na tomada de decisão, uma vez que os gasodutos que abastecem a Europa passam pela Crimeia, fazendo com que rapidamente foi reconhecida a

independência da Crimeia e realizada sua anexação ao território russo (NUNES; SILVA, 2018).

Importante consignar que a anexação não foi reconhecida pelo sistema internacional, inclusive a Rússia foi acusada de violar tratados e normas do Direito Internacional em relação a integridade e soberania da Ucrânia. O pensando da Rússia é pautado no precedente internacional de Kossovo, em que a declaração de independência foi apreciada pela Corte Internacional de Justiça e nenhuma violação foi constatada (SLOBODA, 2014).

Anteriormente ao contexto de anexação a Crimeia, a Ucrânia entregou seu armamento nuclear à Federação Russa, sob a promessa de segurança que materializou o Memorando de Budapeste de 1991, desprovido de mecanismos jurídicos vinculados e sem um plano assecuratório de estratégia num bloco regional de segurança. Insta salientar que, após o desmembramento da URSS, a Ucrânia herdou o terceiro maior arsenal nuclear do mundo. A situação narrada transformou-se num paradoxo histórico que deve ser discorrido dentro de uma conjuntura, até porque a Ucrânia sofreu uma forte pressão internacional para findar as negociações relacionadas ao armamento nuclear sem a chance de permanecer sob sua guarda. Outrossim, as elites políticas que integravam as negociações possuíam uma forte mentalidade soviética e que não poderiam tomar a Rússia como inimigo, mas como uma nação fraterna (POZHOGA, 2018).

Informações essas que não podem ser omitidas no presente capítulo, pois reflete exatamente as raízes de como as relações entre Rússia e Ucrânia se construíram, inicialmente, pela confiança na mentalidade soviética. Com base nisso, houve a transferência de todo armamento nuclear para Moscovo, o que poderia ter sido utilizado para defender seu território, porém não havia estratégias traçadas e orientadas de forma defensiva aos interesses nacionais. Sendo assim, a necessidade de reconhecimento da nova imagem do

Estado ucraniano, desnuclearizado, desprovido de risco para a segurança, na esfera internacional quedou na precipitação a anuência aos termos sugeridos. Em suma, houve a abdicação do poder nuclear em troca de uma segurança jamais experimentada, levando em consideração aos ataques na Crimeia, conforme exposto (POZHOGA, 2018).

Percebe-se que a Rússia possui uma agenda geopolítica expansionista que se perdura ao longo do tempo, alcançando a atualidade. Estratégia adotada para aumentar seu poder diante da esfera internacional, deixando de ser uma potência regional e voltando aos moldes globais, assim como na época da URSS. Dessa forma, a linha de pensamento pautada no eurasianismo reflete a identidade russa de agir em prol da conquista pelo poder no Exterior Próximo juntamente à política multilateral pragmática russa (NUNES; SILVA, 2018). Exatamente por conta do raciocínio eurasiano, acaba por desrespeitar regras e normas internacionais na tentativa de reconquistar seu poder, ora perdido, pelo fim da União Soviética.

O conflito entre Rússia e Ucrânia não tem uma única matriz, advém da economia, política e, até mesmo, cultural. Um dos pontos sensíveis é o idioma, pois o russo ainda impera no antigo espaço soviético, entretanto, a partir de 2019 foi aprovada uma lei para que em 3 anos fosse implementado a linguagem ucraniana entre os funcionários públicos do país, vedado o russo para tal comunicação. Tal orientação foi encarada como uma tentativa de apagar a cultura russa e o país se viu ameaçado com a suposta perda de espaço, pois, dado o contexto histórico e político, entende que possui o direito de influência sobre o espaço ucraniano (SANTOS, 2022).

Com isso, a tendência a hegemonia ocidental pela Ucrânia é digna de absurdo sob a ótica russa e intolerável. Assim, a presença de tropas russas descaracterizadas – grupos separatistas pró-Rússia – marcam presença na região leste da Ucrânia, sendo essa estratégia

uma forma de equilibrar seu domínio frente aos atores ocidentais, consequentemente, equilibrando a disputa de influência na região e os rumos políticos, de acordo com Santos (2022). Já em 2021, Putin foi pontual em afirmar que o Ocidente não deveria avançar os limites da Rússia, uma vez que a Ucrânia é o local sob influência Russa e, sequer, necessita ser conquistado, seja pela figura da OTAN ou União Europeia, pelo ocidente. Tanto que a decisão de invadir a Ucrânia foi a translúcida resposta de que a Rússia não tolera a influência cultural, econômica e, muito menos, política, nem mesmo permite que manipulem o território que acredita ser de sua alçada (SANTOS, 2022).

Sendo assim, a Ucrânia está servindo de palco para um conflito geopolítico estatal, que buscam instituir espaços geográficos de poder e hegemonia dentro do sistema capitalista. Revelando, assim, mais um capítulo histórico da Rússia diante da constante e incansável busca pelo poder mediante conflitos armados, o que reflete por toda parte do mundo. "A geopolítica é pragmática e os ucranianos, pela posição geoestratégica do seu território, estão sofrendo, da maneira mais dolorosa possível, a disputa, entre a Rússia e o Ocidente, pela hegemonia global" (SANTOS, 2022, p. 96). Por outro lado, o ocidente não é capaz de impedir o conflito armado em seus limites e utiliza-se de sua hegemonia para atacar a Rússia mediante políticas de contenção. Em razão da revolta russa diante da possibilidade de perder sua influência ao poder ocidental, inicia-se o conflito armado.

O *STATUS* DE REFUGIADO DE GUERRA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Em decorrência da ruptura com os Direitos Humanos por conta das Guerras Mundiais, houve a necessidade de criar um

sistema internacional de proteção a tais direitos, capaz de responsabilizar os Estados que os infringissem. Sendo assim, surge a figura do Direito Internacional dos Direitos Humanos como uma subdivisão do Direito Internacional, que busca resguardar o ser humano em todas as situações perante o poder público por intermédio de tratados, que trazem as normas, os princípios e os conceitos. Já o Direito Internacional Humanitário guarda o escopo protetivo ao ser humano que se encontra exposto ao conflito armado, buscando dirimir os efeitos causados pela guerra, não importando os motivos e objetivos do conflito, bastando, apenas, a proteção da pessoa, segundo Cazzeta, Fonseca e Ribeiro (2021).

Importante salientar que a criação e o desenvolvimento dos Direitos Humanos foi um resultado natural da modernização da sociedade a partir de variados movimentos das sociedades ocidentais. A começar pela conquista dos direitos individuais com a Revolução Gloriosa em 1688 e a *Bill of Rights* em 1689, que marcou o início do processo de construção da sociedade moderna. Adiante, foram instituídos movimentos em busca dos direitos naturais, iguais e universais, salvaguardando ideais de igualdade entre o ser humano e os direitos inalienáveis, seguido da Revolução Francesa com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão que elencou a ideia de que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. Concepção essa, reforçada por outras lutas sociais, civis e políticas que se arrastaram pelo século XIX e XX (ROCHA; GUERRA, 2019).

O segundo momento dos Direitos Humanos foi marcado pelas Guerras Mundiais, a partir de então se iniciou o processo de discussão em relação aos direitos dos refugiados em razão do êxodo que a guerra causava, exatamente por conta da violação aos direitos humanos. Com isso, as organizações foram se estruturando até que, posteriormente, surgiu a Organização Internacional de Refugiados (OIR) e os Estados Unidos cria o Diretório de Refugiados de Guerra

em 1944. Sucessivos passos foram dados em prol da proteção dos direitos dos refugiados, como a criação de um dos mais importantes órgãos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) seguido da adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, que juntamente à Declaração Universal de Direitos Humanos formaram a malha protetiva mais importante em relação aos refugiados, instaurando parâmetros de proteção à pessoa e à condição humana (ROCHA; GUERRA, 2019).

Com o advento do Estatuto dos Refugiados, em 1967, os Direitos Humanos e os Direitos dos Refugiados passaram a estreitar, ainda mais, o elo entre si. Forçoso é ressaltar que o Direito Internacional Humanitário se estruturou sob dois prismas, sendo o primeiro focado na proteção das pessoas não-combatentes, ou seja, vítimas do conflito armado fundado na ideia do Direito de Genebra e a segunda percepção fundada nos Direitos de Haia que é a restrição dos direitos dos combatentes, restringindo meios e métodos de combates para alcançar os fins desejados (ROCHA; GUERRA, 2019).

Nesse passo, considera-se um refugiado "toda pessoa que por bem fundado, receio ou contundente ameaça de perseguição, por razões de raça, opinião política, grupo social, etc., não podem ou não querem permanecer no Estado em que tal perigo seja iminente para a sua vida ou incolumidade física" (ROCHA, 2019, p. 07). Assim, Francioni (2018) tece seus comentários a respeito do Direito dos Refugiados e sua ligação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos classificando-os como um sistema de normas internacionais, bem como procedimentos e instituições na tratativa dos direitos humanos dos refugiados em âmbito mundial.

> O Direito dos Refugiados e o Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em um sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições

> desenvolvidas para programar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos e dos refugiados em todos os países no âmbito mundial. Com a evolução histórica dos conflitos em diversas partes do mundo [...]. A violência que põe a vida em risco. Os refugiados são produtos desta violência, da discriminação, da intolerância, foi necessário que os países começassem a elaborar políticas de integração e recebimento de refugiados, não só países europeus, mas todos os países do mundo. O Acolhimento deve ser uma política mundial, e não apenas de um país (FRANCIONI, 2018, p. 07).

O Estatuto da ACNUR traz que os refugiados são pessoas que se encontram fora do seu país de origem, de nacionalidade ou residência, por conta do fundado temor de perseguição por motivos específicos, em grande parte, ligados aos ideais religiosos, políticos, de nacionalidade ou raça. Por conta de tais ideais, os refugiados são indivíduos que ficam desprovidos de proteção do seu país, por não poder ou não querer. Vale destacar alguns elementos que condicionam os refugiados, quais sejam o fundado temor de perseguição e a impossibilidade de proteção por seu país. Verifica-se que o âmago da questão em ser um refugiado gira em torno de desproteção por parte de seu país, uma vez que a imprescindibilidade de proteção caracteriza o *status* de refugiado (CARVALHO, 2018).

Os princípios dos direitos humanos servem de fundamento para a ideia de proteção internacional, uma vez que atua em prol de assegurar os direitos fundamentais e liberdades, bem como da não discriminação. Assim, cabem aos Estados soberanos conservar os mencionados direitos dos indivíduos que se encontrarem sob seu território e jurisdição (ONU, 1994). Sobretudo, em razão da indisponibilidade de seus governos em garantir tais direitos basilares à dignidade da pessoa humana, via reflexa, a responsabilidade fica a cargo da comunidade internacional em prover a proteção necessária.

Por isso o ACNUR mostra-se primordial ao apoiar os Estados em desempenharem seu caráter protetivo e assistencial aos refugiados.

Ocorre que a proteção aos sujeitos em condição de vulnerabilidade, enquanto refugiados, inicia-se com a garantia de admissão/asilo e respeito aos direitos humanos básicos, o que engloba o princípio da não-devolução (*non refoulement*), que atribui uma maior segurança à condição de refugiado, sem a qual até mesmo sua sobrevivência estaria prejudicada. E o termo final de tal proteção seria com o restabelecimento da proteção ao refugiado pelo seu país de origem mediante a manutenção do seu *status* por uma solução duradoura (CARVALHO, 2018). Com isso, o Estatuto do ACNUR prevê a maneira que a organização manterá a rede de proteção enquanto os refugiados estiverem sob seu mandato, nos seguintes termos:

> a) Promovendo a conclusão e ratificação de convenções internacionais para proteção dos refugiados, velando pela sua aplicação e propondo alterações aos mesmos; b) Promovendo, mediante acordos especiais com os governos, a execução de todas as medidas destinadas a melhorar a situação dos refugiados e a reduzir o número de pessoas que requerem proteção; c) Apoiando esforços governamentais e privados para fomentar a repatriação voluntária dos refugiados ou a sua integração no seio das novas comunidades nacionais; d) Promovendo a admissão de refugiados, sem excluir os mais desamparados, nos territórios dos Estados; e) Esforçando-se para obter autorização aos refugiados para transferir seus recursos, especialmente os necessários ao seu reassentamento; f) Obtendo dos governos informação acerca do número e da situação dos refugiados que se encontrem em seus territórios e sobre as leis e regulamentos que lhes dizem respeito; g) Mantendo-se em contato estreito com os governos

> e organizações inter-governamentais envolvidas; h) Estabelecendo contato, da forma que julgar mais conveniente, com as organizações privadas que se ocupem de questões de refugiados; i) Facilitando a coordenação de esforços das organizações privadas que se ocupem do bem estar social dos refugiados (ACNUR, 2018, p. 76).

Em 2000, a ACNUR elencou as tarefas inerentes ao caráter protecionista que desenvolve, como o recebimento de refugiados e solicitantes de refúgio, intervenção junto às autoridades, garantia de segurança física, proteção de mulheres, crianças e idosos, promoção da legislação nacional e procedimentos de refúgio, participação nos processos nacionais de determinação do *status* de refugiado e conduzir a determinação, bem como conceder opiniões consultivas e desenvolver jurisprudência. Além do mais, o ACNUR possui como atividade fundamental o incentivo aos Estados na aderência de medidas para o cumprimento de suas obrigações e na garantia de direitos aos refugiados (CARVALHO, 2018).

Sendo assim, verifica-se que o êxito do ACNUR depende diretamente da cooperação e apoio ativo dos governos de países com asilo e apoio de demais países da comunidade internacional. Logo, a proteção internacional dos refugiados é uma função dinâmica e orientada, que deve ser concatenada à atuação do ACNUR, o que engloba a colaboração dos Estados, "a promoção e facilitação da admissão, recepção e tratamento de refugiados de acordo com os padrões internacionais estabelecidos e a garantia de soluções duradouras e orientadas para a proteção, levando em consideração as necessidades específicas de grupos vulneráveis" (CARVALHO, 2018, p. 21), atribuindo especial atenção àquelesque possuam necessidades específicas (ONU, 2016).

No que tange a cooperação internacional para que os refugiados tenham seus direitos atendidos, devem ser levados em consideração três parâmetros, o primeiro em relação ao caráter transfronteiriço e global, pois é algo que atinge a comunidade internacional num todo. O segundo está relacionado a complexidade, escala e alcance global dos movimentos de refugiados e migrantes, bem como a desproporção na distribuição de refugiados entre os países, sendo esse o terceiro fator que não se pode ignorar. A atuação individual dos países, por sua vez, é insuficiente diante da magnitude da situação, ou seja, sem uma boa cooperação internacional as chances de êxito no caso são mínimas. É nesse contexto que surge o princípio da responsabilidade compartilhada (CARVALHO, 2018).

Cooperação internacional, solidariedade internacional e responsabilidade compartilhada são os pilares de vários instrumentos internacionais. Nesse sentido, a cooperação internacional foi o objetivo central da ONU em reunir esforços e escoar as lides internacionais de aspecto econômico, social, cultural ou humanitário. Tal precedente encontra abrigo em diversas cartas das Nações Unidas, que buscam promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, sem distinção em razão de sexo, raça, língua ou religião. Ademais, é dever dos Estados em cooperarem, assim como previsto nos artigos 55 e 56 da Carta das Nações Unidas e no preâmbulo da Convenção de 1951, que trazem em seu texto que os membros da organização se comprometem a agir em cooperação, seja em conjunto ou separadamente para fins específicos. A ideia de cooperação pode ser vista sob vários prismas, como no direito ambiental, relações econômicas internacionais, bem como o direito internacional dos refugiados, conforme menciona Carvalho (2018).

Para além da cooperação entre os Estados, o Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados destaca a importância da cooperação no combate às

causas dos movimentos refugiados, no intuito de evitá-los ao promover a paz, a estabilidade e o diálogo e que a situação dos refugiados não se torne motivo de tensão entre os Estados. Já a solidariedade internacional, serve de apoio de um Estado ao outro, conforme fica consignado em Resoluções da Assembleia Feral da ONU.

Nesse esteio o compartilhamento de responsabilidades surge como mecanismo de distribuição justa entre os Estados dos custos e desvantagens, além dos benefícios em abrigar os refugiados em seu território (CARVALHO, 2018). Assim, compartilhar os encargos e as responsabilidades inerentes aos refugiados são questões de interesses da comunidade internacional e visa corresponder a uma distribuição equânime de solicitantes de refúgio de diferentes países, despressurizando os Estados de acolhida e, ao mesmo tempo, efetivando a proteção dos indivíduos. Superadas as noções gerais do *status* de refugiado de guerra sob a perspectiva do Direito Internacional Humanitário, a atenção será voltada para o conflito russo-ucraniano, objeto da presente obra, no tópico subsequente.

OS REFUGIADOS DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO E A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: SER REFUGIADO NO CONFLITO BÉLICO

Antes mesmo de adentrar ao cerne da questão dos refugiados e a violação de sua dignidade, necessário é compreender a ideia de dignidade humana. Para além das questões legais, a dignidade da pessoa humana é inerente e distintiva a cada indivíduo, o qual merece respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade. Sarlet (2009) salienta que é um conjunto de deveres fundamentais, que garantem e protegem o ser humano contra qualquer conduta degradante e desumana, bem como assegura a

vivência nas condições existenciais mínimas para uma vida salutar, ao mesmo tempo, cumprindo seu papel ativo e corresponsável aos destinos da própria existência e da vida em comunidade junto aos demais cidadãos.

Todavia, não é possível delimitar a dignidade da pessoa humana dentro de um conceito fechado, uma vez que sua amplitude não permite, sendo explicitada como uma busca pela equidade entre indivíduos e direitos. Noutra senda, seu aspecto subjetivo viceja discussões no que se refere a lacuna da previsibilidade e quanto a argumentação arbitrária (BASTOS, 2019). Assim, o significado do termo "dignidade da pessoa humana" apresenta contornos leves, vagos e fluídos, desembocando numa categoria axiológica aberta, sem se amoldar a uma esfera de proteção. Athena Bastos (2019) é muito pontual em esclarecer que o termo sob análise se transformou em um totem, uma insígnia sagrada e indefinível entre dimensões práticas e mágicas.

Nesse passo, Barroso traz uma concepção contemporânea de dignidade da pessoa humana ao elucidar que "todo homem é um fim em si mesmo, não devendo ser funcionalizado a projetos alheios; as pessoas humanas não têm preço nem podem ser substituídas, possuindo um valor absoluto, ao qual se dá o nome de dignidade" (BARROSO, 2013 *apud* RIBEIRO, 2018). Em 1948, a ONU consignou na Declaração Universal de Direitos do Homem que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (ONU, 1948, p. 04).

Percebe-se a dimensão internacional no reconhecimento da dignidade, para além do ordenamento jurídico pátrio, ou seja, não existem fronteiras ou muros capazes de obstar o ser humano da sua condição intrínseca de gozar do mínimo de dignidade. A ONU reconhece-a como um direito igual e inalienável concedido a todos os membros de uma família como base da liberdade, justiça e paz no

mundo (ONU, 1948). Dessa forma, é forçoso destacar a dignidade da pessoa humana como uma resposta às atrocidades que marcaram historicamente a humanidade, acaba por representar uma garantia de proteção eficaz com aspecto intrínseco e indissociável a todo e qualquer ser humano (RIBEIRO, 2018). Sendo assim, é um âmbito de integridade assegurado a qualquer ser humano, apenas pelo fato de sua existência, que acarreta o respeito quanto a sua criação, crença e à sua origem (BARROSO, 2010).

A dignidade da pessoa humana alcança a todos, indistintamente, e possui um elo com a liberdade e valores, bem como à condição material de subsistência. A representatividade dessa dignidade é arraigada de superação da intolerância, discriminação, da exclusão social, da violência e da capacidade de aceitação de outrem da forma que se apresenta/identifica, sobretudo em assentir o diferente em relação aquilo que o ser humano exerce sua liberdade de ser, pensar e criar (BARROSO, 2010).Nesta senda, ao trazer a discussão para o âmbito dos refugiados bélicos é possível perceber que alguns limites da dignidade da pessoa humana são ultrapassados, feridos e desrespeitados. O ser humano, o vivenciar um conflito bélico, está numa condição de total vulnerabilidade e desproteção, à vista disso busca formas de garantir o mínimo da sua dignidade em locais distintos.

Para contextualizar a questão, para além dos precedentes históricos abordados anteriormente, em 2021, a Rússia reforçou em grande escala um dispositivo militar junto à fronteira com a Ucrânia. Já em fevereiro de 2022, o presidente Vladimir Putin mapeou as zonas não controladas pelo governo ucraniano e deu início ao envio de tropas russas para a localidade de Donetsk e Luhansk e, em seguida, deu início a invasão. Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, destaca que não é a Ucrânia, em si, que está sendo atacada, mas todo o sistema do direito internacional, inclusive

a democracia e a dignidade humana (CONSELHO EUROPEU, 2022).

De um lado, a Rússia denomina suas ações de "operação especial" negando o fato de atacar civis e focar apenas em instalações militares e pontos de apoio das forças armadas da Ucrânia. Ocorre que, de fato, acontece o contrário, uma vez que a Rússia tem disparado ataques aéreos contra diversas instalações civis, como áreas residenciais, escolas e hospitais. No mapa abaixo é possível verificar os principais pontos atacados no início do conflito.

Figura 1 - Locais e tipos de ataques Russos à Ucrânia



Fonte: SNIS (2020). Adaptações próprias.

Com isso, é flagrante a situação de desproteção quanto aos cidadãos ucranianos, o ACNUR registrou que até o dia 01 de março de 2022, mais de 1 milhão de pessoas já tinham deixado suas moradias, na Ucrânia, em razão do conflito bélico. A estimativa é que 12 milhões de pessoas precisarão de ajuda e proteção dentro do próprio país, enquanto há possibilidade de mais de 4 milhões de refugiados buscarem assistência humanitária em países vizinhos, caso o conflito não seja interrompido. A alta comissária, Michelle Bachelet, no dia 03 de março de 2022, esclareceu que o comissariado está atuando na verificação de denúncias contra africanos e asiáticos que tentam sair da Ucrânia, solicitando, ainda, o apoio humanitário à população (ACNUR, 2022).

Não se pode ignorar o fato de que as consequências humanitárias suportadas pelos civis ucranianos são devastadoras. O alto comissário, Filippo Grandi ,destaca que não há vencedores nesse embate, mas inúmeras vidas são dilaceradas, com isso o foco do Direito Internacional Humanitário deve ser proteger e resguardar as vidas e as estruturas civis. Nesse passo, o chefe da ACNUR tem solicitado que os países limítrofes deixem suas fronteiras abertas para as pessoas que buscam proteção (ACNUR, 2022).

Por outro lado, os Estados-membros da União Europeia têm se solidarizado em acolher os refugiados da Ucrânia, adotando uma abordagem inclusiva e garantindo proteção temporária aos indivíduos na presente situação. Ocorre que o conflito em tela está ensejando a maior crise de refugiados da Europa no corrente século. Diante disso, o ACNUR estabeleceu e organizou pontos de apoio para promover o devido acolhimento para pessoas deslocadas devido ao conflito militar, principalmente, no leste do país (ACNUR, 2022).

Diante todo contexto, o sistema internacional tem se voltado a prestar assistência humanitária aos refugiados do conflito russo-ucraniano. É inegável o fato de que a dignidade dos indivíduos sob as condições de guerra tem sido violada constantemente, uma vez

que a dignidade vai além da sobrevivência, implica na vivência com o mínimo de qualidade de vida, respeito e proteção à integridade física e mental do ser humano. Em pleno século XXI, os países possuem instrumentos alternativos para a resolução de conflitos, como o diálogo e a supremacia, sendo o ataque bélico uma forma vetusta não só de ataque físico ao país, mas à democracia, aos indivíduos e furtam as condições mínimas de proteção daqueles que habitam na Ucrânia (CONSELHO EUROPEU, 2022).

As autoridades internacionais têm se mostrado ativas quanto a punição ao Estado russo, lançando mão de pacotes de punições, como restrição da relação econômica, o congelamento de bens do presidente da Rússia, a proibição de sobrevoar o espaço aéreo na União Europeia, impedimento de realização de transição com o Banco Central da Rússia, além de sanções econômicas individuais (CONSELHO EUROPEU, 2022).

Portanto, o *status* de refugiado revela fragilidade de desproteção, sujeitos em situações de vulnerabilidade, por isso o acolhimento vai além do ato de solidariedade, transcende ao conceito humanitário e ganha força gradualmente na agenda internacional com o decorrer do tempo. Ao contrário de outros ramos do Direito, os direitos dos refugiados foi afirmando-se a partir das conquistas institucionais como resposta às necessidades das vítimas de perseguição, intolerância e em zonas de conflito (JUBILUT, 2007).

Diante disso, o ACNUR e a ONU laboram incansavelmente no intuito de ampliar o conhecimento sobre a temática dos refugiados buscando diminuir a rejeição à acolhida, ao sensibilizar as pessoas sobre o quadro dramático que esses indivíduos enfrentam e sobre a importância de aderir meios de proteção internacional. Justifica, consequentemente, o aprimoramento constante do acolhimento com objetivo de evitar a perda da finalidade e eficácia na proteção do ser humano desprotegido em seu país de origem. Apesar de toda uma estrutura protecionista existente, a garantia do

direito dos refugiados no Direito Internacional dos Direitos Humanos age apenas em momento posterior a uma violação inicial, como um sistema de emergência (JUBILUT, 2007).

À vista disso, é notório que o sistema de proteção aos refugiados ainda carece de evolução mediante o fortalecimento do sistema internacional de proteção aos direitos humanos para que atuem com precaução, ou seja, evitando os meios que produzem a situação de refugiados (JUBILUT, 2007). Logo, pugnar pela efetivação dos padrões mínimos de direitos humanos nos moldes internacionais impera-se como medida urgente para que, dessa maneira, a proteção à dignidade não seja um mero paliativo, mas que seja uma constante na vida dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, é necessário reconhecer que a emergência do Direito Internacional Humanitário se apresenta, no contexto contemporâneo, como dotada de máxima relevância. O fenômeno que engrossa a busca pelo refúgio, nos últimos anos, tornou-se maciça e encontra fundamento nos mais diversos episódios dentro dos Estados. Assim sendo, pensar em normas internacionais sobre humanitarismo desdobra em analisar e, em primeira e, ao mesmo tempo, em última fronteira, assegurar a proteção da dignidade da pessoa humana enquanto paradigma indissociável da própria existência.

A par do que exposto no decurso do presente, ao analisar o contexto do conflito recente envolvendo Rússia e Ucrânia coloca em destaque a necessidade de atuação, sobretudo da ONU e da ACNUR, além de outros organismos internacionais, para assegurar, na área do confronto, a garantia da preservação da vida humana. Os discursos

internacionais e as redes de informações globais, tais como canais de televisões, *websites* e jornais, veiculam, a cada dia, a escalada da ofensiva russa no território ucraniano com consequências diretas para a população. Mais do que isso, os noticiários publicizam que o contingente de refugiados aumenta a cada dia, em razão de ataques não apenas direcionados a alvos militares, mas também para a população civil e não envolvida no conflito.

Portanto, ao examinar o contexto de normas internacionais voltadas para a figura dos refugiados, cujos conteúdos, inclusive, a própria Rússia se tornou signatária, é imperioso salientar a necessidade de observância de seu conteúdo. Tal premissa encontra guarida na imprescindibilidade de preservação da dignidade da pessoa humana e, com isso, a proteção dos envolvidos, maiormente mulheres e crianças, no âmbito do conflito entre os dois Estados.

Assim, é forçoso concluir que a temática se reveste de densa complexidade e clama pela incidência e respeitabilidade do Direito Internacional Humanitário, sobretudo no que se refere ao seu escopo de proteger às pessoas que não participam ou, ainda, que deixaram de participar das hostilidades entre os Estados envolvidos. De igual modo, é necessário o estabelecimento das restrições aos meios e aos métodos de combate, sobretudo no que alude à população supramencionada, com o objetivo primário de garantir a dignidade da pessoa humana enquanto princípio de ordem internacional. Ora, tal primado se volta para a preservação da vida e das condições elementares de existência e obriga aos Estados a asseguraram sua respectiva manutenção na ordem dos conflitos armados.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o**

Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em: 15/03/2022.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. "Consequências humanitárias da situação na Ucrânia para populações civis serão devastadoras, alerta chefe do ACNUR". **ACNUR** [2022]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em: 15/03/2022.

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**: Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2010.

BASTOS, A. "Princípio da dignidade da pessoa humana no Direito brasileiro". **SAJ ADV** [27/05/2019]. **[**Disponível em <https://blog.sajadv.com.br>. Acesso em: 17/03/2022.

CARVALHO, F. G. P. **A responsabilidade compartilhada para proteção internacional de refugiados à luz da Declaração de Nova Iorque** (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito). Salvador: UFBA, 2018.

CAZETTA, A. C. G. T.; FONSECA, M. E.; RIBEIRO, C. F. T. "Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua aproximação com o Direito Internacional Humanitário". **Revista de Direitos Humanos em perspectiva**, vol. 7, n. 1, 2021.

CONSELHO EUROPEU. "Resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia". **Conselho Europeu** [2022] Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu>. Acesso em: 17/03/2022.

FRANCIONI, F. Z. "O instituto do refugiado: Brasil na vanguarda mundial do acolhimento." **Revista Eletrônica OAB/RJ**, vol. 29, n. 2, 2018.

JUBILUT, L. L. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

MATOS, D. "Eurasianismo e meridionalismo, geopolítica e defesa". **Academia** [2014]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 25/03/2022.

NUNES, T. P. B. V.; SILVA, M. B. "A Retomada da Geopolítica Russa: a Influência do Eurasianismo na Anexação da Crimeia à Rússia". **Intellector**, vol. 15, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral. **Note on International Protection (A/AC.96/830), 7 de setembro de 1994**. Disponível em: <https://www.unhcr.org>. Acesso em: 14/03/2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Resolução da Assembleia Geral 71/172, 19 de dezembro de 2016**. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 14/03/2022.

POZHOGA, O. **A relação identidade-conflito**: o caso ucraniano. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2018.

RIBEIRO, B. M. D. M. "Uma análise dos aspectos gerais do princípio da dignidade da pessoa humana". **Revista Jus Navigandi** [07/07/2018]. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em: 19/03/2022.

ROCHA, A. B.; GUERRA, S. "O Direito Internacional dos refugiados e a eficácia acerca do sistema brasileiro de concessão de refúgio". **Revista Acadêmica de Direito da UNIGRANRIO**, vol. 9, n. 1, 2019.

SANTOS, J. C. D. "O conflito russo-ucraniano, disputas geopolíticas e o espaço geográfico: a competição pela hegemonia global". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 27, 2022.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SLOBODA, P. M. P. "A anexação da Crimeia pela Rússia: uma análise jurídica". **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 13, 2014.

UOL. "Ucrânia estima perda de US$ 500 bi na economia após invasão da Rússia". **UOL** [2022] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 17/03/2022.

CAPÍTULO 6

Mecanismos Internacionais de Garantia dos Direitos Humanos em Cénarios de Conflito: Análise da Situação dos Refugiados Ucranianos

MECANISMOS INTERNACIONAIS DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS EM CÉNARIOS DE CONFLITO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS UCRANIANOS

Douglas Souza Guedes

Tauã Lima Verdan Rangel

As discussões em torno da garantia de direitos e da própria definição do termo *refugiado* tiveram início no pós-2ª Guerra Mundial, quando, até então, o mundo vivia sua mais grave crise humanitária. Atualmente, com a eclosão de um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o mundo se depara, novamente, com tal problemática e as discussões ressurgem em meio à busca acentuada por refúgio. Com base na prevalência dos Direitos Humanos, cabe ao Direito Internacional se ater às questões que acometem os refugiados, posicionando-se de maneira com que vincule os Estados a partir de uma norma geral que proteja os indivíduos nessa situação. Destarte, com origem nessa relação, reconhecer-se, por exemplo, a incidência do princípio do *non-refoulement*, que integra o Direito Consuetudinário Internacional.

Em um cenário de violência generalizada e graves violações aos Direitos Humanos é perfeitamente compreensível que as pessoas fujam por temor de ter seu bem mais precioso violado: a vida. Assim, surge a condição de refugiado, ou seja, aquele que por temor de ser perseguido ou que corra risco de vida em seu país de origem decida abandoná-lo e enfrentar todos os riscos cruzando fronteiras na busca pela sobrevivência.

Observando as discussões que envolvem atualmente o tema, é de suma importância discutir sobre os mecanismos de garantia dos Direitos Humanos dos indivíduos refugiados. A metodologia empregada para a construção do presente trabalho se baseou na utilização de métodos dedutivos e historiográficos. A partir do critério de abordagem, a pesquisa é categoriza como qualitativa. No que concernem às técnicas de pesquisa, empregaram-se a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura sob o formato sistemático.

DELIMITAÇÃO DOS TERMOS REFUGIADO E MIGRANTE NA ESFERA INTERNACIONAL

A questão referente aos refugiados passou a ser objeto de discussão no começo do século XX, quando, por questões humanitárias, tornou-se evidente a necessidade de ações garantidoras dos direitos daqueles que se encontram em situação de refúgio. As primeiras medidas internacionais no sentido de proteção dos refugiados tiveram origem na Liga das Nações, através da organização de um conjunto de acordos no âmbito internacional (ACNUR, 2011, p. 5).

Com base nos instrumentos do Direito Internacional, "os refugiados são classificados por categoria conforme sua nacionalidade, o território que deixaram e a ausência de proteção diplomática por parte do seu país de origem" (ACNUR, 2011, p. 5). Considerando essa definição, em que havia uma divisão por categorias, prevalecia uma interpretação simplista que permitia definir facilmente a situação de refúgio (ACNUR, 2011, p. 5). No pós-2ª Guerra Mundial, o problema referente aos refugiados ainda não havia sido resolvido e, diante da necessidade de uma nova legislação internacional que redefinisse de forma mais adequada à condição jurídica dos refugiados, surge, nesse contexto, um

instrumento singular que contém a "definição geral das pessoas que deveriam ser consideradas como refugiados" (ACNUR, 2011, p. 5). A Convenção referente ao Estatuto dos Refugiados foi amparada por uma Conferência de Plenipotenciários da ONU, que passou a vigorar a partir de 21 de abril de 1954, dando origem, assim, à chamada Convenção de 1951 (ACNUR, 2011, p. 5).

Com o passar dos anos e o surgimento de novos episódios de refúgio, sendo esses originados por fatores cada vez mais diversificados, ergue-se a necessidade de ampliação do rol de garantias dispostas na Convenção de 1951. Tendo em vista tal necessidade, é criado, em 1967, o "Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados". Após ser analisado, pela Organização das Nações Unidas, o texto do protocolo passou a vigorar partir de outubro de 1967 (ACNUR, 2011, p. 6).

O Direito Internacional, que trata das questões referentes aos refugiados, tem como base a definição do humanitarismo e os "princípios básicos de direitos humanos", esses direitos e garantias surgem da indispensabilidade de institucionalizar a proteção dos indivíduos que são obrigados "a fugir de seus países de origem em virtude de perseguições à sua vida e/ou liberdade" (SOARES, 2012, p. 35).

O fenômeno da migração, atualmente, se dá de maneira dramática. As situações que levam um indivíduo a "migrar do seu país de origem para outro lugar, de forma voluntária ou involuntária" são as mais diversas: guerras, conflitos, violência e violação de direitos humanos, perseguição política, religiosa e ideológica, grandes tragédias e outras (SOARES, 2012, p. 36). Nos últimos anos, o fenômeno da globalização deu origem a causas que instigam cada vez mais a migração: "o desemprego, a desorganização da economia do país e os desequilíbrios socioeconômicos" (SOARES, 2012, p. 36). Se esse processo de migração foi causado por fatores como a perseguição por qualquer motivo, fuga de conflito ou da

situação de fome pode-se observar a figura do refugiado (SOARES, 2012, p. 36).

A situação em que se encontram os refugiados é uma das mais precárias e desumanas a que está sujeito o indivíduo. Sem embargos, em estado de extrema vulnerabilidade, distante das estruturas emocionais e afetivas que tipicamente sustentam a estrutura humana, "o refugiado se depara com os desafios de quem só tem a alternativa de recomeçar a própria vida" (PEREIRA, 2011, p. 16 *apud* SOARES, 2012, p. 36). Assim, com o incentivo das boas lembranças que lhes restam, com a "experiência dos difíceis momentos que os expulsaram de sua pátria" e com a expectativa de que alguém os acolha e proteja, ou que ao menos, resguardem seu direito à vida, único bem que restou (PEREIRA, 2011, p. 16 *apud* SOARES, 2012, p. 36).

A partir do momento em que os países que ratificaram a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, surgiram para estes as obrigações de respeitar e proteger os refugiados, devotando-se a acolhê-los, "garantindo abrigo em seus territórios", tendo em vista o princípio do *non-refoulement*, "sob pena de responsabilização internacional" (SOARES, 2012, p. 56). O chamado imigrante econômico abandona seu país de origem em busca de melhores condições de vida, em uma espécie de fuga da pobreza e miséria; o refugiado foge de seu país de origem por conta da insegurança, perseguição e morte (CIERCO, 2017, p. 13).

Os refugiados são especialmente caracterizados e resguardados pelo direito internacional. O indivíduo refugiado é aquele que evade de seu país de origem por conta de "fundados temores de perseguição, conflito, violência e outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e como resultado" acabam por precisar de certa proteção internacional (ACNUR, 2016). As situações vivenciadas por esses indivíduos são por vezes "tão perigosas e intoleráveis" que a única saída é cruzar fronteiras

(nacionais) com outros países em busca de proteção. Inexiste a possibilidade do indivíduo refugiado retornar ao seus país de origem, por conta da extrema periculosidade e/ou risco para sua vida (ACNUR, 2016).

Os refugiados são especialmente caracterizados e protegidos pelo direito internacional. São refugiados os indivíduos que saíram de seus países em razão de determinados temores de perseguição, abuso, violação e outras situações que desestruturaram a ordem pública, necessitando então de certa "proteção internacional". As situações vivenciadas por esses indivíduos são tão perigosas e árduas que estes decidem atravessar fronteiras com outros países em busca de sobrevivência. A impossibilidade de retorno ao país de origem leva o indivíduo a buscar por refúgio, contra essas pessoas. Ademais, "a recusa de refúgio pode ter consequências potencialmente fatais para suas vidas" (ACNUR, 2016).

É preciso distinguir, ainda, sob risco de violação de direitos, os refugiados, os migrantes, os solicitantes de refúgio, as pessoas internamente deslocadas e os apátridas (ACNUR, 2018). No que se referem aos deslocados internamente, em 2017, eram cerca de 40 milhões de indivíduos nessa situação, esse deslocamento se deu por conta de conflitos armados, da violência e de violações sistemáticas aos direitos humanos. A Colômbia foi o país, em 2017, com mais deslocados internamente, somando cerca de 7,7 milhões de indivíduos. A Síria foi o segundo país com mais deslocados internamente, cerca de 6,2 milhões de pessoas de pessoas no final de 2017 (ACNUR, 2018, p. 33). A pessoa internamente deslocada é o indivíduo que foi obrigado a deixar seu lar e se deslocar dentro de seu país, "em busca de proteção e segurança" (ACNUR, 2018, p. 33).

O solicitante de refúgio, por seu turno, é aquele indivíduo que "solicitou individualmente o status de refugiado e está aguardando o resultado de seu parecer" (ACNUR, 2018). Em 2017, foram cerca de

1,2 milhões de solicitações de refúgio em 162 países do mundo (ACNUR, 2018, p. 39). O Apátrida é o indivíduo que não possui nacionalidade de nenhum país "e, consequentemente carece dos direitos humanos e do acesso aos serviços daqueles que têm cidadania" (ACNUR, 2018, p. 51). As pessoas apátridas não possuem a nacionalidade de nenhum Estado, muitas vezes os apátridas são considerados um problema invisível, vivendo à margem das sociedades, o que dificulta o reconhecimento de tal problema (ACNUR, 2018, p. 51).

Por sua vez, o termo migrante jamais deve ser confundido com refugiado, uma vez que a não distinção pode levar a "sérias consequências para vida e segurança de refugiados" (ACNUR, 2016). A migração é entendida como um processo voluntário, em que o indivíduo atravessa fronteiras (ou não) em busca de "melhores oportunidades econômicas", podendo retornar aos seus países de origem, o que não é caso dos refugiados (ACNUR, 2016).

O PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT* COMO UM COSTUME INTERNACIONAL DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS E O ESTATUTO DOS REFUGIADOS DE 1951

O *non-refoulement* é um princípio de suma importância da esfera do direito internacional, mais especificamente na "proteção internacional dos direitos humanos" e garantia dos direitos dos indivíduos refugiados (PAULA, 2008, p. 430). De acordo com a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), o princípio do *non-refoulement* é garantidor dos direitos dos refugiados uma vez que nenhum Estado signatário da Convenção poderá expulsar ou rechaçar, de forma alguma, "um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em

virtude de sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas" (ONU, 1951, p. 15-16).

No âmbito do direito internacional, o chamado *refoulement* deve ser entendido como uma categoria que abarca todos os tipos de institutos jurídicos relacionados "a saída compulsória do estrangeiro do território nacional", também entendidos como deportação, expulsão, extradição e outros, sendo que sua definição leva em conta também a vedação da "repulsa do estrangeiro que intenta permanecer sob jurisdição do Estado de destino" (LUZ FILHO, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 33). Por conta da diversidade de definições atribuídas ao princípio do *non-refoulement* esse é apontado como pertencente à pelo menos três desdobramentos "da proteção internacional da pessoa humana: o direito internacional dos refugiados; o direito internacional dos direitos humanos; e o direito internacional humanitário" (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

O princípio do *non-refoulement* como um costume internacional do Direito Internacional dos Refugiados manifesta-se ante a insegurança humanitária que coloca em risco a vida dos refugiados, "como um instrumento que garante proteção contra a devolução dessas pessoas para o país onde sofrem a perseguição que originou a sua condição de refugiado" ou a outro país cujos bens mais preciosos, como a vida e liberdade, possam ser violados (SOARES, 2011). Nesse sentido, o princípio do *non-refoulement* é essencial na construção de um quadro internacional de proteção ao refugiado, "tal princípio é considerado a pedra angular do regime internacional de proteção dos refugiados" (ACNUR, 2008, p. 7 *apud* SOARES, 2011). De acordo com Luz Filho:

> Trata-se de princípio inerente à proteção internacional do refugiado, compreendido pela doutrina como o pilar de sua aplicabilidade. Na

> ausência do princípio a proteção internacional resta vazia e ineficiente (...). A eficácia do princípio do *non-refoulement* é *conditio sinequa non* para a efetiva proteção internacional, esta última função primordial do direito internacional dos refugiados (LUZ FILHO, p. 179 *apud* SOARES, 2011).

Esse princípio não é passível de revogação por parte dos Estados, sendo considerado, também, como elemento integrador do "direito consuetudinário internacional". Portanto, tem força normativa para vincular todos os Estados, até mesmo aqueles não signatários da Convenção de 1951 e do protocolo de 1967 (ACNUR, 2008, p.7 *apud* SOARES, 2011). Ainda de acordo com Soares:

> Diante de uma solicitação de extradição de uma pessoa reconhecida como refugiada ou de um solicitante de refúgio, é provável que o Estado requerido encontre-se em um conflito de deveres: de um lado a obrigação de extradição que pode estar prevista em um acordo bilateral ou multilateral de extradição ou em instrumentos internacionais ou regionais que determinam a obrigação de extraditar ou processar; por outro lado, o Estado requerido deve cumprir as obrigações estabelecidas no Direito Internacional dos Refugiados e no Direito Internacional dos Direitos Humanos de não extradição de um refugiado ou solicitante de refúgio (SOARES, 2011).

A garantia de proteção advinda do *non-refoulement* surge com a solicitação do refúgio, "durante o momento da decisão de órgão competente ao reconhecimento da referida condição", cessando apenas caso a decisão referente ao reconhecimento da condição de refugiado seja indeferida ou nos casos em que a

condição já reconhecida cessa por alguma situação legalmente prevista (SOARES, 2011). Desta feita, essa não-devolução diz respeito não apenas ao país de origem do refugiado, mas também em relação a qualquer país em que o indivíduo refugiado "tem um temor fundado de perseguição relacionado com um ou mais motivos estipulados no artigo 1A da Convenção de 1951" (ACNUR, 2008, p. 8 *apud* SOARES, 2011).

As questões envolvendo os refugiados tem sido objeto de grande discussão nos últimos anos, no cenário mundial, devido ao aumento do fluxo migratório, por conta das sucessivas violações a dignidade humana e "pela crescente violência na sua contenção", apesar dos refugiados se encontrarem em situação de vulnerabilidade (SILVA, 2017, p.16). No decorrer da história, situações de conflito e perseguição foram responsáveis pelo movimento de migração forçada, mas atualmente pode-se observar uma multiplicidade de fatores relacionados aos processos de deslocamentos forçados, tornando "complexa a realidade dos refugiados" (WARMINGTON, 2010, p. 473-500 *apud* SILVA, 2017, p. 163).

Com o término da Primeira Guerra Mundial e o início da chamada Revolução Russa, o aumento do contingente de refugiados no continente europeu deu início a uma discussão em torno da proteção desses indivíduos. No ano de 1921, através do Conselho da Sociedade das Nações Unidas, "surgiu o primeiro Alto Comissariado para Refugiados". Do ponto de vista jurídico, a proteção dos refugiados "foi estabelecida em 1951 com a formulação do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas", porém esse documento do direito internacional tratava apenas dos fluxos de refugiados anteriores ao ano de 1951 e à previsibilidade de que os Estados só receberiam os fluxos migratórios oriundos da Europa, logo "não existia a obrigatoriedade de aceitar refugiados de outros continentes" (SILVA, 2017, p. 164).

As mudanças jurídicas que levaram à proteção dos refugiados e a extinção das restrições foram, com o passar dos anos, "ganhando definições mais próximas das diferentes realidades e desafios dos refugiados ao redor do mundo" (RAMOS, 2011, p. 15-44 *apud* SILVA, 2017, p. 163). Ainda segundo Silva:

> A partir da origem dessa proteção jurídica internacional, os refugiados passaram a fazer parte, no âmbito das discussões sobre migrações, das migrações forçadas, diferenciando-se dos critérios que institucionalizariam as migrações voluntárias. Atualmente, as discussões em relação aos refugiados e direitos dos outros migrantes têm como origem o desrespeito e a vulnerabilidade. O Estatuto dos Refugiados destaca-se como um elemento dissonante nessa lógica desumana das restrições, da criminalização e da violência na mobilidade humana, desenvolvidas desde o final da década de 1970. O Estatuto tornou-se, também, um elemento norteador e de esperança, desde a massificação da irregularidade da migração imposta por diferentes países, sofrendo tentativas de restrições e revisões quanto à sua legitimidade (SILVA, 2017, p. 164).

Observando esse contexto, nota-se a necessidade de se criar instrumentos jurídicos, em âmbito nacional e internacional, que garanta direitos aos migrantes e refugiados. "A questão migratória, assim como outros parâmetros de cunho social, cada vez mais, tem evidenciado um contexto em expansão", quando diversos direitos e garantias são cada vez mais contestados e violados (SILVA, 2017, p. 164).

A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 é um instrumento do direito internacional que "define em caráter universal a condição de refugiado e explicita seus direitos e deveres"

(MILESI, 2012). Todavia, essa Convenção "estabelecia um limite temporal", somente abarcando os fatos ocorridos anteriormente a 1º de janeiro de 1951, essa convenção se tornou ineficiente diante de violações de direitos no pós 2º Guerra Mundial, sobretudo no período da chamada Guerra Fria. Devido a essa questão, houve um aperfeiçoamento da convenção que se deu através do protocolo de 1967. O Brasil somente aderiu ao Protocolo de 1967 em 1972, extinguindo, assim, a limitação temporal (MILESI, 2012). Ainda segundo Milesi:

> A definição de refugiado adotada pela Declaração de Cartagena, em 1984, caracteriza-se por sua amplitude se comparada à Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967. A idéia de perseguição individualizada por motivos de raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertença a certo grupo social é transcendida a partir da Declaração. A categoria de refugiados passa então a incluir aquelas pessoas que deixaram seu país de origem por causa da guerra, da violação massiva de direitos humanos ou de causas similares. A Declaração, portanto, se traduz num instrumento internacional de expressiva referência no âmbito da conceituação de "refugiado". Como resultado de um acordo entre os países da América Central e, portanto, ainda que sem a força da Convenção, inspirou atitudes e posturas dos países da região, em favor do reconhecimento da condição de refugiado a partir de seus termos. Tais instrumentos representam um movimento de internacionalização, traduzido na ideia de que a proteção dos direitos humanos não pode, nem deve, estar limitada ao domínio reservado de cada Estado, uma vez que revela tema de legítimo interesse internacional (MILESI, 2012).

A tragédia humana envolvendo os refugiados, atualmente, passa pela maior crise já vista desde a Segunda Guerra Mundial na última década. As estatísticas apontam que o número de refugiados não para de crescer "e em proporções em que o custo humano parece não ter fim" (SILVA, 2017, p. 164). O fenômeno da migração forçada sempre foi observado no âmbito mundial, porém nos últimos anos vem atingindo "países nunca antes tão afetados com o seu fluxo" (BRAGA, 2011, p. 08 *apud* SILVA, 2017, p. 164).

No ano de 2015, o fenômeno intitulado como "crise dos refugiados" levantou uma discussão em torno dos "aspectos que vêm impondo desafios aos direitos humanos, desequilibrando não só os aspectos socioeconômicos, como também os ambientais" (SILVA, 2017, p. 167). Atualmente, é preocupante a situação que envolve todo um cenário de relação entre novos e antigos conflitos, agravado ainda por crises econômicas, pelas políticas de austeridade, pela alta crescente nos preços dos gêneros alimentícios e pela desigualdade socioeconômica (UNHCR, 2015 *apud* SILVA, 2017, p. 167).

O PAPEL DOS DIREITOS HUMANOS E DE MECANISMOS INTERNACIONAIS NA GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA DOS REFUGIADOS UCRANIANOS

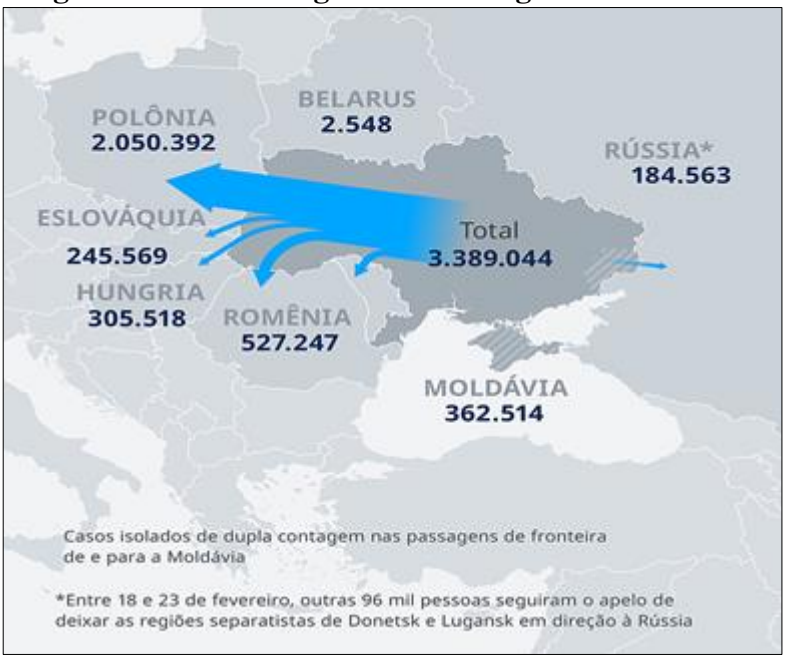
Diariamente, são veiculadas na mídia imagens que evidenciam o horror vivido nos últimos dias pela população ucraniana, imagens que provocam um misto de sentimentos em seus telespectadores. Mais de dois milhões de Ucranianos já deixaram o país em busca de refúgio, sobretudo, nos países vizinhos (SERRANO, 2022). São cerca de dez milhões de indivíduos, mais de um quarto do contingente populacional do país, que teve de se deslocar interna (deslocados internos – 6 milhões) e externamente

(refugiados – mais de 2 milhões) (BRASIL DE FATO, 2022). Ainda conforme Serrano:

> Imagens que chocam, comovem, mobilizam um sentimento de solidariedade em torno do mais de milhão de ucranianos que já deixaram seu país natal em busca de abrigo seguro. Captadas em todo o mundo, provavelmente não em países simpatizantes da Rússia, mostram famílias precariamente refugiadas nas garagens de seus prédios, com móveis e colchões que retiraram de seus apartamentos, estações de metrô repletas de pessoas deitadas pelo chão, estações de trem lotadas por ucranianos que esperam trens que os levem para algum lugar, de preferência perto de alguma fronteira. Mais dramáticas ainda são as imagens que mostram jovens tentando obstaculizar o caminho de tanques e carros de combate russos. Lembram as dos civis húngaros e tchecoslovacos rebelados resistindo às invasões pela União Soviética nas décadas de 50 e 60 do século passado. Com a diferença que são instantâneas, imediatas, assim como as de enormes grupos de ucranianos com bandeiras azul e amarelas postando-se nas estradas para impedir o avanço de comboios russos. Conseguiriam? (SERRANO, 2022).

São crianças, adultos e idosos. As crianças, por exemplo, seguem acompanhadas por mães e avós, eis que os homens não podem deixar o país, alguns obrigados pelo decreto presidencial e outros por vontade própria. Sendo recepcionados, em sua maioria, de forma solidária por países vizinhos, que, tal como a Ucrânia, um dia fizeram parte do Império Russo, da União Soviética ou são apenas fronteiriços a Rússia (SERRANO, 2020).

Figura 1 – Destino regional dos refugiados ucranianos



Fonte: Brasil de Fato (2022).

No dia 24 de março de 2022, o conflito completara 29 dias e, nesse dia, ocorreu uma reunião de líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quando ficou decidido o envio de soldados para países vizinhos da Ucrânia. O secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, afirmou que quatro batalhões serão enviados a Eslováquia, Hungria, Bulgária e Romênia (BBC, 2022).

Desde o ano de 2014, a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR) tem atuado intensamente na Ucrânia, haja vista os conflitos separatistas que já existiam no país naquela época. Atualmente, a ACNUR, enquanto mecanismo internacional de proteção dos direitos humanos dos indivíduos

refugiados, desenvolve estratégias e atua intensamente para garantir assistência humanitária aos refugiados e aos internamente deslocados (ACNUR, 2022).

A situação é monitorada de perto e as ações da ACNUR estão passando por um processo de intensificação, o que se dá com o envio de "mais recursos, funcionários e itens de socorro" (ACNUR, 2022). Em território ucraniano são mantidos pela ACNUR depósitos com estoques de itens para socorro e equipes prontas para prestar atendimentos de emergência (ACNUR, 2022). São ações da ACNUR voltadas para o conflito na Ucrânia:

- Na Ucrânia, o ACNUR está apoiando as autoridades para ajudar a estabelecer e organizar centros de acolhimento para pessoas deslocadas e, por meio de seus parceiros, está entregando água, comida e abrigo de emergência para deslocados internos afetados pelas operações militares, especialmente no leste do país.
- Na Polônia, o ACNUR está trabalhando para aumentar o número de funcionários para responder a consultas por meio de uma linha de ajuda dedicada e está distribuindo e desenvolvendo mais materiais informativos sobre proteção contra exploração e abuso sexual e riscos de tráfico.
- Na Moldávia, o ACNUR instalou aquecedores no ponto de passagem na fronteira de Palanca e na estação ferroviária para melhorar as condições dos refugiados. Foi estabelecido também um mecanismo de triagem na fronteira de Palanca para identificar pessoas vulneráveis, incluindo aquelas com deficiências, pessoas idosas, pessoas com necessidades médicas, a fim de responder às suas necessidades.

- Na Hungria, o ACNUR realiza visitas de monitorização e recolha de informação à zona fronteiriça, para avaliar o número de chegadas e apoiar as autoridades a aumentar a sua resposta, em estreita colaboração com os parceiros.
- Na Romênia, o ACNUR está em coordenação com as autoridades para fornecer informações às chegadas aos pontos de passagem de fronteira e aos centros de acomodação temporária (ACNUR, 2022).

A máxima da não discriminação é o princípio que norteia a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ressalta que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (EVANGELISTA, 2015). Vencer a discriminação e a xenofobia é uma das adversidades enfrentadas pelos refugiados, sobretudo nos centros urbanos. O indivíduo refugiado necessita, além de uma proteção jurídica, da proteção e ajuda social. "Não há como falar em garantia de direitos humanos fundamentais dissociando-os da esfera jurídica e da esfera de ampara da defesa social" (EVANGELISTA, 2015).

A necessidade de existência de uma legislação capaz de assegurar os direitos de tais indivíduos de forma plena é essencial, pois o indivíduo refugiado é uma pessoa possuidora de direitos "que não podem ser subjugados simplesmente por desatender a requisitos formais de averiguação" (EVANGELISTA, 2015). Ainda segundo Evangelista:

> Os problemas que os refugiados enfrentam vão muito além da seara legal. Há também um prisma social, um problema social, que é gerado pela falta de integração entre os refugiados e o país de destino, mais especificamente entre aqueles e os cidadãos do respectivo país. A partir do momento em que um

> diferente é "reconhecido" fora do seu território como um estranho, não há comportas para que os nativos se abram à diferença. Ao contrário, o diferente, o estranho, é que deve se adequar e se submeter às leis, costumes e crenças institucionalizados. Nesse quadro, não há nenhum mecanismo legal ou social capaz de incutir no nativo o respeito à diferença e o reconhecimento da identidade do outro. Eis, portanto, um fenômeno que se traduz em discriminação e preconceito raciais, religiosos e culturais (EVANGELISTA, 2015).

Diante desse embate, os direitos humanos atuam na defesa contra os abusos de poder, "tanto de entes públicos como também de particulares". A defesa dos direitos dos indivíduos refugiados não é tarefa exclusiva do Estado, cabe um esforço a sociedade civil no sentido de que os "resultados positivos" só serão alcançados se houver uma difusão coletiva da importância de respeitar, acolher e proteger os indivíduos refugiados. Entende-se que "uma política de imigração não se limita a legislar sobre a entrada", mas também deve garantir a chamada integração, ultrapassando a meta positivação legal, garantindo no plano concreto a realização de direitos como educação, saúde e habitação (CASTRO, 2007, p. 73 *apud* EVANGELISTA, 2015).

Quando se fala de direitos do refugiado, observa-se a influência e aplicabilidade dos chamados Direitos Humanos Universais. É um direito dos refugiados, no que tange aos direitos humanos e destacado na Convenção das Nações Unidas contra Tortura, à realização do princípio do não retorno (OLIVEIRA; MURUCI, 2016). Como o refúgio é entendido como "um instituto de proteção e garantia do ser humano", é essencial sua compreensão e alocação no rol dos Direitos Humanos em âmbito Internacional (JUBILUT, 2007*apud*OLIVEIRA; MURUCI, 2016).

O regime de direitos internacionais do refugiado expõe a não obrigatoriedade de permanência do indivíduo em seu país de origem, caso haja violação de seus direitos humanos básicos. Portanto o indivíduo refugiado tem o direito de buscar sua sobrevivência fora das fronteiras de seu país de origem, "pois antes de qualquer coisa a se pensar do refugiado, este é um ser humano" (OLIVEIRA; MURUCI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, a questão envolvendo os refugiados tem sido objeto de grande discussão, e isso ocorre devido à maior crise humanitária da história, provocada por guerras e crises econômicas, que culminam na fuga em massa de pessoas de seus países de origem. Figuram como principais causas da imigração e consequentemente a busca por refúgio: os desastres naturais, as perseguições (em suas mais diversas formas), a fome, as crises econômicas, os conflitos e guerras. Diante dessa situação, surgiram ao longo dos anos diversos instrumentos no Direito Internacional com objetivo de resguardar os direitos e dignidade humana dos indivíduos refugiados. Esses instrumentos refletem na construção do regimento interno dos países e de suas leis referentes à questão do refúgio.

O Estatuto dos Refugiados de 1951 é um instrumento que tem com escopo assegurar direitos, garantias e proteção às pessoas na condição de refugiadas. Esse instrumento e diversos outros tem se mostrado se suam importância na garantia dos Direitos Humanos das pessoas refugiadas.

A guerra que atualmente devasta a Ucrânia deu início a uma das maiores crises humanitárias. Esse e outros conflitos levam a uma

desestruturação completa das condições que propiciam a vivência humana digna, tendo como consequências, por exemplo, a fome. É importante ressaltar que os refugiados são pessoas humanas em busca de sua sobrevivência, portanto devem ter seus direitos humanos garantidos e promovidos, e para isso deve haver uma legislação, cuja base seja princípios norteadores como a dignidade humana. É dever do Estado e da sociedade civil combater movimentos xenófobos, promover a acolhida e garantia da dignidade humana aos refugiados.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "ACNUR ativa operação humanitária e capta recursos para apoiar mais de 660 mil pessoas forçadas a se deslocar na Ucrânia e em países vizinhos". **ACNUR** [01/03/2022]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 24/03/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "ACNUR intensifica assistência a venezuelanos na Colômbia". **ACNUR** [2018]. Disponível em: <http://www.acnur.org>. Acesso em: 21/03/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "Manual de Procedimentos e Critérios para a determinação da condição de refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados". **ACNUR** [2011]. Disponível em: <http://www.acnur.org>. Acesso em: 21/03/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "´Refugiados´ e ´Migrantes´: Perguntas Frequentes".

ACNUR [2016]. Disponível em: <http://www.acnur.org>. Acesso em: 21/03/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Tendencias Globales**: Desplazamiento forzado en 2017. Genebra: ACNUR, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em:21/03/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "Ucrânia". **ACNUR** [2022]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em: 24/03/2022.

BBC NEWS BRASIL. "Como está a guerra entre Rússia e Ucrânia? Leia o resumo". **BBC News Brasil** [14/03/2022]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 24/03/2022.

BRASIL DE FATO. "Dez milhões de ucranianos já fugiram de suas casas, diz ONU". **Brasil de Fato** [20/03/2022]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 24/03/2022.

CIERCO, T. "Esclarecendo Conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais". *In*: CIERCO, T. *et al*. (orgs.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad, 2017.

EVANGELISTA, A. D. M. "Os refugiados e a proteção social de sua cidadania". **Jusbrasil** [2015]. Disponível em: <https://jusbrasil.com.br>. Acesso em 21/03/2022.

IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos."Refugiados e Direitos Humanos". **Instituto Migrações e Direitos Humanos** [2012]. Disponível em: <http://www.migrante.org.br>. Acesso em: 21/03/2022.

OLIVEIRA, A. T. R. "Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 34, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, E. F.; MURUCI, G. A. "O Direito Internacional e a garantia dos direitos humanos dos refugiados". **Revista Jus Navigandi,** Teresina, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em:21/03/2022.

OLIVEIRA, L. G. "Barreiras Fronteiriças contra o princípio de *non-refoulement*: A inacessibilidade do território e da determinação do status de refugiado". **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 34, n.1, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Nova York: ONU, 1951.

SERRANO, Luiz Roberto. "Guerra na Ucrânia: o pior está por vir". **Jornal da USP** [04/03/2022]. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 24/03/2022.

SILVA, D. F. "O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas". **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 34, n. 1, 2017.

SILVA, T. F. M. *et al*. **Direitos Humanos e a proteção aos refugiados**: Uma análise acerca das medidas de proteção de refúgio no Brasil. Recife: Faculdade Damas, s.d.

SOARES, C. O. "A extradição e o princípio de não-devolução (*non-refoulement*) no direito internacional dos refugiados". **Âmbito Jurídico**, n. 88, maio, 2011.

SOARES, C. O. **O Direito Internacional dos Refugiados e o ordenamento jurídico brasileiro**: análise da efetividade da proteção nacional (Trabalho de Conclusão de Curso). Maceió: UFAL, 2012.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Anysia Carla Lamão Pessanha é mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Bacharela em Direito pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), Campus Bom Jesus do Itabapoana-RJ. E-mail para contato: pessanha.lamao@gmail.com

Carlos Eduardo Valle Rosa é Coronel da Reserva da Força Aérea Brasileira. Graduado em História. Mestre em Ciências Aeroespaciais. Doutor em Geografia. Professor do Programa de PósGraduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA). E-mail para contato: eduvalle80@hotmail.com

Douglas Souza Guedes é bacharel em Direito pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), Unidade Bom Jesus do Itabapoana – RJ. Pós-Graduando em Direito Constitucional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). E-mail para contato: dsouzaguedes@gmail.com

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo, com especializações, mestrado e doutorado. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank IOLEs*. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Gustavo Glodes Blum é bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: g229467@dac.unicamp.br

Jonathan Christian Dias dos Santos é graduado em Geografia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e ex-bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: jonathan_christian95@hotmail.com

Joé Fabiano de Lima Gomes é bacharel em Direito. Especialista em Gestão Pública no Poder Judiciário. Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR). Pesquisador em temáticas de Direitos Humanos. E-mail para contato: jfabianorr@gmail.com

Marcos de Lima Gomes é graduado em Agronegócio e em Geografia. Especialista pós-graduado em Educação em Tempo Integral. Mestre em Geografia. Professor substituto da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email para contato: mlgmarcos@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Tauã Lima Verdan Rangel é graduado em Direito. Mestre e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Pós-doutor em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Docente da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC). E-mail para contato: taua_verdan2@hotmail.com

Vinicius Modolo Teixeira é geógrafo e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em programas de graduação e pós-graduação. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022